SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE

porto alegre
PREFEITURA
Mais **cidade**. Mais **vida**.

6ª Conferência **Municipal** do **Meio Ambiente**

PREFEITURA DE PORTO ALEGRE

SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE (SMAMUS)

Documento final da
6ª Conferência Municipal do Meio Ambiente de Porto Alegre
17 a 19 de novembro de 2022

Sebastião Melo, Prefeito Municipal

Germano Bremm, Secretário Municipal do Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade

Porto Alegre - RS

2022

PREFEITO MUNICIPAL,

Sebastião Melo

SECRETÁRIO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE

Germano Bremm,

SECRETÁRIO-ADJUNTO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE

Maurício Loss

COMITÊ EXECUTIVO DA 6ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE PORTO ALEGRE

Ângela Molin, Presidente Suplente do Conselho Municipal do Meio Ambiente

Thiago Gimenes, representante do Instituto Toda Vida

Nelson Ferreira Fontoura, representante da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Secretaria Municipal do Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade (SMAMUS)

Rua Luiz Voelcker, nº 55, bairro Três Figueiras, Porto Alegre, RS - CEP 91330-190

Telefone: (51) 3289-7585

Endereço eletrônico: smams@portoalegre.rs.gov.br

Sítio eletrônico: https://prefeitura.poa.br/smamus

Organizado por: Ângela Molin, Presidente Suplente do Conselho Municipal do Meio Ambiente e Coordenadora da Assessoria Técnica da SMAMUS.

Elaborado por: Ângela Molin, Coordenadora da Assessoria Técnica da SMAMUS;
Kelly de Souza Barbosa, Assessora Técnica da SMAMUS.

Revisado por:
Alejandro Sanchez, Designer, Assessoria de Comunicação da SMAMUS;
Aline Czarnobay, Jornalista, Assessoria de Comunicação da SMAMUS;
Júlia Agustoni, Bibliotecária, Equipe de Bibliotecas da SMAMUS.

Filmagem:
Impacto Vento Norte Produções Técnicas Eireli

Apoiadores do evento:
Conselho Municipal do Meio Ambiente (COMAM)
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS)
CODEX

As sugestões para o aperfeiçoamento deste trabalho podem ser encaminhadas à Secretaria Municipal do Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade (SMAMUS), pelo endereço eletrônico smams@portoalegre.rs.gov.br.

Permitida a reprodução sem fins lucrativos, parcial ou total, por qualquer meio, se citada a fonte e o sítio da internet onde pode ser encontrado o original, sítio eletrônico https://prefeitura.poa.br/smamus.

Permitida a reprodução desde que citada a fonte conforme a referência da obra no todo a seguir.

C748d Conferência Municipal do Meio Ambiente de Porto Alegre (6. : 2022 : Porto Alegre, RS)
Documento final da 6. Conferência Municipal do Meio Ambiente de Porto Alegre / organização Ângela Molin – Porto Alegre: PMPA, 2022.

151 p.: il. color.
Volume único

1. Administração Municipal – Porto Alegre. 2. Meio Ambiente – Porto Alegre. I. Título. II. Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade. III. Molin, Ângela.

DU 352(816.51)

Catalogação na publicação: Júlia Agustoni Silva - CRB10/1788

"Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações."

(Artigo 225, *caput*, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988)

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

COMAM	Conselho Municipal do Meio Ambiente
COP 27	27ª Conferência da Organização das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima
GEE	Gases de Efeito Estufa
IPCC	Intergovernmental Panel on Climate Change
PUC-RS	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
SISNAM	Sistema Municipal do Meio Ambiente de Porto Alegre
SMAMUS	Secretaria Municipal do Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 10

2 INFORMAÇÕES GERAIS 14

2.1 PROGRAMAÇÃO 15

3 ABERTURA SOLENE 17

4 COMPROMISSO COM A INCLUSÃO SOCIAL 21

5 TEMA DA 6ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE: ENFRENTAMENTO DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS EM PORTO ALEGRE 23

6 PAINÉIS TEMÁTICOS 30

6.1 EIXO I - MUDANÇAS CLIMÁTICAS E PORTO ALEGRE EM 2050 32

6.2 EIXO II - MUDANÇAS CLIMÁTICAS, RESÍDUOS E APROVEITAMENTO ENERGÉTICO: POTENCIALIDADES E DIFICULDADES NA CIDADE 33

6.3 EIXO III - MUDANÇAS CLIMÁTICAS, TRANSPORTE E MOBILIDADE URBANA 36

6.4 EIXO IV - MUDANÇAS CLIMÁTICAS E PLANO DIRETOR AMBIENTAL 38

6.5 EIXO V - MUDANÇAS CLIMÁTICAS, ÁREAS DE RISCO E PREVENÇÃO AOS DESASTRES NAS CIDADES 41

6.6 INTEGRAÇÃO COM A REVISÃO DO PLANO DIRETOR 44

7 GRUPOS DE TRABALHO TEMÁTICOS 46

7.1 METODOLOGIA DE TRABALHO 47

7.2 GRUPO DE TRABALHO RESÍDUOS E APROVEITAMENTO ENERGÉTICO 48

7.2.1 Ata 48

7.3 GRUPO DE TRABALHO TRANSPORTE E MOBILIDADE URBANA 50

7.3.1 Ata 50

7.4 GRUPO DE TRABALHO PLANO DIRETOR MUNICIPAL 52

7.4.1 Ata 52
7.5 GRUPO DE TRABALHO ÁREAS DE RISCO E DESASTRES 54
7.5.1 Ata 54
8 ASSEMBLEIA DA 6ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE PORTO ALEGRE 56
8.1 METODOLOGIA DE VOTAÇÃO 57
8.2 ENCERRAMENTO 59
9 MOÇÕES DA 6ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE 62
10 CONSIDERAÇÕES FINAIS 69
REFERÊNCIAS 72
ANEXO I – MINICURRÍCULO DOS PAINELISTAS 73
ANEXO II - CERTIFICADO DE PARTICIPAÇÃO 77
ANEXO III - MOÇÕES COM ALTERAÇÕES 78
ANEXO IV – ATA DA REUNIÃO DA ASSEMBLEIA DA 6ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE PORTO ALEGRE 83

1 INTRODUÇÃO

A Lei Complementar nº 369, de 16 de janeiro de 1996, dispõe sobre a implantação do Sistema Municipal do Meio Ambiente de Porto Alegre (SISNAM) e estabelece no artigo 14 a necessidade de serem realizadas Conferências Municipais de Meio Ambiente.

Nas Conferências se têm por objetivo propor, debater, modificar e formular uma política municipal do Meio Ambiente tendo a participação popular. O legislador incumbiu ao Conselho Municipal do Meio Ambiente (COMAM) a responsabilidade de realizar a Conferência a cada 2 (dois) anos.

A primeira Conferência Municipal de Meio Ambiente data de 06 de junho de 1996. Nela foram aprovadas 36 (trinta e seis) resoluções. O documento final está disponível no link f. https://prefeitura.poa.br/sites/default/files/filefield_paths/iv_conf.pdf.

A segunda Conferência Municipal de Meio Ambiente ocorreu nos dias 05 e 06 de junho de 1998. No documento final disponibilizado no link https://prefeitura.poa.br/sites/default/files/filefield_paths/2conferenciamunicipaldomeioambiente.pdf, extrai-se que foram aprovadas 10 (dez) propostas do COMAM, 6 (seis) moções e 2 (duas) emendas. Também vários apontamentos e propostas sobre o papel das Organizações da Sociedade Civil na construção da Agenda 21 em Porto Alegre.

A terceira Conferência Municipal de Meio Ambiente aconteceu nos dias 23 a 24 de agosto de 2002. A partir dessa Conferência foi estabelecido tema e discussões temáticas. Nessa edição, o tema foi "Equilíbrio Ambiental e Participação Popular". Conforme documento final disponível no link https://prefeitura.poa.br/sites/default/files/filefield_paths/3confdomeioambiente.pdf, ao todo foram aprovadas 21 (vinte e uma) resoluções sobre "ambiente construído", 8 (oito) resoluções sobre "ciência, tecnologia e desenvolvimento econômico e sustentável", 23 (vinte e três) sobre "controle social - a importância da parceria nos movimentos sociais", 10 (dez) resoluções sobre "educação ambiental", 7 (sete) resoluções sobre "gestão e resíduos sólidos", 28 (vinte e oito) resoluções sobre "políticas sociais - sustentação etnocultural" e 2 (duas) resoluções sobre "gestão urbano-ambiental".

A quarta Conferência Municipal de Meio Ambiente foi realizada nos dias 5 a 7 de maio de 2006, rompendo com a periodicidade bienal. O tema foi “Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental”. Foi aprovado o número expressivo de 216 (duzentas e dezesseis) resoluções, divididas nos grupos temáticos “ambiente construído”, “áreas de proteção ambiental natural”, “educação ambiental”, “mobilidade urbana” e “saneamento ambiental”. O documento final está disponível no link https://prefeitura.poa.br/sites/default/files/filefield_paths/resolucoesivconf.pdf.

A quinta Conferência Municipal de Meio Ambiente apenas veio a acontecer nos dias 27 e 29 de abril de 2012. Cerca de 6 (seis) anos após a edição anterior. O tema foi “Ética do Cuidado Ambiental em Porto Alegre: O Futuro da Paisagem”. Os eixos temáticos foram “construções e tecnologias sustentáveis”, “mobilidade urbana”, “resíduos sólidos”, “saúde e qualidade ambiental”, “cinturão verde e paisagem urbana” e “educação ambiental”. Ao todo foram aprovadas 94 (noventa e quatro) resoluções e 7 (sete) moções. O documento final está disponível no link https://prefeitura.poa.br/sites/default/files/filefield_paths/cartilhavconferenciamunicipaldomeioambiente.pdf

Transcorrido 10 (dez) anos da última Conferência, finalmente nos dias 17, 18 e 19 de novembro de 2022 foi realizada a 6ª Conferência Municipal do Meio Ambiente de Porto Alegre, com tema “Enfrentamento das mudanças climáticas em Porto Alegre”.

A idealização da 6ª edição da Conferência perpassou pelo intenso período da pandemia mundial decorrente do corona vírus ou COVID-19, que teve seu ápice no ano de 2020. Em atenção às recomendações da Organização Mundial de Saúde (OMS) e do governo municipal, as reuniões ordinárias do Conselho Municipal do Meio Ambiente foram realizadas de forma virtual. Dentre as pautas estava a Conferência Municipal do Meio Ambiente.

Conforme ata da reunião ordinária virtual de 24/09/2020, o Conselho Municipal do Meio Ambiente escolheu as mudanças climáticas como tema central da pretendida 6ª Conferência Municipal do Meio Ambiente, inicialmente, marcada para ser realizada em 2021. Também que a Conferência seria organizada pela SMAMUS junto com o Comitê Executivo do COMAM, composto por Ângela Molin, Presidente Suplente do Conselho

Municipal do Meio Ambiente, Thiago Gimenes, representante do Instituto Toda Vida, e Nelson Fontoura, representante da PUCRS. A Conferência precisou ser remarcada, pois, ainda permanecia a situação pandêmica em 2021.

A identidade visual da 6ª Conferência Municipal do Meio Ambiente foi escolhida pelo COMAM dentre as propostas apresentadas pela Assessoria Técnica e Assessoria de Comunicação da Prefeitura.

A partir do tema central decidido pela Plenária do Conselho Municipal do Meio Ambiente, o Comitê Executivo passou a reunir-se com frequência para definir a programação do evento, dividido em três dias consecutivos. No primeiro dia ficou decidido que seriam convidados renomados especialistas de diversas áreas para participarem de painéis temáticos, tendo por tema central mudanças climáticas e Porto Alegre. Em atenção às edições anteriores, no segundo dia seria realizado grupos de trabalho temáticos para discussões com a população sobre a política pública de meio ambiente de Porto Alegre. No terceiro dia, as proposituras de moções decorrentes dos grupos de trabalho seriam postas em votação pela Assembleia da 6ª Conferência Municipal do Meio Ambiente e o resultado apresentado ao Secretário da SMAMUS.

Com essa lógica, no período de 17 a 19 de novembro de 2022, acontecia a 6ª Conferência Municipal do Meio Ambiente de Porto Alegre na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS. O local foi cedido gratuitamente, por esforços de conselheiros do COMAM. Na abertura solene contou-se com a presença do Excelentíssimo Senhor Prefeito de Porto Alegre, Sebastião Melo.

Os interessados em participar do evento podiam realizar a inscrição de forma on-line e gratuitamente. As inscrições prévias foram de extrema importância para logística do evento.

O primeiro e o último dia do evento foram gravados e os vídeos estão livremente disponibilizados no canal da SMAMUS no YouTube. Cumpre destacar que antes de iniciar a gravação, a presidente suplente do COMAM perguntava aos participantes se autorizavam a filmagem e a divulgação do material. Do último dia do evento, - aprovação das moções, - tem-se ata com registros pela taquigrafia contratada.

Durante toda a 6ª Conferência Municipal do Meio Ambiente de Porto Alegre buscou-se ao máximo a utilização de material virtual ou reciclável, a fim de gerar a menor quantidade possível de resíduos. Também o descarte adequado dos resíduos gerados antes, durante e após o evento.

A 6ª Conferência Municipal do Meio Ambiente de Porto Alegre foi amplamente divulgada pela SMAMUS e pelo COMAM e teve repercussão na mídia, com entrevistas e matérias em jornais de grande circulação do município. Ao final foram aprovadas 31 (trinta e uma) moções para nortear políticas públicas ambientais de Porto Alegre e elaborado o presente documento.

2 INFORMAÇÕES GERAIS

Identificação do evento: 6ª Conferência Municipal do Meio Ambiente de Porto Alegre
Organização: Conselho Municipal de Meio Ambiente e Secretaria Municipal do Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade (SMAMUS).
Data de início: 17 de novembro de 2022.
Data de término: 19 de novembro de 2022.
Local do evento: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (CEPUC), Avenida Ipiranga, nº 6.681, auditório 9 e prédio 40, município de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul, CEP 90619-900.
Estima-se que durante os três dias de evento, o público ultrapassou a quantidade de 269 pessoas, pois, muitas estiveram presentes, mas, não assinaram a lista de presença ou fizeram prévia inscrição.

Fonte: Dos Autores, 2022.

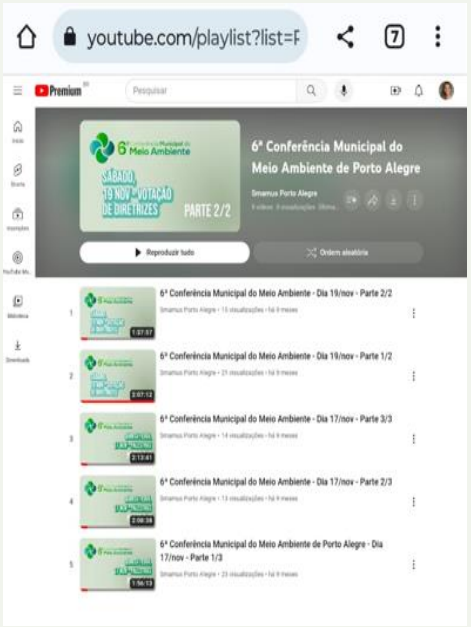
2.1 PROGRAMAÇÃO

DIA	ATIVIDADE
17 de novembro de 2022, quinta-feira	9h30 - Credenciamento. 10h00 - Abertura solene. 11h00 – Painéis do EIXO I: “Mudanças Climáticas e Porto Alegre em 2050”. 12h00 - Intervalo de almoço. 13h30 - Painéis do EIXO II: “Mudanças Climáticas, Resíduos e Aproveitamento Energético: potencialidades e dificuldades na cidade”. 14h30 - Painéis do EIXO III: “Mudanças Climáticas, Transporte e Mobilidade Urbana”. 15h30 - *Coffee Break*. 16h00 - Painéis do EIXO IV: “Mudanças Climáticas e Plano Diretor Ambiental”. 17h00 - Painéis do EIXO V: “Mudanças Climáticas, Áreas de Risco e Prevenção aos Desastres nas cidades”. 18h00 - Encerramento.
18 de novembro de 2022, sexta-feira	13h30 - Credenciamento. 14h00 - Salas simultâneas dos Grupos de Trabalho (GT): GT Transporte e Mobilidade Urbana, GT Resíduos e Aproveitamento Energético; GT Plano Diretor Ambiental, GT Áreas de Risco. 15h30 - *Coffee Break*. 16h00 - Salas simultâneas dos Grupos de Trabalho (GT): GT Transporte e Mobilidade Urbana, GT Resíduos e Aproveitamento Energético; GT Plano Diretor Ambiental, GT Áreas de Riscos. 17h00 - Encerramento.
19 de novembro de 2022, sábado	8h30 - Credenciamento. 9h00 - Abertura solene da reunião da Assembleia da 6ª Conferência Municipal do Meio Ambiente. 9h00 - Apresentação das propostas e votação dos Grupos de Trabalho (GT): GT Áreas de Riscos e GT Resíduos e Aproveitamento Energético. 10h30 - *Coffee Break*. 11h00 - Apresentação das propostas e votação dos Grupos de Trabalho (GT): GT Plano Diretor Ambiental e GT Transporte e Mobilidade Urbana. 13h00 - Encerramento.

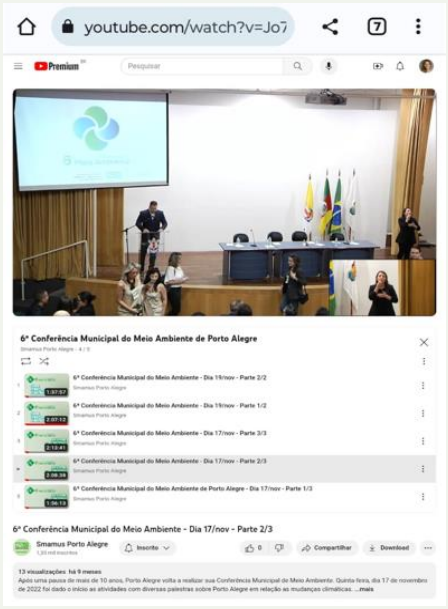
Fonte: Dos Autores, 2022.

As atividades do primeiro e último dia eventop odem ser assistidas pelo canal da SMAMUS no YouTube, pela playlist do 6ª Conferência Municipal do Meio Ambiente de Porto Alegre. Link:

https://www.youtube.com/watch?v=djlH-K6f0Ik&list=PLSs49thZPnN6PtmYotgEBMA8cUmys_XSP.



Fonte: Dos Autores, 2022.



Fonte: Dos Autores, 2022.

3 ABERTURA SOLENE

O primeiro dia do evento aconteceu em 17 de novembro de 2022, no auditório 9 da PUC-RS, iniciando às 9h, com o credenciamento dos participantes.

Cada um dos 139 participantes que confirmou sua inscrição e assinou a lista de presença recebeu uma credencial, com QR Code para acessar a programação do evento e outros documentos disponibilizados ao público.

Fonte: Dos Autores, 2022.

Também foi entregue uma *ecobag* e um bloco de anotações, de papel reciclado, personalizados com o logo do evento, um lápis ecológico e panfleto sobre a revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental de Porto Alegre.

Fonte: Dos Autores, 2022.

Fonte: Dos Autores, 2022.

Às 10h foi realizada a abertura solene do evento por Ângela Molin, Presidente Suplente do Conselho Municipal do Meio Ambiente (COMAM), acompanhada de Maurício Loss, Secretário-adjunto municipal do Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade.

Fonte: Dos Autores, 2022.

Além desses, também compuseram a mesa de abertura Nelson Ferreira Fontoura, representante da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS), e Annelise Monteiro Steigleder, promotora de justiça do Ministério Público Estadual do Rio Grande do Sul. Ambos felicitaram a iniciativa da conferência.

Fonte: Dos Autores, 2022.

O Prefeito Municipal, Sebastião Melo, também esteve presente à mesa e fez fala entusiasmada sobre o evento e da importância de discussão sobre as políticas públicas de meio ambiente com a sociedade.

Fonte: Dos Autores, 2022.

O Secretário Municipal do Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade, Germano Bremm, não pôde estar presencialmente no evento, pois, na mesma data estava na 27ª Conferência da Organização das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (COP 27), na cidade Sharm El Sheikh, no Egito, apresentando os projetos e ações que Porto Alegre está adotando no contexto de mudanças climáticas.

Apesar da distância, o Secretário se fez presente enviando vídeo diretamente da COP 27, enaltecendo a importância da 6ª Conferência Municipal do Meio Ambiente de Porto Alegre para os debates sobre o meio ambiente e o modelo de cidade que a sociedade quer para as gerações presente e futura.

Fonte: Dos Autores, 2022.

Fonte: Dos Autores, 2022.

4 COMPROMISSO COM A INCLUSÃO SOCIAL

Uma das preocupações na 6ª Conferência Municipal do Meio Ambiente de Porto Alegre era criar um ambiente que possibilitasse ao máximo a interação da sociedade com as atividades do evento.

No primeiro dia do evento, todos os painéis tiveram a presença de intérpretes de libras, que também aparecem nas gravações para aqueles que desejarem assistir a qualquer tempo pelo YouTube, no canal da SMAMUS.

Fonte: Dos Autores, 2022.

Fonte: Dos Autores, 2022.

No segundo dia, várias pessoas da comunidade, profissionais de diversas áreas, professores, estudantes, servidores públicos e demais interessados compuseram os Grupos de Trabalho para a discussão dos assuntos.

No terceiro dia, todas as falas, debates e votação das moções foram traduzidas para libras e gravadas. No canal da SMAMUS no YouTube está disponibilizada a íntegra da Assembleia da 6ª Conferência Municipal do Meio Ambiente.

Fonte: Dos Autores, 2022.

Fonte: Dos Autores, 2022.

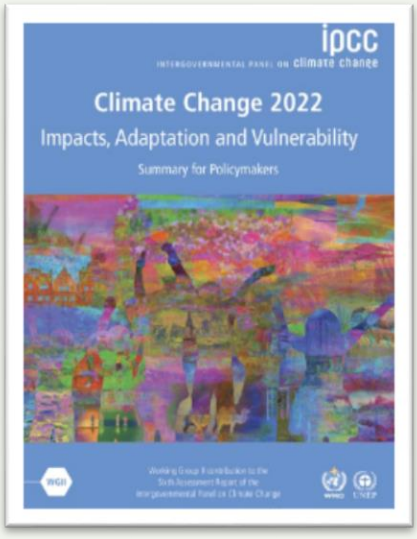
Fonte: Dos Autores, 2022.

5 TEMA DA 6ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE: ENFRENTAMENTO DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS EM PORTO ALEGRE

A pauta climática tem intrincada relação com as políticas públicas ambientais e de desenvolvimento econômico e social das cidades. A tríade proteção do meio ambiente, sustentabilidade e governança é inerente à construção da cidade do futuro, sobretudo, no contexto de mudanças climáticas decorrentes do aquecimento global antropogênico.

A Política Nacional sobre Mudança do Clima, instituída pela Lei Nacional nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, é uma política de Estado e não de governo, e no artigo 2º, inciso VIII, define a mudança de clima como aquela "que possa ser direta ou indiretamente atribuída à atividade humana que altere a composição da atmosfera mundial e que se soma àquela provocada pela variabilidade climática natural observada ao longo de períodos comparáveis". E os efeitos adversos da mudança do clima como as "mudanças no meio físico ou biota resultantes da mudança do clima que tenham efeitos deletérios significativos sobre a composição, resiliência ou produtividade de ecossistemas naturais e manejados, sobre o funcionamento de sistemas socioeconômicos ou sobre a saúde e o bem-estar humanos" (art. 2º, inciso II).

Meses antes da 6ª Conferência Municipal do Meio Ambiente de Porto Alegre, o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (Intergovernmental Panel on Climate Change, sigla IPCC) lançou o sexto relatório de avaliação sobre mudanças climáticas, denominado "Climate Change 2022: Impacts, Adaptation and Vulnerability"[1], que divulgou ser de confiança muito elevada (*very high confidence*) que



Fonte: Dos Autores, 2022.

[1] INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE (IPCC). Sixth Assessment Report: Working Group II – Impacts, Adaptation and Vulnerability. Headline Statements from the Summary for Policymakers. [S. l.]: IPCC, 28 feb. 2022. Disponível em: https://www.ipcc.ch/report/ar6/wg2/downloads/report/IPCC_AR6_WGII_HeadlineStatements.pdf. Acesso em: 17 ago. 2022.

> As alterações climáticas induzidas pelo homem, incluindo eventos extremos mais frequentes e intensos, causaram impactos adversos generalizados e perdas e danos relacionados à natureza e às pessoas, para além da variabilidade climática natural. Alguns esforços de desenvolvimento e adaptação reduziram a vulnerabilidade. Em todos os setores e regiões, observa-se que as pessoas e os sistemas mais vulneráveis são desproporcionalmente afetados. O aumento dos extremos meteorológicos e climáticos levou a alguns impactos irreversíveis, à medida que os sistemas naturais e humanos são empurrados para além da sua capacidade de adaptação [tradução livre].[2]

De acordo com o 6º Relatório do IPCC, há alta confiança (*high confidence*) de que "Se o aquecimento global exceder transitoriamente 1,5°C nas próximas décadas ou mais tarde (ultrapassagem), então muitos sistemas humanos e naturais enfrentarão riscos adicionais graves, em comparação com permanecerem abaixo de 1,5°C"[3] [tradução livre]. Também que "As escolhas sociais e as ações implementadas na próxima década determinarão até que ponto as trajetórias de médio e longo prazo proporcionarão maior ou menor desenvolvimento resiliente às alterações climáticas (*alta confiança*)" [tradução livre].[4]

Porto Alegre está atenta aos desafios que as mudanças climáticas e o aquecimento global antropogênico colocam para a cidade do futuro e a existência de um meio ambiente ecologicamente equilibrado para a presente e futura geração.

Pela Lei Complementar nº 872, de 10 de janeiro de 2020, foi instituída a Política de Sustentabilidade, Enfrentamento das Mudanças Climáticas e Uso Racional da Energia. Dentre os objetivos dessa moderna política pública está assegurar a compatibilização do desenvolvimento econômico-social com a proteção do sistema climático; fomentar

---

[2] Versão original: "*Human-induced climate change, including more frequent and intense extreme events, has caused widespread adverse impacts and related losses and damages to nature and people, beyond natural climate variability. Some development and adaptation efforts have reduced vulnerability. Across sectors and regions the most vulnerable people and systems are observed to be disproportionately affected. The rise in weather and climate extremes has led to some irreversible impacts as natural and human systems are pushed beyond their ability to adapt*." INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE (IPCC). Sixth Assessment Report: Working Group II – Impacts, Adaptation and Vulnerability. Headline Statements from the Summary for Policymakers. Geneva (Switzerland): IPCC, 28 feb. 2022. Disponível em: https://www.ipcc.ch/report/ar6/wg2/downloads/report/IPCC_AR6_WGII_HeadlineStatements.pdf. Acesso em: 17 ago. 2022.

[3] Versão original: "If global warming transiently exceeds 1.5°C in the coming decades or later (overshoot), then many human and natural systems will face additional severe risks, compared to remaining below 1.5°C (high confidence)." INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE (IPCC). Sixth Assessment Report: Working Group II – Impacts, Adaptation and Vulnerability. Headline Statements from the Summary for Policymakers. Geneva (Switzerland): IPCC, 28 feb. 2022. Disponível em: https://www.ipcc.ch/report/ar6/wg2/downloads/report/IPCC_AR6_WGII_HeadlineStatements.pdf. Acesso em: 17 ago. 2022.

[4] Versão original: "Societal choices and actions implemented in the next decade determine the extent to which medium- and long-term pathways will deliver higher or lower climate resilient development (high confidence)." INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE (IPCC). Sixth Assessment Report: Working Group II – Impacts, Adaptation and Vulnerability. Headline Statements from the Summary for Policymakers. Geneva (Switzerland): IPCC, 28 feb. 2022. Disponível em: https://www.ipcc.ch/report/ar6/wg2/downloads/report/IPCC_AR6_WGII_HeadlineStatements.pdf. Acesso em: 17 ago. 2022.

mudanças de comportamento que estimulem a modificação ambientalmente positiva nos hábitos e nos padrões de consumo, nas atividades econômicas, no transporte e no uso do solo urbano e rural, com foco na redução de emissões dos gases de efeito estufa (GEE) e no aumento de sua absorção por sumidouros. Também implementar ações de prevenção e adaptação às alterações produzidas pelos impactos das mudanças climáticas, visando a proteger, principalmente, os estratos mais vulneráveis da população; adotar medidas e estratégias para a mitigação da mudança do clima por meio da redução de emissões de GEE e do fortalecimento das remoções por sumidouros desses gases, bem como para a identificação de vulnerabilidades no Município de Porto Alegre, estabelecendo medidas adequadas de adaptação e resiliência e impedindo a interferência antrópica e perigosa no sistema climático, prevenindo, minimizando, mitigando, compensando ou reparando os impactos e danos gerados.

Com o intuito de fomentar as boas práticas para enfrentamento das mudanças climáticas, Porto Alegre criou o Programa de Premiação e Certificação em Sustentabilidade Ambiental, através da Lei Complementar nº 872, de 10 de janeiro de 2020, regulamentada pelo Decreto nº 21.789, de 19 de dezembro de 2022. Os empreendimentos que comprovarem a adoção de medidas que contribuam para a redução dos impactos ambientais e estejam alinhados à Política de Sustentabilidade, Enfrentamento das Mudanças Climáticas e Uso Racional da Energia, poderão ser certificados e, com isso, receberem incentivos urbanísticos e fiscais. Para mais informações acesse https://prefeitura.poa.br/carta-de-servicos/premiacao-e-certificacao-em-sustentabilidade-ambiental.

Porto Alegre está entre as oito cidades escolhidas pelo ICLEI - Governos Locais pela Sustentabilidade, em parceria com a ONU-Habitat e a Comissão Europeia, para implementação do programa global *Urban Leds*, que visa à promoção de estratégias de baixo carbono em países emergentes. O projeto apoia várias ações de redução da emissão de gases de efeito estufa nas cidades. Dentre elas está a produção de um inventário dos gases poluentes que contribuem para o aquecimento global antropogênico. A existência de um inventário de gases de efeito estufa é de suma importância para diagnóstico da realidade, sobretudo, das fontes de emissão. Também fornece informações substanciais para elaboração de projetos e ações visando ao enfrentamento das mudanças do clima, bem como dá transparência aos dados sobre as questões climáticas na cidade.

O primeiro inventário de gases de efeito estufa de Porto Alegre foi publicado em 2015[5]. O estudo teve por ano base 2013. Nele foram quantificados os gases de efeito estufa Dióxido de Carbono (CO_2), Metano (CH_4), Óxido Nitroso (N_2O), Hexafluoreto de enxofre (SF_6), Hidrofluorcarbonos (HFCs), Perfluorcarbonos (PFCs), Trifluoreto de nitrogênio (NF_3). A partir da metodologia *Global Protocol for Community-Scale Greenhouse Gas Emission Inventories* (GPC[6]) foram identificadas as emissões de gases de efeito estufa dos setores de energia estacionária, transporte, resíduos, processos industriais e uso de produtos (IPPU), agricultura, florestas e uso da terra (AFOLU), e outros.

Fonte: Dos Autores, 2022.

A fim de distinguir o local de emissão dos gases de efeito estufa foram definidas três categorias, são elas:

> Escopo 1: de relato obrigatório, são emissões que ocorrem dentro das fronteiras geográficas do município.
>
> Escopo 2: de relato obrigatório, são emissões indiretas provenientes da geração da energia elétrica e térmica consumida dentro das fronteiras geográficas de Porto Alegre. As emissões podem ocorrer dentro ou fora do município.
>
> Escopo 3: todas as outras emissões indiretas, não relatadas no Escopo 2, que correm fora dos limites geográficos da cidade. O relato das emissões de fontes de escopo 3 é opcional e considerada uma boa prática.[7]

No ano de 2013 a cidade de Porto Alegre emitiu 2.829.128 toneladas de gás carbônico equivalente (CO_2e), o que representa 2 toneladas de CO_2e per capita[8]. Desse

[5] PORTO ALEGRE; ICLEI - GOVERNOS LOCAIS PELA SUSTENTABILIDADE. 1º Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa para a cidade de Porto Alegre. Porto Alegre: Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 2016. Disponível em: https://prefeitura.poa.br/sites/default/files/usu_doc/sites/smamus/1inventariogeepoa.pdf. Acesso em: 17 ago. 2022.

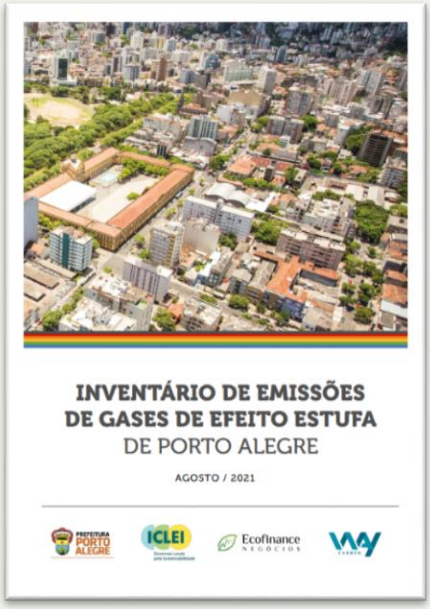
[6] Sobre a metodologia *GPC* acesse o link https://ghgprotocol.org/ghg-protocol-cities.

[7] PORTO ALEGRE; ICLEI - GOVERNOS LOCAIS PELA SUSTENTABILIDADE. 1º Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa para a cidade de Porto Alegre. Porto Alegre: Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 2016. Disponível em: https://prefeitura.poa.br/sites/default/files/usu_doc/sites/smamus/1inventariogeepoa.pdf. Acesso em: 17 ago. 2022.

[8] O cálculo foi feito baseado no censo de 2010, que registrou a população de 1.409.351 indivíduos em Porto Alegre.

total, 68% são emissões de escopo 1, 12% de escopo 2 e 20% de escopo 3. O setor que mais emitiu gases poluentes foi o de transporte, representando 1.882.103 CO_2e ou 66 % do total de emissões para o ano de 2013. O setor de resíduos foi o segundo de maior emissão de gases de efeito estufa, computando cerca de 561.189 CO_2e (20%). O terceiro setor de maior emissão foi o de energia estacionária, representando 385.836 CO_2e (18%).[9]

Em 2021 foi publicado o segundo inventário de emissões de gases de efeito estufa de Porto Alegre[10]. O documento tem um estudo mais robusto e o marco temporal de 4 anos. No período de 2016, 2017, 2018 e 2019 foi constatado que "**As emissões diminuíram em média 5% ao longo dos anos**, com contribuições principais advindas dos setores de Transportes e Energia Estacionária. " (Grifos nossos). Também de o setor de transportes continuar sendo o de maior emissão, atingido 67% do total de emissões de gases de efeito estufa de 2016 a 2019. No ano de 2019 foi contabilizada a emissão de mais de 2,3 milhões de toneladas de CO_2e., o que representa 1,51 toneladas de CO_2e per capita[11], quantidade menor em comparação ao inventário de 2013.



Fonte: Dos Autores, 2022.

A título de curiosidade, com a promulgação da Lei Municipal nº 13.155, de 22 de junho de 2022, o dia 16 de março foi integrado ao calendário de datas do Município de Porto Alegre como o dia de conscientização sobre as mudanças climáticas. A data segue a previsão da Lei Nacional nº 12.533, de 2 de dezembro de 2011, que estabelece o dia 16

[9] PORTO ALEGRE; ICLEI - GOVERNOS LOCAIS PELA SUSTENTABILIDADE. 1º Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa para a cidade de Porto Alegre. Porto Alegre: Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 2016. Disponível em: https://prefeitura.poa.br/sites/default/files/usu_doc/sites/smamus/1inventariogeepoa.pdf. Acesso em: 17 ago. 2022.

[10] PORTO ALEGRE; ICLEI - GOVERNOS LOCAIS PELA SUSTENTABILIDADE; ECOFINANCE NEGÓGIOS; WAY CARBON 2º Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa para a cidade de Porto Alegre. Porto Alegre: Prefeitura Municipal de Porto Alegre, ago. 2021. Disponível em: https://prefeitura.poa.br/sites/default/files/usu_doc/noticias/2021/08/12/RELATORIO_INVENTARIO_POA_WEB.pdf. Acesso em: 17 ago. 2022.

[11] O cálculo foi feito com base na abordagem BASIC. "O nível BASIC contempla as fontes de emissão que normalmente ocorrem em cidades e que possuem métodos de cálculo estabelecidos e dados disponíveis, como as fontes de energia estacionária, transporte e resíduos gerados dentro dos limites geográficos estabelecidos." PORTO ALEGRE; ICLEI - GOVERNOS LOCAIS PELA SUSTENTABILIDADE; ECOFINANCE NEGÓGIOS; WAY CARBON 2º Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa para a cidade de Porto Alegre. Porto Alegre: Prefeitura Municipal de Porto Alegre, ago. 2021. Disponível em: https://prefeitura.poa.br/sites/default/files/usu_doc/noticias/2021/08/12/RELATORIO_INVENTARIO_POA_WEB.pdf. Acesso em: 17 ago. 2022. p. 27.

de março como o Dia Nacional de Conscientização sobre as Mudanças Climáticas. Esse dia marca a data de abertura para assinaturas do Protocolo do Quioto[12], tratado internacional decorrente da 3ª Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas[13], que teve por diferencial a definição de metas para redução de emissões de gases de efeito estufa pelas Partes-países desenvolvidos. O Brasil aprovou o documento pelo Decreto Legislativo nº 144, de 2002.

Fonte: Dos Autores, 2022.

Importante registrar que Porto Alegre está desenvolvendo seu Plano de Ação Climática (PLAC). O objetivo é identificar e estabelecer medidas prioritárias para redução da emissão de gases de efeito estufa, bem como para mitigação e adaptação climáticas.

Para tanto, a prefeitura de Porto Alegre firmou uma cooperação técnica com o Banco Mundial, a qual foi apresentada na COP 27 por Germano Bremm, Secretário Municipal do Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade.

Fonte: Dos Autores, 2022.

O Plano de Ação Climática será o produto da consultoria técnica firmada pela Way Carbon, em consórcio com o ICLEI América do Sul, Ludovico Lopes Advogados e Ecofinance Negócios, via financiamento a fundo perdido, contratada a partir da cooperação supra mencionada. Para mais informações acesse o link https://prefeitura.poa.br/smamus/plano-de-acao-climatica.

[12] 3 BRASIL. Ministério da Ciência e Tecnologia. Protocolo de Quioto: a convenção sobre mudança do clima. O Brasil e a Convenção-Quadro das Nações Unidas. Apoio do Ministério das Relações Exteriores. Brasília, DF: MCT, [200-]. Disponível em: https://livroaberto.ibict.br/bitstream/1/855/2/Protocolo%20de%20Quioto.pdf. Acesso em: 02 jan. 2019.

[13] BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 6.377-B, DE 2009 (do Senado Federal). PLS nº 171/2008. Ofício nº 2.516/09 (SF). Diário da Câmara dos Deputados, Ano LXVI, nº 153, sábado, 03 de setembro de 2011. Brasília-DF, 2011. Disponível em: https://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD03SET2011.pdf#page=120. Acesso em: 17 ago. 2022.

Com o fim de elaborar Plano de Mitigação e Adaptação às Mudanças Climáticas foi constituído Grupo de Trabalho formado por diversos servidores de diferentes secretarias, departamentos e Procuradoria Geral do Município de Porto Alegre.

A partir dessas informações e aproveitando o ensejo da COP 27, a 6ª Conferência Municipal do Meio Ambiente teve por tema “Enfrentamento das Mudanças Climáticas Em Porto Alegre”.

Para a 6ª Conferência Municipal do Meio Ambiente foram concebidos 5 (cinco) eixos temáticos multidisciplinares, a fim de trazer ao público profissionais de renome sobre assuntos transversais envolvendo mudanças climáticas e Porto Alegre e assim fomentar as discussões sobre as políticas públicas de meio ambiente nos dias seguintes do evento.

6 PAINÉIS TEMÁTICOS

O primeiro dia da 6ª Conferência Municipal do Meio Ambiente de Porto Alegre foi estruturado na forma de painel, trazendo especialistas de diversas áreas para falarem, a partir de suas atuações profissionais e experiências acadêmicas sobre a temática mudanças climáticas e Porto Alegre, subdividida em 5 (cinco) eixos. São eles:

EIXO I - Mudanças climáticas e Porto Alegre em 2050;
EIXO II - Mudanças climáticas, resíduos e aproveitamento energético: potencialidades e dificuldades da cidade;
EIXO III - Mudanças climáticas, transporte e mobilidade urbana;
EIXO IV - Mudanças climáticas e Plano Diretor Ambiental;
EIXO V - Mudanças climáticas, áreas de risco e prevenção a desastres nas cidades.

A multidisciplinariedade dos painéis condiz com a necessária visão multifacetada, sobretudo, no emergente cenário de mudanças climáticas, que se deve ter sobre as políticas públicas de proteção ao meio ambiente e as políticas públicas urbanísticas, bem como as políticas públicas sociais e de desenvolvimento.

Cada eixo foi composto de, no mínimo, 3 (três) profissionais de áreas diferentes e 1 (um) mediador. No anexo I estão os minicurrículos dos painelistas e mediadores de todos eixos temáticos.

Para cada painelista foi oportunizado o tempo de aproximadamente 15 (quinze) minutos de fala, com a possibilidade de fazer projeção de apresentação do tipo Power Point na tela do auditório.

Coube ao mediador conduzir e articular os temas trazidos nos painéis, em atenção ao roteiro entregue pela organização do evento. Antes de oportunizar a fala aos integrantes do eixo, o mediador fez a leitura do minicurrículo de cada um a fim de informar ao público sobre a expertise e a área de atuação dos painelistas.

Findo o último painel e não extrapolado o tempo máximo do eixo, o mediador elaborava uma pergunta aos painelistas que envolvia, na medida do possível, a maior parte dos assuntos abordados nos respectivos painéis.

Fonte: Dos Autores, 2022.

Todo esse trabalho nos eixos temáticos foi idealizado a fim de aproximar os participantes do evento com a temática mudanças climáticas e possibilitar debate diferenciado nos Grupos de Trabalho.

A íntegra dos painéis temáticos pode ser assistida pelo canal da SMAMUS no You Tube, através dos links a seguir.

- Vídeo: 6ª Conferência Municipal do Meio Ambiente – Dia 17/nov – Parte 1/3, link https://www.youtube.com/watch?v=Rvdy_KE0bso
- Vídeo: 6ª Conferência Municipal do Meio Ambiente – Dia 17/nov – Parte 2/3, link https://www.youtube.com/watch?v=Jo76xwXj3kE
- Vídeo: 6ª Conferência Municipal do Meio Ambiente – Dia 17/nov – Parte 3/3, link https://www.youtube.com/watch?v=qSgponqEQLY&t=6475s

6.1 EIXO I - MUDANÇAS CLIMÁTICAS E PORTO ALEGRE EM 2050

O eixo inaugural teve por temática “Mudanças climáticas e Porto Alegre em 2050”. O mediador foi Maurício Loss, secretário-adjunto Municipal da Secretaria Municipal do Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade de Porto Alegre, e painelistas Délton Winter de Carvalho, Nelson Ferreira Fontoura e Rualdo Menegat.

No painel “Mudança Climática e Porto Alegre: Adaptação Climática pelo Direito”, Délton Winter de Carvalho iniciou sua abordagem falando sobre a Era do Antropoceno e a expoente elevação da temperatura média global pós-Revolução Industrial. Contextualizou sobre os efeitos das mudanças climáticas em âmbito global e local e de já estarmos no cenário de emergência climática. Tratou sobre os riscos climáticos para as cidades, as questões sobre a justiça climática, as vulnerabilidades físicas e sociais, a gestão de riscos e a necessidade de adaptação climática sob a ótica do Direito dos Desastres.

Fonte: Dos Autores, 2022.

Fonte: Dos Autores, 2022.

Nelson Ferreira Fontoura trouxe no painel “Mudanças climáticas e Porto Alegre” explicações sobre o que são os gases de efeito estufa (GEE) e como eles contribuem para a elevação progressivamente mais veloz da temperatura média global. Também como o

aquecimento global influencia na ocorrência de eventos extremos cada vez mais avassaladores. Alertou que o aquecimento global já é uma realidade em Porto Alegre e destacou o risco do avanço da salinização da Laguna dos Patos vir a atingir o Lago Guaíba. Por fim, advertiu ainda existirem medidas de mitigação que podem ser postas em prática, por exemplo, com a construção de barragens.

Fonte: Dos Autores, 2022.

Na sequência, Rualdo Menegat trouxe no painel “Nossa Terra, Nosso Clima, Nossa Cidade: na Era urbana do antropoceno” que o grande desafio no século XXI não está no aumento populacional, mas sim, em como enfrentar as mudanças climáticas causadas pela desenfreada emissão de gases de efeito estufa, resultante da queima de combustíveis fósseis. Explicou que em Porto Alegre as mudanças climáticas poderão implicar na elevação do nível do lago Guaíba, aumento de chuvas intensas, secas e estiagens, ventos fortes e na forma de exploração de jazidas de carvão na região metropolitana. Ressaltou que o aquecimento global traz mudanças sensíveis relacionadas ao uso e consumo da água e que para enfrentar as mudanças climáticas mostra-se necessário ter uma visão integrada entre geossistemas, ecossistemas e sistemas humanos.

6.2 EIXO II - MUDANÇAS CLIMÁTICAS, RESÍDUOS E APROVEITAMENTO ENERGÉTICO: POTENCIALIDADES E DIFICULDADES NA CIDADE

Tendo por mediadora Maria Caravagio Nunes, no eixo II sobre “Mudanças climáticas, resíduos e aproveitamento energéticos: potencialidades e dificuldades na

cidade", o debate contou com a presença de Leomyr de Castro Girondi, Luciana Paulo Gomes e Arceu Bandeira Rodrigues.

Com o painel "Visão do Operador de Tratamento e Disposição Final", Leomyr de Castro Girondi falou sobre a gestão de resíduos, com enfoque em Porto Alegre. Explicou que a gestão de resíduos tem três eixos pilares, são eles, quantidade de resíduos gerados, qualidade dos resíduos gerados e a legislação aplicável. Conforme os estudos mais recentes, Porto Alegre destina mais de 480 milhões de quilos de resíduos por ano, o que equivale à 230 quilos por habitante/ano. Nos últimos anos a tendência é de diminuição da geração de resíduos. Existem três processos de valorização dos resíduos, quais sejam, queima de metano e geração de crédito de carbono, geração de energia elétrica e geração de gás natural comprimido e veicular (GNC e GNV). Contudo, ainda há outros processos de aproveitamento para, por exemplo, geração de energia verde, biodigestão dos orgânicos seletivos, utilização de biometano em caldeiras.

Fonte: Dos Autores, 2022.

Fonte: Dos Autores, 2022.

A abordagem de Luciana Paulo Gomes tinha por título "Gerenciamento de Resíduos Sólidos Urbanos e Rurais visando cuidados com as Mudanças Climáticas". Em sua fala tratou sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), destacando a ODS 11 - cidades e

Fonte: Dos Autores, 2022.

comunidades sustentáveis e a ODS 12 - consumo e produção responsáveis. Distinguiu o resíduo urbano do resíduo rural e destacou a necessidade de gestão diferenciada dos resíduos. Também ressaltou a importância de serem realizados inventários sobre os resíduos. Trouxe dados sobre as unidades de compostagem no Brasil e no Rio Grande do Sul e da pesquisa em desenvolvimento sobre o gerenciamento de resíduos e absorção de CO_2 (gás carbônico) pelas áreas verdes em campus universitário da Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

Fonte: Dos Autores, 2022.

Arceu Bandeira Rodrigues foi responsável pelo painel “Mudanças climáticas, resíduos e aproveitamento energético: potencialidades e dificuldades na cidade”. A partir de sua experiência como Diretor do Departamento Municipal de Limpeza Urbana de Porto Alegre, falou sobre o histórico da gestão de resíduos em Porto Alegre. Destacou que o gás metano (CH_4) é gerado pela digestão anaeróbia dos resíduos e é um dos principais gases de efeito estufa. Que os aterros sanitários geram muito gás metano. Explicou que Porto Alegre adotou outras ações para mudar a forma de tratar os resíduos apenas em aterros sanitários e assim diminuir a quantidade de emissão de gases de efeito

estufa. Citou, por exemplo, a criação de unidade de triagem e compostagem e a implementação do projeto Ecoparque.

Fonte: Dos Autores, 2022.

6.3 EIXO III - MUDANÇAS CLIMÁTICAS, TRANSPORTE E MOBILIDADE URBANA

Karen da Costa Machado Moreira foi responsável por mediar o Eixo III, denominado "Mudanças climáticas, transporte e mobilidade urbana". Os painelistas foram Willian Wills, Rodrigo Corradi e Matheus Ayres.

Fonte: Dos Autores, 2022.

Com o painel "Sistema de indicadores de sustentabilidade para o transporte público urbano na cidade de Porto Alegre", Willian Wills fez breve contextualização sobre as emissões de gases de efeito estufa pelo setor de transportes em Porto Alegre, que representa a maior fonte de emissão no município. Também apresentou dados do projeto de pesquisa sobre as consequências de eletrificação da frota de ônibus de transporte público movido a diesel na cidade de Porto Alegre. Nesse projeto estiveram reunidos o

Centro Brasil no Clima (CBC), o Instituto Augusto Carneiro e o Grupo de Economia do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Universidade Federal do Rio de Janeiro (GEMA-UFRJ).

Fonte: Dos Autores, 2022.

Ato contínuo, Rodrigo Corradi contextualizou o ICLEI – Governos Locais para a Sustentabilidade e falou sobre o sistema de governança. Ressaltou ser um fato a emergência climática e os eventos extremos climáticos no Brasil. Também que mais de 50% das emissões de gases de efeito estufa em Porto Alegre são do setor de transportes, sendo 11% identificadas no transporte público. Contudo, tem-se que considerar que o transporte público transporta muita gente e polui menos em comparação ao transporte de carga e individual de passageiros. Por isso, reforçou a importância do transporte coletivo e o potencial de eletrificação da frota de transporte público como medida de mitigação das mudanças climáticas. Mencionou sobre a experiência de outros países da América do Sul que utilizam quantidade considerável de frota de ônibus de transporte público eletrificada. Por fim, destacou que o grande desafio está em como realizar essa alteração no sistema de mobilidade da cidade.

Fonte: Dos Autores, 2022.

No painel “Transporte alternativo sustentável: Secretaria de Mobilidade Urbana”, o secretário-adjunto municipal de Mobilidade Urbana, Matheus Ayres, falou sobre o sistema de mobilidade urbana de Porto Alegre. Que o transporte público municipal representa cerca de 45% dos meios de transporte utilizados em Porto Alegre. Explicou que o município tem uma política de transporte sustentável e destacou a recente aprovação do Plano de Mobilidade Urbana – PLU, pela Lei Complementar nº 951, de 17 de agosto de 2022. Trouxe dados do Programa Mais Transporte, que busca melhorar e inovar a frota de ônibus público, aumentar as faixas exclusivas de transporte coletivo entre outros. Também falou sobre a ampliação de ciclovias e de bikes compartilhadas, da revitalização dos terminais de ônibus públicos, do Projeto Rua Completa e dos intentos de eletrificação dos ônibus de transporte público.

Fonte: Dos Autores, 2022.

6.4 EIXO IV - MUDANÇAS CLIMÁTICAS E PLANO DIRETOR AMBIENTAL

O Eixo IV, intitulado “Mudanças Climáticas e Plano Diretor Ambiental” e mediado por Renata Saffer, contou com a presença das painelistas Annelise Monteiro Steigleder, Cibele Vieira Figueira, Patrícia da Silva Tschopeke e Vaneska Paiva Henrique.

Fonte: Dos Autores, 2022.

Annelise Steigleder iniciou o circuito de painéis falando sobre “Plano Diretor e Mudanças Climáticas”. A partir de sua atuação como promotora estadual do Meio Ambiente em Porto Alegre, Annelise falou da importância de nesse momento de revisão do Plano Diretor Municipal serem pensados instrumentos jurídicos para melhorar o planejamento urbano e ambiental da cidade. Contextualizou a concepção de multiescalaridade e reforçou a necessidade de as reflexões sobre as mudanças climáticas serem em escala espacial ampliada. Mencionou sobre a necessidade de os governos locais observarem as diretrizes internacionais, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o Marco de Sendai, o Acordo de Paris e a própria Política Nacional de Mudança no Clima[14]. Também de ser função precípua e irrenunciável do Estado a regulação pública e, por conseguinte, dos desafiantes cenários decorrentes das mudanças climáticas. Tratou sobre a função social e ambiental da propriedade e da cidade, bem como da colisão entre o direito de construir e o aumento dos espaços de verde urbano para as funções ecossistêmicas. Pontuou que o Plano Diretor precisa ter um viés normativo para induzir novos modelos de uso e ocupação do espaço, em atenção às possibilidades que o Estatuto da Cidade[15] oferece, por exemplo, direito de perempção, Transferência de Potencial Construtivo, reparcelamento do solo.

Fonte: Dos Autores, 2022.

[14] Lei Nacional nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

[15] Lei Nacional nº 10.257, de 10 de julho de 2001.

No painel “Mudanças Climáticas e Plano Diretor Ambiental”, Cibele Vieira Figueira falou sobre desequilíbrio ecológico e que para enfrentá-lo é preciso uma mudança de lógica daquilo que se entende por qualidade de vida e forma de consumo, por exemplo. Explicou que nas cidades a questão urbana está revelando a questão humana enquanto desequilíbrio. Vê-se a construção física do desequilíbrio ambiental, social e econômico. De a lógica de mercado estar construindo a ideia de cidade como centro mercantilista que não está conectado às necessidades humanas, mas sim, às necessidades de mercado. Tem-se a disfunção entre aquilo que se produz daquilo que é necessário. É importante que esse tipo de lógica seja alterado durante a revisão do Plano Diretor. Frisa que o processo de revisão do Plano Diretor tem se mostrado claro e transparente. Também que o atual Plano Diretor de Porto Alegre tem previsões consistentes sobre princípios, estratégias e modelos espaciais, devendo a revisão avançar principalmente nos instrumentos e sistema de gestão e planejamento, com ênfase na habitação.

Fonte: Dos Autores, 2022.

O painel “Revisão do Plano Diretor” teve por painelistas Patrícia da Silva Tschopeke e Vaneska Paiva Henrique. Elas explicaram que, para a revisão do atual Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de Porto Alegre, instituído pela Lei Complementar nº 434, de 1 de dezembro de 1999, está sendo realizada uma avaliação crítica fixada em três pilares. São eles, premissas, modelo espacial e sistema de gestão e planejamento.

Fonte: Dos Autores, 2022.

Dentre os propósitos dessa revisão está o de alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. O foco está no espaço público, buscando a integração dos elementos urbanísticos com os naturais. Na revisão do espaço urbano procura-se a inclusão dos elementos naturais como integrantes do modelo espacial, por exemplo, com corredores ecológicos verdes e azuis, categorização das áreas verdes e criação de redes conectoras, inclusão das áreas de Mata Atlântica no sistema de espaços naturais e suas conexões. No processo de revisão já foram realizadas a leitura técnica e a leitura comunitária dos espaços naturais no Plano Diretor. No que tange à habitação, estão sendo consideradas no processo de revisão as regras sobre taxas de ocupação, recuos, índices de aproveitamento, alturas e densidades.

Fonte: Dos Autores, 2022.

6.5 EIXO V - MUDANÇAS CLIMÁTICAS, ÁREAS DE RISCO E PREVENÇÃO AOS DESASTRES NAS CIDADES

O último Eixo do evento foi o Eixo V, sobre “Mudanças Climáticas, áreas de risco e prevenção aos desastres nas cidades”. Gabriela de Azevedo Moura mediou os painéis feitos por Joel Avruch Goldenfum, Coronel Evaldo Rodrigues de Oliveira Júnior e Juliano Morales de Oliveira.

Fonte: Dos Autores, 2022.

Com o painel intitulado “Mudanças Climáticas: Áreas de Risco em Porto Alegre”, Joel Avruch Goldenfum inicialmente fez a diferenciação entre os conceitos de enchente ou cheia, alagamento, inundação e enxurrada. Falou sobre as cheias históricas que aconteceram em Porto Alegre nos anos de 1928, 1941, 1967 e 2015. Ressaltou que os eventos extremos de precipitação podem causar diferentes tipos de desastres como, por exemplo, quedas de árvores, deslizamentos, erosão de margem fluvial. Distinguiu os conceitos de variabilidade climática, anomalia climática, mudança climática e ilhas de calor. Trouxe dados de estudos envolvendo questões hídricas no país e em Porto Alegre. Explicou que além das mudanças climáticas, a mudança do uso do solo tem efeito dramático e rápido para a ocorrência de desastres. Também sobre os impactos da urbanização e a ocorrência de desastres e as áreas de risco em Porto Alegre.

Fonte: Dos Autores, 2022.

Trazendo sua vasta experiência como agente de proteção e defesa civil, o Coronel Evaldo Rodrigues de Oliveira Júnior falou sobre o órgão e o sistema de Defesa Civil em Porto Alegre. Informou que pelo estudo realizado em 2012 foram identificadas 118 áreas de risco no município, sendo acrescida mais uma área de risco no ano de 2015. Contextualizou a criação e a restruturação da Comissão Permanente de Atuação em Emergência (Copae), que visa à articulação dos esforços da Administração Municipal no desempenho das ações de Defesa Civil. Para ele, o produto de maior relevância decorrente desta Comissão foi o Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil, aprovado em 2022[16]. Explicou que nos últimos 10 anos ocorreram eventos climáticos que potencializaram os riscos nas áreas de riscos. Informou que no ano 2022 estavam sendo realizadas vistorias técnicas junto com o Serviço Geológico do Brasil para elaboração de relatório atualizado das áreas de risco em Porto Alegre. Embora o estudo ainda não tenha finalizado, estima-se que no município tenha 200 áreas de risco, sendo 50 de muito alto risco. Também falou sobre o projeto de elaboração de planos comunitários de contingência em Porto Alegre.

Fonte: Dos Autores, 2022.

Juliano Morales de Oliveira realizou o último painel do evento, intitulado "Produtividade de Florestas Urbanas no Sul e Sudeste do Brasil: discutindo serviços ambientais em cidades mais densas e mais quentes". O painelista conceituou ecossistema e serviços ecossistêmicos. Explicou que os serviços ecossistêmicos integram o capital natural e interagem com o capital social, construído e humano, provendo em maior ou menor quantidade os benefícios para sustentabilidade humana.

[16] Pelo Decreto nº 21.533, de 22 de junho de 2022, foi aprovado o Plano de Contingências de Proteção e Defesa Civil de Porto Alegre e o Plano de Ações Emergenciais de Proteção e Defesa Civil em Áreas de Muito Alto Risco. Esse plano pode ser acessado pelo link https://dopaonlineupload.procempa.com.br/dopaonlineupload/4419_ce_366883_2.pdf.

Também sobre os quatro grandes tipos de serviços ecossistêmicos, quais sejam, de provisão, de regulação, de suporte e de cultura. Teceu comentários acerca do valor monetário dos serviços ecossistêmicos e da ecologia econômica. Falou de como o crescimento urbano afeta os serviços ecossistêmicos, da relação das mudanças climáticas com a cidade e da necessidade de serem melhorados os serviços ecossistêmicos dos quais as cidades dependem (retroalimentação por recompensa). Apresentou dados sobre um estudo dos efeitos da urbanização e do clima na produtividade primária de florestas urbanas no sul e sudeste do Brasil. Por fim, ressaltou que uma agenda de conservação e manejo de vegetação urbana é fundamental para a gestão da cidade.

Fonte: Dos Autores, 2022.

6.6 INTEGRAÇÃO COM A REVISÃO DO PLANO DIRETOR

No primeiro dia do evento também houve a integração com as atividades da revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental de Porto Alegre (PDDUA). O atual Plano foi instituído pela Lei Complementar nº 434, de 1º de dezembro de 1999. A revisão está sendo feita em atenção ao Estatuto da Cidade, instituído pela Lei Nacional nº 10.257, de 10 de julho de 2001.

Próximo ao auditório que aconteciam os eixos foram expostos, na área onde acontecia o *coffee break*, vários painéis da etapa "Leitura da Cidade". Enquanto interagiam e discutiam sobre o evento, os participantes puderam fazer a leitura dos resultados dessa etapa da revisão do Plano Diretor de Porto Alegre.

Fonte: Dos Autores, 2022.

Todas as etapas e o status de revisão do Plano Diretor de Porto Alegre podem ser visualizadas no site da Prefeitura, especificamente na aba *Plano Diretor de Porto Alegre*, link https://prefeitura.poa.br/planodiretor/sobre-a-revisao.

Fonte: Dos Autores, 2022.

7 GRUPOS DE TRABALHO TEMÁTICOS

Os Grupos de Trabalho temáticos foram arquitetados considerando os temas emergentes envolvendo as políticas públicas de meio ambiente e urbanismo em Porto Alegre.

Ao todo foram escolhidos quatro temas centrais para que os participantes pudessem dialogar e elaborar proposituras de moções para subsidiar políticas públicas nas áreas de resíduos e aproveitamento energético, transporte e mobilidade urbana, Plano Diretor Municipal, áreas de risco e desastres.

Nos Grupos de Trabalho os participantes foram estimulados a debaterem sobre o histórico e a atual situação dos serviços e políticas públicas relacionadas às temáticas. Também a identificarem os pontos positivos e os que precisariam de aprimoramento e revisão, o que era desejável pela comunidade e, principalmente, factível de ser posto em prática pela Administração Pública.

Os participantes do evento puderam, no ato de inscrição, escolher para qual Grupo de Trabalho gostariam de participar, mas, durante as reuniões, não havia qualquer vedação de também estarem nos outros grupos.

Em todos os Grupos de Trabalho estiveram presentes servidores da SMAMUS para fomentarem os debates técnicos e prestarem esclarecimentos acerca de eventuais dúvidas trazidas pela comunidade.

A formação dos grupos foi extremamente eclética, com profissionais de diversas áreas, representantes das comunidades, estudantes, professores, servidores públicos e outros interessados em debater a temática e, em conjunto, construírem proposituras de moções para serem votadas no terceiro dia do evento.

7.1 METODOLOGIA DE TRABALHO

Os Grupos de Trabalho aconteceram nas salas do prédio 40 da PUC-RS. O objetivo geral do Grupo de Trabalho era debater propostas de moções com o intuito de subsidiarem políticas públicas ambientais no município de Porto Alegre, relacionadas ao tema do Grupo em comento.

Os objetivos específicos do Grupo de Trabalho eram:

a) debater propostas viáveis e exequíveis para os gestores públicos aperfeiçoarem, executarem ou elaborarem ações e regramentos para o enfrentamento das mudanças climáticas no município de Porto Alegre, a partir dos temas palestrados nos eixos temáticos do primeiro dia da conferência;
b) identificar instrumentos, parcerias, envolvimento da população e outras ações que propiciem executar e aplicar as moções propostas pelo Grupo de Trabalho;
c) elaborar a redação final e aprovar as propostas decorrentes das atividades do grupo de trabalho, que serão apresentadas e votadas no terceiro dia do evento.

Em cada Grupo de Trabalho havia pelo menos um coordenador e um redator. Nas salas, tinha um computador com projetor para que os participantes pudessem elaborar, em conjunto, as proposituras de moções.

Coube ao coordenador explicar aos participantes a dinâmica para os debates e elaboração das proposituras de moções, as quais seriam apresentadas e votadas na reunião da Assembleia da 6ª Conferência Municipal do Meio Ambiente de Porto Alegre. Também esclarecer que as moções visam subsidiar a política ambiental municipal, sem caráter de obrigatoriedade.

Vencida a etapa de discussões, o coordenador sintetizava os principais apontamentos e, junto com o redator, apresentava uma proposta de redação para o grupo analisar e, por maioria, decidir quais as proposituras seriam levadas à plenária.

A reunião do Grupo de Trabalho foi registrada em ata pelo respectivo redator. Conforme modelo disponibilizado pela organização do evento, na ata deveria constar, no

mínimo, qual era o Grupo de Trabalho, o nome do coordenador e redator e as proposituras de moções aprovadas pela maioria do grupo. A ata tinha por anexo a lista de participantes.

7.2 GRUPO DE TRABALHO RESÍDUOS E APROVEITAMENTO ENERGÉTICO

O Grupo de Trabalho Resíduos e Aproveitamento Energético foi coordenado por Maria Caravaggio Nunes e Paula Moleta e teve por redatoras Catharina Mucunã Paiva e Juliana Brisola. A reunião durou cerca de 4 horas e 33 minutos. 21 pessoas participaram das discussões envolvendo a temática de resíduos e aproveitamento energético em Porto Alegre. Ao todo foram concebidas 11 proposituras.

7.2.1 Ata

Abaixo segue reprodução *ipsis litteris* da ata da reunião do Grupo de Trabalho Resíduos Sólidos e Aproveitamento Energético.

ATA DO GRUPO DE TRABALHO RESÍDUOS SÓLIDOS E APROVEITAMENTO ENERGÉTICO DA SEXTA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE PORTO ALEGRE

No dia 18 de novembro de 2022, às 14:11h, no Prédio 40, sala 504 da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, localizada na Avenida Ipiranga, nº 6.681, bairro Partenon, município de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul, deu-se início às atividades do Grupo de Trabalho Temático Resíduos Sólidos e Aproveitamento Energético, em atenção à programação para o segundo dia da sexta Conferência Municipal do Meio Ambiente de Porto Alegre. O Grupo de Trabalho teve por coordenadoras Maria Caravaggio Nunes e Paula Moleta, e como redatoras Catharina Mucunã Paiva e Juliana Brisola. As coordenadoras informaram aos participantes que a lista de presença constará como anexo desta ata, bem como explicaram a dinâmica para os debates e elaboração das proposituras a serem votadas no terceiro dia do evento. Os participantes reuniram-se para debater e propor propostas de moções para subsidiar políticas públicas envolvendo os resíduos sólidos e o aproveitamento energético. Após um pequeno intervalo, foram retomadas as atividades com discussões e redação final das propostas. As coordenadoras colocaram em votação o texto, sendo aprovadas por aclamação pelos participantes 11 (onze) propostas a serem apresentadas no terceiro dia do evento. São elas:
Proposta 1) Comunicação e acesso à informação: estimular e aprimorar uma comunicação integrada entre agentes públicos, privados e sociedade envolvidos com a política para a sustentabilidade, na qual sejam divulgadas todas as políticas públicas que são desenvolvidas e implementadas. Uso de uma linguagem em comum. Objetiva- se o alinhamento da informação referentes às práticas vigentes e futuras no Município.

Proposta 2) Comunicação e acesso à informação: Utilização das contas de IPTU, de consumo de água, energia, bem como uso de informativos visuais, no transporte público municipal, como um canal de informação relativo às boas práticas de sustentabilidade, como: dias e horários de coleta seletiva, a importância da triagem e separação dos resíduos em suas casas, dicas de consumo de água, importância da participação do cidadão no processo de sustentabilidade, etc.
Proposta 3) Programa de Incentivo à Compostagem: utilização de um bairro "piloto", ou praças (com participação dos prefeitos de praça), para ampliar práticas específicas (como a horta comunitária) com posterior avaliação e consolidação dos resultados, que poderiam ser projetados ao restante do Município.
Proposta 4) Criar moeda social inspirada no Pila Verde do Município de Santiago/RS. A ação objetiva estimular o cidadão a ser um agente na economia circular, à medida que ele entrega seu resíduo orgânico e em contrapartida, recebe a moeda social que pode ser utilizada nas feiras de orgânicos, com membros cadastrados. Estes, por sua vez podem trocar essas moedas por adubos. Essa iniciativa gera impacto positivo entre consumidores, feirantes e o próprio meio ambiente, fomentando a economia local, educação e sustentabilidade.
Proposta 5) Transformação do Decreto Municipal nº 21.073/2021 em Lei Municipal: busca-se garantir que a figura do "prefeito de praça" seja mantida mesmo após troca da gestão municipal nas eleições. Considera-se que os prefeitos de praça são agentes e canais de desenvolvimento de políticas ambientais sustentáveis. O projeto de lei partiria da sociedade civil e seria entregue à Câmara Municipal para votação.
Proposta 6) Promoção da capacitação dos prefeitos de praça: qualificar os prefeitos de praça com conhecimento técnico e prático ambiental, e torná-los verdadeiros "agentes de sustentabilidade" com capacidade de aplicação das políticas ambientais e de mobilização à educação para a sustentabilidade nas suas comunidades. Estender o convite às escolas municipais, para que seus gestores também participem da capacitação.
Proposta 7) Comunicação do acesso aos recursos do Fundo de Meio Ambiente conjugada com a capacitação de entidades para elaboração de projetos na área de educação ambiental: atualmente as entidades da sociedade civil não possuem informações sobre o acesso aos recursos que compõem o Fundo de Meio Ambiente. É necessário que as entidades da sociedade civil que atuam com educação ambiental possam apresentar projetos com os recursos inerentes ao Fundo.
Proposta 8) Inclusão da correta separação e destinação dos resíduos e a prática da compostagem nos critérios de incentivo do IPTU Verde: as condições para concessão dos benefícios fiscais que compõem o chamado "IPTU Verde", cuja regulamentação está em desenvolvimento no Município, devem incluir as práticas de separação e destinação dos resíduos sólidos, afim de promover seu implemento, além da própria compostagem. Os cidadãos que colocarem em prática tais procedimentos seriam contemplados com os benefícios do IPTU Verde.
Proposta 9) Ampliar o número de Unidades de Destinação Certa e aumentar sua importância: regulamentar e aumentar a quantidade de UDCs para que se tornem um ambiente adequado e um espaço suficientemente reservado à coleta de resíduos do Município. Estudar a viabilidade de um convênio entre o Município (especificamente o DMLU) e entidades que promovam a correta destinação dos materiais coletados nas UDCs, promovendo a troca de materiais que serão destinados conforme a atuação de cada UDC e entidade (feiras de trocas).
Proposta 10) Debater sobre o adequado tratamento dos efluentes de atividades que geram resíduos químicos: Desestimular que as atividades potencialmente geradores despejem efluentes *in natura* na rede pública.

Proposta 11) Formação cidadã: desenvolvimento de um canal de comunicação e sensibilização sobre sustentabilidade, com uma linguagem acessível ao cidadão, considerando o momento de inovação tecnológica nas plataformas digitais da Prefeitura. Após a leitura pelas coordenadoras das propostas aprovadas, foi feito o convite aos participantes para comparecerem ao terceiro e último dia do evento, que dar-se-á no dia 19 de novembro de 2022, no auditório 9 da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Por fim, as coordenadoras agradeceram a presença de todos e não havendo mais dúvidas deu por encerrada as atividades do Grupo de Trabalho às 18:44h.

7.3 GRUPO DE TRABALHO TRANSPORTE E MOBILIDADE URBANA

O Grupo de Trabalho Transporte e Mobilidade Urbana foi coordenado por Karen da Costa Machado Moreira e teve por redatora Bárbara Baumgarten. A reunião durou cerca de 3 horas e 18 minutos. 11 pessoas participaram das discussões envolvendo a temática de transporte e mobilidade urbana em Porto Alegre. Ao todo foram concebidas 12 proposituras.

7.3.1 Ata

Abaixo segue reprodução *ipsis litteris* da ata da reunião do Grupo de Trabalho Transporte e Mobilidade Urbana.

ATA DO GRUPO DE TRABALHO TRANSPORTE E MOBILIDADE URBANA DA SEXTA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE PORTO ALEGRE

No dia 18 de novembro de 2022, às 14:10 no Prédio 40, sala 505 da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, localizada na Avenida Ipiranga, nº 6.681, bairro Partenon, município de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul, deu-se início às atividades do Grupo de Trabalho Temático Mobilidade Urbana e Transporte em atenção à programação para o segundo dia da sexta Conferência Municipal do Meio Ambiente de Porto Alegre. O Grupo de Trabalho teve por coordenadora Karen da Costa Machado Moreira e redatora Bárbara Baumgarten. A coordenadora informou aos participantes que a lista de presença constará como anexo desta ata, bem como explicou a dinâmica para os debates e elaboração das proposituras a serem votadas no terceiro dia do evento. Os participantes reuniram-se para debater e propor propostas de moções para subsidiar políticas públicas envolvendo a Mobilidade Urbana.
Discutidos os fatos existentes geradores de problemas
1 - Custo elevado do transporte público e poluentes (mão de obra e combustível); falta de qualidade do sistema; não há segurança nem periodicidade no transporte coletivo;
2 - Calçadas de péssima qualidade por toda cidade; não atendem as necessidades;

cadeirantes (PCDs) não conseguem se locomover; Não há mão de obra qualificada; Definição de materiais sustentáveis; Dúvidas quanto a competência do passeio público;
3 - Necessidade de redesenhar a rede de transporte e integração entre os modos, bem como, ampliar os meios de locomoção dentro da cidade;
5 - Conscientização da sociedade das externalidades dos problemas gerados pela mobilidade;
6 - Divergência entre os líderes políticos (poderes executivo e legislativo) da cidade quanto ao desenvolvimento sustentável.
A importância de solucionar
1 - Acessibilidade e contenção de poluentes;
2 -Acessibilidade e qualidade de vida para "caminhadas"; Comprometimento com o desenvolvimento sustentável.
Após um pequeno intervalo, foram retomadas as atividades com discussões e redação final das propostas. O coordenador colocou em votação o texto, sendo aprovadas por aclamação pelos participantes oito propostas a serem apresentadas no terceiro dia do evento. São elas:
Proposta - Transição da frota de transporte coletivo para biogás/metano, elétrico ou hidrogênio verde. Mudar de forma gradual, o combustível, transformando os motores dos veículos, por um custo que deverá ser orçado.
Planejar operar em grandes frotas, necessário um estudo para custos de manutenção dos veículos.
Pensar em adaptações a novas tecnologias;

Proposta - Revisão das linhas (percurso – ônibus/micro-ônibus), frotas (tamanho) e frequência (*periodicidade*) da rede de transporte coletivo da cidade.
Integração das linhas, inclusive da região metropolitana (troncalização das linhas metropolitanas);
Proposta - Campanhas de conscientização para usar o transporte coletivo (somado as melhorias supramencionadas) e deixar o veículo individual.
Estimular a transição energética de outros veículos que circulam pelo município;
Proposta – Fiscalização, manutenção e restauração das calçadas de toda cidade, atendendo as necessidades dos PCDs, retomando espaços públicos destinado ao pedestre;
Uma campanha municipal de conscientização e estimulo para ampliação, manutenção e restauração das calçadas, promovendo a acessibilidade e caminhadas; Plano de acessibilidade casado com a arborização (orientada). Discutir com a municipalidade a responsabilidade da manutenção das calçadas prevendo padrões para calçamento e arborização.
Proposta – Ampliação das Ciclovias; Incentivar o ciclismo, educação para ciclistas, pedestres e motoristas (antes das regras tem que haver educação). Redesenho combinando as necessidades com a viabilidade;
Proposta – Redesenho combinando as necessidades com a viabilidade de todos os meios de transporte existentes na cidade. Haver uma integração entre o planejamento urbano e viário.
Proposta – Priorização da integração intermodal, integrar os meios de locomoção em todo sistema, inclusive quanto a tarifa (MAAS mobilidade como serviço);
Proposta – Estimular a retomada e ampliação de estações de monitoramento de qualidade do ar, para informar e conscientizar a população quanto a poluição produzida, e gerar dados para gestão da mobilidade urbana. Solicitar inspeções veiculares nas frotas particulares independem do combustível utilizado (sugestão: por meio de blitz poluição em parceria com o estado);

Proposta – Campanha de educação ao respeito de outras formas de mobilidade. Estimulo principalmente aos motoristas de transporte coletivo de grande porte;
Proposta – Ampliar e qualificar canais de participação da sociedade quanto as decisões das políticas locais relacionadas a mobilidade urbana e transporte;
Proposta – Repensar as fontes de investimento (financiamento) do transporte público.
Após a leitura pelo coordenador das propostas aprovadas, foi feito o convite aos participantes para comparecerem ao terceiro e último dia do evento, que dar-se-á no dia 19 de novembro de 2022, no auditório 9 da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Por fim, o coordenador agradece a presença de todos e não havendo mais dúvidas deu por encerrada as atividades do Grupo de Trabalho Transporte e Mobilidade Urbana às 17h 28 minutos.

7.4 GRUPO DE TRABALHO PLANO DIRETOR MUNICIPAL

O Grupo de Trabalho Plano Diretor Municipal foi coordenado por Patrícia da Silva Tschoepke e Vaneska Paiva Henrique e teve por redatoras Vânia Klein Silva e Caroline Meine. A reunião durou cerca de 3 horas e 40 minutos. 40 pessoas participaram das discussões envolvendo a temática o Plano Diretor Municipal de Porto Alegre. Ao todo foram concebidas 4 proposituras.

7.4.1 Ata

Abaixo segue reprodução *ipsis litteris* da ata da reunião do Grupo de Trabalho Plano Diretor Municipal.

ATA DO GRUPO DE TRABALHO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DA SEXTA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE PORTO ALEGRE

No dia 18 de novembro de 2022, às 14:20 min, no Prédio 40, sala 506 da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, localizada na Avenida Ipiranga, nº 6.681, bairro Partenon, município de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul, deu-se início às atividades do Grupo de Trabalho Temático Plano Diretor Ambiental, em atenção à programação para o segundo dia da sexta Conferência Municipal do Meio Ambiente de Porto Alegre. O Grupo de Trabalho teve por coordenador _Patrícia T... e Vaneska Paiva Henrique e redator Vânia Klein Silva e Caroline Meine. O coordenador informou aos participantes que a lista de presença constará como anexo desta ata, bem como explicou a dinâmica para os debates e elaboração das proposituras a serem votadas no terceiro dia do evento. Os participantes reuniram-se para debater e propor propostas de moções para subsidiar políticas públicas envolvendo _Plano Diretor Ambiental. Após um pequeno intervalo, foram retomadas as atividades com discussões e redação final das propostas. O coordenador colocou em votação o texto, sendo aprovadas por aclamação pelos participantes 4 propostas a serem apresentadas no terceiro dia do evento. São elas:

Proposta 1)
ESTRATÉGIAS E INSTRUMENTOS compostas dos seguintes itens:

- Inclusão no plano diretor das áreas ambientais considerando a legislação atual, bem como o desenvolvimento de estratégias de atuação para cada tipo de área;
- Avaliar e aperfeiçoar o sistema do IPTU ecológico; - Prever instrumentos urbanísticos exemplo IPTU verde;
- Adotar o pagamento dos Serviços Ecossistêmicos;
- Prever a utilização dos pagamentos de serviços ambientais como incentivos à preservação;
- Criar e efetivar as unidades de conservação de proteção integral e de uso sustentável a exemplo das RPPNs e área de proteção ambiental;
- Atuar na gestão e monitoramento das unidades conservação para garantir a efetiva implementação das políticas (levar em consideração os planos de manejo das áreas protegidas);

- Criar incentivos a parcerias e convênios com universidades para pesquisas e estudos necessários ao diagnóstico ambiental da cidade, incluindo editais de fomento e bolsas a pesquisadores da área direcionados a assuntos estratégicos para a cidade, tais como tecnologias inovadoras (ambiental e urbanística);
- Ampliar os itens analisados no monitoramento da qualidade da água (consumo humano), mapear os pontos críticos e o comportamento das fontes de água e outros indicadores com integração entre as instituições de pesquisa e os diferentes órgãos responsáveis;
- Recomendação de implantação de estações de monitoramento da qualidade do ar;
- Atuar para atingir a meta de 17% de conservação de ecossistemas terrestres, conforme previsto no ODS 15;
- Atuar na melhoria da permeabilidade do solo, com utilização, entre outros, de instrumentos indutores e ações benéficas, principalmente nas áreas públicas;
- Ampliar o leque de possibilidades e tecnologias a serem adotadas para mitigar esse impacto;
- Criar banco de áreas degradadas e passivos ambientais que possam ser objeto de recuperação pelos empreendimentos;
- Revisar a legislação que trata da compensação ambiental (custo do manejo da vegetação, remoção, compensação, entre outros);
- Estruturar diretrizes para a valorização do turismo ecológico;
- Buscar a utilização de linhas de financiamento nacional e internacional para cumprimento dos objetivos da Agenda 2030 GEF;

Proposta 2)
MODELO ESPACIAL composta dos seguintes itens:

- Avaliar, incluir e detalhar as categorias das áreas ambientais no Plano Diretor;
- Criar corredores ecológicos a fim de articular estratégias de desenvolvimento, tais como caminhos rurais, trilhas de longo curso, áreas de observação de fauna e conexões dos morros;
- Criar a Unidade de Conservação do Morro Santana em parceria com a UFRGS;

- Redefinir os limites da Zona Rural de Porto Alegre, buscando contemplar as áreas de produção primária, com levantamento e mapeamento das áreas de interesse;
- Habitação e cidade informal: Identificar áreas centrais adequadas para HIS e definir estratégias para condicionar/ limitar a ocupação em áreas com baixa adequação para a habitação;

- Prever a flexibilização de padrões para HIS quando em áreas com comprometimento ambiental com vistas a viabilizar uma ocupação sustentável da área;
- Adotar instrumentos como cota solidária para inserção de HIS (Habitação de Interesse Social) em áreas consolidadas (urbanizadas).

Proposta 3)
GESTÃO composta dos seguintes itens:
- Retomar discussão do grupo de trabalho – Plano Diretor Ambiental da 6° Conferência do Meio Ambiente no momento de propostas para a Revisão do Plano Diretor dos assuntos discutidos;
- Efetuar Diagnóstico comparativo atual X subsídios Atlas Ambiental;
- Utilizar os planos de manejo como subsídios para a gestão das áreas.

Proposta 4)
OUTROS PROJETOS E AÇÕES compostas dos seguintes itens:
- Implantar projetos pedagógicos piloto de Educação Urbanística - Ambiental nas escolas (base de referência Apostila Agenda 21/30);
- Prever projetos de agricultura, hortas urbanas, florestas urbanas e abastecimento;
- Fazer levantamento de stakeholders (social) como base para o desenvolvimento de ações.

Após a leitura pelo coordenador das propostas aprovadas, foi feito o convite aos participantes para comparecerem ao terceiro e último dia do evento, que dar-se-á no dia 19 de novembro de 2022, no auditório 9 da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Por fim, o coordenador agradece a presença de todos e não havendo mais dúvidas deu por encerrada as atividades do Grupo de Trabalho Plano Diretor Ambiental às 18:00h.

7.5 GRUPO DE TRABALHO ÁREAS DE RISCO E DESASTRES

O Grupo de Trabalho Plano Diretor Municipal foi coordenado por Gabriela de Azevedo Moura e teve por redatora Juliana Inês Herpich. Estima-se que a reunião durou cerca de 3 horas. 12 pessoas participaram das discussões envolvendo a temática de áreas de risco e desastres em Porto Alegre. Ao todo foram concebidas 7 proposituras.

7.5.1 Ata

Abaixo segue reprodução *ipsis litteris* da ata da reunião do Grupo de Trabalho Áreas de Risco.

ATA DO GRUPO DE TRABALHO ÁREAS DE RISCOS DA SEXTA, 18 DE NOVEMBRO DE 2022 CONFERÊNCIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE PORTO ALEGRE

No dia 18 de novembro de 2022, às 14horas, no Prédio 40, sala 509 da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, localizada na Avenida Ipiranga, nº 6.681, bairro Partenon, município de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul, deu-se início

às atividades do Grupo de Trabalho Temático Áreas de Riscos, em atenção à programação para o segundo dia da sexta Conferência Municipal do Meio Ambiente de Porto Alegre. O Grupo de Trabalho teve por coordenador Gabriela e redator Juliana. O coordenador informou aos participantes que a lista de presença constará como anexo desta ata, bem como explicou a dinâmica para os debates e elaboração das proposituras a serem votadas no terceiro dia do evento. Os participantes reuniram-se para debater e propor propostas de moções para subsidiar políticas públicas envolvendo Áreas de Riscos. Após um pequeno intervalo, foram retomadas as atividades com discussões e redação final das propostas. Foi elaborado um breve resumo do que foi discutido na tarde, em que foram debatidos os problemas relacionados às áreas de riscos em comunidades vulneráveis, que incluem, especialmente a falta de recursos e a desigualdade social. Foi abordada a preocupação com locais e as pessoas em que se indica remoção, que tem mapeamento, mas não se consegue realocar as pessoas. Os moradores, muitas vezes, já têm nível de resiliência, já ocupam essas áreas há muitos anos, tem afeições com o local e enfrentam resistência a sair. Como desafios foram pontuadas a necessidade de melhorar a gestão de risco, compilar dados e tornar os projetos exequíveis. Entre os participantes foi unânime a necessidade de os projetos focarem nas pessoas, observarem o olhar dos moradores e construir alternativas para realocação de pessoas, para posteriormente, recuperação ambiental dessas áreas. Para que isso se torne viável, é imprescindível articular as políticas públicas: moradia, educação ambiental, defesa civil e ambiental, implementando as legislações vigentes (Política Nacional de Habitação de Interesse Social, Política Nacional de Educação Ambiental, Política Nacional de Defesa Civil e outras relacionadas às áreas). Outro ponto abordado foi a ocupação de área de risco, que também se dá pela população de maior poder aquisitivo. O coordenador colocou em votação o texto, sendo aprovadas por aclamação pelos participantes (número de propostas) 7 propostas a serem apresentadas no terceiro dia do evento. São elas:

Proposta 1- Integração dos dados e documentos das áreas de risco e compilação destes, dando ampla publicidade e visibilidade aos dados e documentos referentes às áreas de riscos para toda a sociedade.

Proposta 2 – Fortalecimento dos espaços institucionais, com incremento de equipes técnicas multidisciplinares junto ao Poder Público Municipal que tratam do tema de áreas de riscos e que atuem de forma integrada com secretarias e órgãos envolvidos.

Proposta 3 – Desenvolver um sistema de monitoramento de áreas de riscos, levando em consideração a dinâmica dos processos naturais e antrópicos e o uso do solo.

Proposta 4 – Construir alternativas com os moradores envolvidos, respeitando aspectos sociais, culturais e econômicos.

Proposta 5 – Implementar políticas de educação ambiental específicas para áreas de riscos, que sejam continuas e permeiem governos.

Proposta 6 – Que a política de planejamento urbano inclua a gestão de riscos, ações de adaptação, resiliência, utilizando como critério a dinâmica das bacias hidrográficas e as características de cada local.

Proposta 7- Previsão de destinação de recursos para um fundo específico a fim de atender demandas das áreas de riscos e ações que envolvam a prevenção de futuras ocupações irregulares.

Após a leitura pelo coordenador das propostas aprovadas, foi feito o convite aos participantes para comparecerem ao terceiro e último dia do evento, que dar-se- á no dia 19 de novembro de 2022, no auditório 9 da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Por fim, o coordenador agradece a presença de todos e não havendo mais dúvidas deu por encerrada as atividades do Grupo de Trabalho às.

8 ASSEMBLEIA DA 6ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE PORTO ALEGRE

No último dia do evento, sábado, 19/11/2022, no auditório 9 da PUC-RS, a Presidente Suplente do COMAM, Ângela Molin, fez a abertura solene da reunião da Assembleia da 6ª Conferência Municipal do Meio Ambiente, ao lado do secretário-adjunto municipal Maurício Loss. Nessa reunião participaram 46 pessoas, conforme lista de presença.

Para cada Grupo de Trabalho foi oportunizado o tempo de aproximadamente 45 minutos para apresentarem suas proposituras à Assembleia. As proposituras foram lidas por representante escolhido no próprio Grupo de Trabalho, na seguinte ordem:

1º. Grupo de Trabalho Áreas de Risco, representante Thammy Iara Souza Zanette;
2º. Grupo de Trabalho Resíduos e Aproveitamento Energético, representantes Maria Caravagio Nunes e Paula Moleta;
3º. Grupo de Trabalho Plano Diretor Ambiental, representante Patrícia da Silva Tschoepke;
4º. Grupo de Trabalho Transporte e Mobilidade Urbana, representante Karen da Costa Machado Moreira.

Fonte: Dos Autores, 2022.

Cada propositura foi debatida e votada, conforme metodologia proposta pela organização do evento e aprovada, por aclamação, pela Assembleia. Sobre a metodologia de votação, ver subcapítulo 5.2 deste documento.

Fonte: Dos Autores, 2022.

Vencida a etapa de votações, o resultado obtido foi de 31 (trinta e uma) moções aprovadas, as quais podem ser lidas no capítulo 6 deste documento, e encaminhadas ao Secretário Municipal do Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade.

8.1 METODOLOGIA DE VOTAÇÃO

As proposituras decorrentes dos Grupos de Trabalho foram apreciadas e votadas conforme a metodologia especificada abaixo, previamente aprovada pela Assembleia, por aclamação.

Cada Grupo de Trabalho temático teve 45 minutos para apresentação, discussão e votação das proposituras registradas na ata da reunião do dia anterior.

Coube ao representante escolhido pelo Grupo de Trabalho o papel de leitor das proposituras.

Cada propositura foi projetada no telão do auditório para que todos os participantes acompanhassem a leitura.

Após a leitura da propositura, a Presidente Suplente do COMAM abria o prazo para manifestações livres de, no máximo, 5 (cinco) participantes.

Os participantes que desejassem falar deveriam levantar a mão para que a organização do evento levasse o microfone até eles.

Fonte: Dos Autores, 2022.

Antes dos apontamentos, cada participante deveria se identificar e informar qual a entidade que estava vinculado.

Quando havia mais de 5 (cinco) participantes interessados em falar, eram escolhidos os que primeiro levantaram a mão. Todas as falas foram registradas em ata.

Cada participante tinha o tempo máximo de 1 minuto para apresentar seus apontamentos e sugestões sobre a propositura.

A servidora Kelly de Souza Barbosa foi a redatora das alterações propostas pelos participantes. Enquanto os participantes falavam, a redação original da propositura era imediatamente alterada para que todos pudessem visualizar e acompanhar, em tempo real, o texto final a ser posto em votação. As alterações eram sinalizadas na cor vermelha, a fim de facilitar a identificação pelo público.

Fonte: Dos Autores, 2022.

Findo o prazo de manifestações, a Presidente Suplente do COMAM colocava a propositura em votação.

Fonte: Dos Autores, 2022.

Aqueles que aprovassem a propositura levantavam o crachá de credenciamento.

Fonte: Dos Autores, 2022.

A organização do evento realizava a contagem dos crachás levantados e a presidente suplente do COMAM informava se a propositura foi aprovada com ou sem alterações ou rejeitada.

8.2 ENCERRAMENTO

Do total de 34 proposituras apresentadas, 12 foram aprovadas, sem alterações, 20 foram aprovadas, com alterações, 2 não foram aprovadas. Abaixo estão discriminadas a quantidade de proposituras apresentadas por cada Grupo de Trabalho e o resultado da votação.

a) Grupo de Trabalho Áreas de Risco: 7 proposituras apresentadas, sendo 3 aprovadas, sem alterações e 4 aprovadas, com alterações;

b) Grupo de Trabalho Transporte e Mobilidade Urbana: 12 proposituras apresentadas, sendo 4 aprovadas, sem alterações, 7 aprovadas, com alterações e 1 não aprovada;

c) Grupo de Trabalho Plano Diretor Ambiental: 4 proposituras apresentadas, sendo 1 aprovada, sem alterações e 3 aprovadas, com alterações;

d) Grupo de Trabalho de Resíduos e Aproveitamento Energético: 11 proposituras apresentadas, sendo 4 aprovadas, sem alterações, 6 aprovadas, com alterações e 1 não aprovada.

As proposituras aprovadas resultaram em 31 (trinta e uma) moções, reproduzidas no capítulo 6 deste documento, e levadas à conhecimento do sr. Secretário municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade de Porto Alegre.

Fonte: Dos Autores, 2022.

A íntegra da ata da reunião da Assembleia da 6ª Conferência Municipal do Meio Ambiente está no Anexo X deste documento e disponibilizada no site da Secretaria Municipal do Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade nos links:

http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/smam/usu_doc/6conferencia.pdf,

http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/smam/default.php?reg=13&p_secao=279,

https://prefeitura.poa.br/smamus/comam.

MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE

Smamus disponibiliza ata da 6ª Conferência Municipal do Meio Ambiente

22/12/2022 13:44

Sérgio Louruz/ SMAMUS / PMPA

A Secretaria do Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade (Smamus) disponibiliza a partir desta quinta-feira, 22, a ata da 6ª Conferência Municipal do Meio Ambiente, por meio deste link. A conferência ocorreu na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), de 17 a 19 de novembro, e aprovou 31 propostas.

O tema central do evento foi o enfrentamento das mudanças climáticas e sua interface com diversos temas de interesse em Porto Alegre. O encontro foi promovido pela Smamus, em parceria com o Conselho Municipal de Meio Ambiente (Comam).

Texto: Fernando Ramires (estagiário) / Supervisão: Aline Czarnobay
Edição: Gilmar Martins

Fonte: Dos Autores, 2022.

Toda a reunião da Assembleia da 6ª Conferência Municipal do Meio Ambiente também pode ser assistida pelo canal da SMAMUS no YouTube, por meio dos links abaixo:

- Vídeo: 6ª Conferência Municipal do Meio Ambiente – Dia 19/nov – Parte 1/2, link https://www.youtube.com/watch?v=6DZv9EM44OM&t=3316s
- Vídeo: 6ª Conferência Municipal do Meio Ambiente – Dia 19/nov – Parte 2/2, link https://www.youtube.com/watch?v=djlH-K6f0Ik&t=2360s

9 MOÇÕES DA 6ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

Neste capítulo, as moções foram organizadas na ordem de apresentação e aprovação pela Assembleia da 6ª Conferência Municipal do Meio Ambiente. Foram realizadas apenas correções ortográficas do texto, sem alterar seu sentido.

Cumpre informar que as moções de números 1 a 7 resultaram do Grupo de Trabalho Áreas de Risco, as moções de números 8 a 18 do Grupo de Trabalho Transporte e Mobilidade Urbana, as moções de números 19 a 22 do Grupo de Trabalho do Plano Diretor Ambiental e as moções de números 23 a 31 do Grupo de Trabalho Resíduos e Aproveitamento Energético.

1. Integração dos dados e documentos das áreas de risco e compilação destes, dando ampla publicidade e visibilidade aos dados e documentos referentes às áreas de riscos para toda a sociedade.

2. Fortalecimento dos espaços institucionais, com incremento de equipes técnicas multidisciplinares junto ao Poder Público Municipal que tratam do tema de áreas de riscos e que atuem de forma integrada com secretarias e órgãos envolvidos.

3. Desenvolver um sistema de monitoramento de áreas de riscos, integrado aos sistemas federal e estadual de defesa civil e capacitação técnica de servidores, bem como incentivar o uso de tecnologia, levando em consideração a dinâmica dos processos naturais e antrópicos e o uso do solo.

4. Construir alternativas com os moradores envolvidos, respeitando aspectos sociais, culturais e econômicos.

5. Implementar políticas de educação em sustentabilidade específicas para áreas de riscos, que sejam contínuas e permeiem governos, complementando as políticas nacional, estadual e municipal.

6. Que a política de planejamento urbano inclua a prevenção e gestão de riscos e de proteção contra cheias e inundações, ações de adaptação, resiliência, utilizando como critério a dinâmica das bacias hidrográficas e as características de cada local.

7. Previsão de destinação de recursos para um fundo específico a fim de atender demandas das áreas de riscos e ações que envolvam a prevenção de futuras ocupações irregulares, observando o princípio da vedação de retrocesso.

8. Transição da frota de transporte coletivo para biogás/metano, elétrico ou hidrogênio verde. Mudar de forma gradual, o combustível, transformando os motores dos veículos, por um custo que deverá ser orçado, respeitando a modicidade tarifária. Planejar e operar em grandes frotas, necessário um estudo para custos de manutenção dos veículos. Pensar em adaptações a novas tecnologias.

9. Revisão e qualificação das linhas (percurso – ônibus/ micro-ônibus), frotas (tamanho) e frequência (periodicidade) da rede de transporte coletivo da cidade. Integração das linhas, inclusive da região metropolitana (troncalização das linhas metropolitanas).

10. Campanhas de conscientização, incentivo e segurança ao uso do transporte coletivo (somado as melhorias supramencionadas) e deixar o veículo individual. Estimular a transição energética de outros veículos que circulam pelo município.

11. Fiscalização, manutenção e restauração das calçadas de toda a cidade atendendo as necessidades dos PCDs, retomando espaços públicos destinados aos pedestres. Uma campanha municipal de conscientização e estímulo para ampliação, manutenção e restauração das calçadas, promovendo a acessibilidade e caminhadas. Plano de acessibilidade casado com a arborização (orientada). Discutir com a municipalidade a responsabilidade da manutenção das calçadas prevendo padrões para calçamento e arborização.

12. Ampliação das ciclovias. Incentivar o ciclismo, educação para ciclistas, pedestres e motoristas (antes das regras tem que haver educação). Redesenho combinando as necessidades com a viabilidade.

13. Redesenho combinando as necessidades com a viabilidade de todos os meios de transporte existentes na cidade. Haver uma integração entre o planejamento urbano e viário.

14. Priorização da integração intermodal, integrar os meios de locomoção em todo sistema, inclusive quanto a tarifa (MAAS mobilidade como serviço).

15. Estimular a retomada e ampliação de estações de monitoramento de qualidade do ar, para informar e conscientizar a população quanto à poluição produzida, e gerar dados para gestão da mobilidade e saúde urbana. Solicitar inspeções veiculares nas frotas particulares independente do combustível utilizado (sugestão: por meio de blitz com caráter educacional em parceria com o Estado).

16. Campanha de educação ao respeito de outras formas de mobilidade. Estímulo principalmente aos motoristas de transporte coletivo de grande porte.

17. Ampliar e qualificar canais de participação da sociedade, nos conselhos e demais fóruns de participação quanto às decisões das políticas locais relacionadas à mobilidade urbana e ao transporte.

18. Otimizar a ocupação da cidade, adensando as habitações nas áreas urbanizadas, dotadas de equipamentos comunitários e infraestrutura próximas à oferta de trabalho, resultando em menor custo nos deslocamentos e transporte verde (como bicicleta), diminuindo a poluição e aumentando a qualidade de vida.

19. Estratégias e instrumentos compostos dos seguintes itens: inclusão no plano diretor das áreas ambientais considerando a legislação atual, bem como o desenvolvimento de estratégias de atuação para cada tipo de área. Avaliar e aperfeiçoar o sistema do IPTU ecológico. Prever instrumentos urbanísticos exemplo IPTU Sustentável. Adotar o Pagamento dos Serviços Ecossistêmicos. Prever a utilização dos pagamentos de serviços ambientais como incentivos à preservação. Criar e efetivar as unidades de conservação de proteção integral e de uso sustentável a exemplo das RPPNs e área de proteção ambiental. Atuar na gestão e monitoramento das unidades conservação para

garantir a efetiva implementação das políticas (levar em consideração os planos de manejo das áreas protegidas). Criar incentivos a parcerias e convênios com universidades para pesquisas e estudos necessários ao diagnóstico ambiental da cidade, incluindo editais de fomento e bolsas a pesquisadores da área direcionados a assuntos estratégicos para a cidade, tais como tecnologias inovadoras (ambiental e urbanística). Ampliar os itens analisados no monitoramento da qualidade da água (consumo humano), mapear os pontos críticos e o comportamento das fontes de água e outros indicadores com integração entre as instituições de pesquisa e os diferentes órgãos responsáveis. Recomendação de implantação de estações de monitoramento da qualidade do ar. Atuar para atingir a meta de 17% de conservação de ecossistemas terrestres, conforme previsto no Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 15. Atuar na melhoria da permeabilidade do solo, com utilização, entre outros, de instrumentos indutores e ações benéficas, principalmente nas áreas públicas. Ampliar o leque de possibilidades e tecnologias a serem adotadas para mitigar esse impacto. Criar banco de áreas degradadas e passivos ambientais que possam ser objeto de recuperação pelos empreendimentos. Revisar a legislação que trata da compensação ambiental (custo do manejo da vegetação, remoção, compensação, entre outros). Estruturar diretrizes para a valorização do turismo ecológico. Buscar parcerias e captar linhas de financiamento nacional e internacional para cumprimento dos objetivos da Agenda 2030 GEF.

20. Modelo espacial composto dos seguintes itens: avaliar, incluir e detalhar as categorias das áreas ambientais no Plano Diretor. Criar corredores ecológicos a fim de articular estratégias de desenvolvimento, tais como caminhos rurais, rotas das hortas, trilhas de longo curso, áreas de observação de fauna e conexões dos morros. Estudar a viabilidade da criação da Unidade de Conservação do Morro Santana em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Redefinir os limites da Zona Rural de Porto Alegre, buscando contemplar as áreas de produção primária, com levantamento e mapeamento das áreas de interesse. Habitação e cidade informal: identificar áreas centrais adequadas para Habitação de Interesse Social (HIS) e definir estratégias sustentáveis para a ocupação em áreas com baixa adequação para a habitação. Prever a flexibilização de padrões sobre o parcelamento do solo quando a HIS está em áreas com comprometimento ambiental com vistas a viabilizar uma ocupação sustentável da área, observada a legislação ambiental. Adotar instrumentos como cota solidária para inserção de HIS em áreas consolidadas (urbanizadas).

21. Gestão composta dos seguintes itens: retomar discussão do grupo de trabalho – Plano Diretor Ambiental da 6° Conferência do Meio Ambiente no momento de propostas para a Revisão do Plano Diretor dos assuntos discutidos. Efetuar diagnóstico comparativo atual X subsídios Atlas Ambiental. Utilizar os planos de manejo como subsídios para a gestão das áreas.

22. Outros projetos e ações compostas dos seguintes itens: implantar projetos pedagógicos piloto de Educação Urbanística – Ambiental – Sustentável nas escolas (base de referência Apostila Agenda 21/30). Prever projetos de agricultura, hortas urbanas, florestas urbanas e abastecimento. Fazer levantamento de stakeholders (social) como base para o desenvolvimento de ações.

23. Comunicação e acesso à informação: estimular e aprimorar uma comunicação integrada entre agentes públicos, privados e sociedade envolvidos com a política para a sustentabilidade, na qual sejam divulgadas todas as políticas públicas que são desenvolvidas e implementadas. Uso de uma linguagem em comum e unificada. Objetiva-se o alinhamento da informação referentes às práticas vigentes e futuras no Município. Formação cidadã: desenvolvimento de um canal de comunicação e sensibilização sobre sustentabilidade, com uma linguagem acessível ao cidadão, considerando o momento de inovação tecnológica nas plataformas digitais da Prefeitura.

24. Comunicação e acesso à informação: Utilização das contas de Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), de consumo de água, energia, bem como uso de informativos visuais, no transporte público municipal, como um canal de informação relativo às boas práticas de sustentabilidade, como: dias e horários de coleta seletiva, a importância da triagem e separação dos resíduos em suas casas, dicas de consumo de água, importância da participação do cidadão no processo de sustentabilidade, etc.

25. Programa de incentivo à compostagem: incentivar na cidade práticas específicas de compostagem (como a horta comunitária), com posterior avaliação e consolidação dos resultados, que poderiam ser projetados ao restante do Município.

26. Fomentar a criação e utilização de moeda social inspirada no Pila Verde do Município de Santiago/RS. A ação objetiva estimular o cidadão a ser um agente na economia circular, à medida que ele entrega seu resíduo orgânico e em contrapartida, recebe a moeda social que pode ser utilizada nas feiras de orgânicos, com membros cadastrados. Estes, por sua vez podem trocar essas moedas por adubos. Essa iniciativa gera impacto positivo entre consumidores, feirantes e o próprio meio ambiente, fomentando a economia local, educação e sustentabilidade.

27. Propor a capacitação dos prefeitos de praça, membros de conselhos municipais e representantes eleitos das comunidades, entre outros agentes, qualificando-os com conhecimento técnico e prático ambiental, e torná-los verdadeiros "agentes de sustentabilidade", com capacidade de aplicação das políticas ambientais e de mobilização à educação para a sustentabilidade nas suas comunidades. Estender o convite às escolas municipais, para que seus gestores também participem da capacitação.

28. Comunicação do acesso aos recursos do Fundo de Meio Ambiente conjugada com a capacitação de entidades para elaboração de projetos na área de educação em sustentabilidade: atualmente as entidades da sociedade civil não possuem informações sobre o acesso aos recursos que compõem o Fundo de Meio Ambiente. É necessário que as entidades da sociedade civil que atuam com educação em sustentabilidade possam apresentar projetos com os recursos inerentes ao Fundo.

29. Propor um estudo de viabilidade técnica e econômica sobre a inclusão da correta separação e destinação dos resíduos e a prática da compostagem nos critérios de incentivo do IPTU Sustentável, com a inclusão de indicadores e considerando o contexto local.

30. Ampliar o número de Unidades de Destinação Certa (UDCs) e aumentar sua importância: regulamentar e aumentar a quantidade de UDCs para que se tornem um ambiente adequado e um espaço suficientemente reservado à coleta de resíduos do Município. Estudar a viabilidade de um convênio entre o Município (especificamente o DMLU) e entidades que promovam a correta destinação dos materiais coletados nas UDCs, promovendo a troca de materiais que serão destinados conforme a atuação de cada UDC e entidade (feiras de trocas).

31. Debater sobre o adequado tratamento dos efluentes de atividades que geram resíduos químicos: desestimular que as atividades potencialmente geradoras despejem efluentes in natura na rede pública.

10 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Conferência Municipal de Meio Ambiente de 2022 pode ser considerada um marco para a discussão democrática em Porto Alegre sobre as atuais políticas públicas de meio ambiente. O seu diferencial esteve em ter trazido questões envolvendo as mudanças climáticas e o aquecimento global antropogênico de forma técnica e conscientizadora para o debate público.

Durante os três dias de evento vários atores da sociedade, profissionais de diversas áreas, acadêmicos, representantes de organizações da sociedade civil e do Poder Público estiveram envolvidos trazendo suas experiências, sugestões e informações sobre a proteção e gestão do meio ambiente em Porto Alegre.

O público surpreendeu aos organizadores do evento, pois, no decorrer dos dias, mais de 250 (duzentos e cinquenta) pessoas estiveram presentes na Conferência Municipal de Meio Ambiente de Porto Alegre 2023 como ouvintes, painelistas ou colaboradores.

Importante destacar que todos os painelistas e ouvintes receberam certificado virtual de participação na Conferência Municipal de Meio Ambiente de Porto Alegre 2022. O modelo do certificado pode ser visualizado no anexo II deste documento.

A Conferência Municipal de Meio Ambiente de Porto Alegre 2022 teve relevante repercussão nos meios de comunicação, sobretudo, digital.

Fonte: Dos Autores, 2022.

Nos canais oficiais de Porto Alegre foram divulgadas várias matérias promovendo e registrando os principais acontecimentos do evento. A título de exemplo, veja os links abaixo.

- https://prefeitura.poa.br/smamus/noticias/smamus-disponibiliza-ata-da-6a-conferencia-municipal-do-meio-ambiente
- https://prefeitura.poa.br/smamus/noticias/comeca-6a-conferencia-municipal-do-meio-ambiente
- https://prefeitura.poa.br/smamus/noticias/conferencia-municipal-do-meio-ambiente-aprova-31-propostas
- https://prefeitura.poa.br/smamus/noticias/conferencia-municipal-do-meio-ambiente-realiza-debates-nesta-sexta-feira
- https://prefeitura.poa.br/smamus/noticias/prefeitura-divulga-programacao-completa-da-6a-conferencia-municipal-do-meio
- https://prefeitura.poa.br/smamus/noticias/abertas-inscricoes-para-6a-conferencia-municipal-do-meio-ambiente

MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE

Conferência Municipal do Meio Ambiente aprova 31 propostas

19/11/2022 15:16

Sérgio Louruz/ SMAMUS / PMPA

Propostas servirão de diretrizes, que irão dar suporte na elaboração de políticas públicas para o meio ambiente

Foram aprovadas 31 propostas na Conferência Municipal do Meio Ambiente. A plenária final ocorreu na manhã deste sábado, 19, na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). As propostas servirão de diretrizes que irão dar suporte na elaboração de políticas públicas para o meio ambiente.

Fonte: Dos Autores, 2022.

Também foram divulgadas na mídia várias matérias jornalísticas e entrevistas sobre a Conferência Municipal de Meio Ambiente de Porto Alegre 2022. Destacam-se as matérias disponibilizadas nos links a seguir.

- https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2022/11/17/comeca-6a-conferencia-municipal-do-meio-ambiente-em-porto-alegre.ghtml
- https://www.jornaldocomercio.com/economia/2022/11/873268-conferencia-define-propostas-para-formular-politicas-de-meio-ambiente-para-porto-alegre.html
- https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/cidades/confer%C3%AAncia-municipal-do-meio-ambiente-discute-desafios-de-sustentabilidade-em-porto-alegre-1.924393

- https://www.cwaclipping.net/sistema/cliente/materia?security=7521711dd578.3.22388448
- https://www.cwaclipping.net/sistema/cliente/materia?security=8913e4842988.3.22390272

Fonte: Dos Autores, 2022.

Fonte: Dos Autores, 2022.

O evento revelou como Porto Alegre segue no compromisso da gestão democrática e sustentável do meio ambiente, sem olvidar dos desafios que as mudanças climáticas colocam à sociedade e ao Estado. As moções exteriorizam a tão importante participação popular no processo de gestão pública do meio ambiente para as presentes e futuras gerações.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 6.377-B, DE 2009 (do Senado Federal). PLS nº 171/2008. Ofício nº 2.516/09 (SF). Diário da Câmara dos Deputados, Ano LXVI, nº 153, sábado, 03 de setembro de 2011. Brasília-DF, 2011. Disponível em: https://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD03SET2011.pdf#page=120. Acesso em: 17 ago. 2022.

BRASIL. Ministério da Ciência e Tecnologia. Protocolo de Quioto: a convenção sobre mudança do clima. O Brasil e a Convenção-Quadro das Nações Unidas. Apoio do Ministério das Relações Exteriores. Brasília, DF: MCT, [200-]. Disponível em: https://livroaberto.ibict.br/bitstream/1/855/2/Protocolo%20de%20Quioto.pdf. Acesso em: 17 ago. 2022.

INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE (IPCC). Sixth Assessment Report: Working Group II – Impacts, Adaptation and Vulnerability. Headline Statements from the Summary for Policymakers. [S. l.]: IPCC, 28 feb. 2022. Disponível em: https://www.ipcc.ch/report/ar6/wg2/downloads/report/IPCC_AR6_WGII_HeadlineStatements.pdf. Acesso em: 17 ago. 2022.

PORTO ALEGRE; ICLEI - GOVERNOS LOCAIS PELA SUSTENTABILIDADE; ECOFINANCE NEGÓGIOS; WAY CARBON 2º Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa para a cidade de Porto Alegre. Porto Alegre: Prefeitura Municipal de Porto Alegre, ago. 2021. Disponível em: https://prefeitura.poa.br/sites/default/files/usu_doc/noticias/2021/08/12/RELATORIO_INVENTARIO_POA_WEB.pdf. Acesso em: 17 ago. 2022.

PORTO ALEGRE; ICLEI - Governos Locais pela Sustentabilidade. 1º Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa para a cidade de Porto Alegre. Porto Alegre: Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 2016. Disponível em: https://prefeitura.poa.br/sites/default/files/usu_doc/sites/smamus/1inventariogeepoa.pdf. Acesso em: 17 ago. 2022.

ANEXO I – MINICURRÍCULO DOS PAINELISTAS

Annelise Steigleder

Doutora em planejamento urbano e regional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Mestre em Direito pela Universidade Federal do Paraná. Graduada em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Atua como promotora de justiça do Ministério Público do Rio Grande do Sul. É professora em diversos cursos da área jurídica.

Arceu Bandeira Rodrigues

Graduado em engenharia civil pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Atua como Diretor-geral da Diretoria de Destino Final do Departamento Municipal de Limpeza Urbana de Porto Alegre (DDF/DLMU).

Cibele Vieira Figueira

Doutora em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Politécnica da Catalunha (Espanha). Graduada em Arquitetura e Urbanismo pelas Faculdades Integradas do Instituto Ritter dos Reis. É professora de urbanismo na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Délton Winter de Carvalho

Pós-Doutor em Direito Ambiental e Direito dos Desastres pela Universidade da California, Berkeley. Doutor e Mestre em Direito pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Graduado em Direito pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Atua como advogado no escritório de advocacia Délton Carvalho | Direito Ambiental. É professor na Universidade do Vale do Rio dos Sinos e outras.

Coronel Evaldo Rodrigues de Oliveira Júnior

Graduado no Curso de Formação de Oficiais. Bacharel em Ciências Militares pela Academia de Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Sul. Coronel da Reserva do Corpo de Bombeiros Militar do Rio Grande do Sul. É Diretor-Geral da Diretoria-Geral de Defesa Civil de Porto Alegre.

Gabriela de Azevedo Moura

Graduada em Engenharia Agronômica pela Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel da Universidade Federal de Pelotas UFPEL, servidora pública da Secretaria do Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade de Porto Alegre.

Joel Avruch Goldenfum

Pós-doutor em Drenagem Urbana pela INSA-Lyon (França). Doutor em Hidrologia pela Universidade de Londres. Mestre em Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Graduado em Engenharia Civil pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. É professor na Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Diretor do Instituto de Pesquisas Hidráulicas (IPH-UFRGS).

Juliano Morales de Oliveira

Pós-Doutor pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Doutor em Ciências com ênfase em Ecologia e Mestre em Ecologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Graduado em biologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. É professor na Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

Karen da Costa Machado Moreira

Graduada em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Especialista em Direito Ambiental Nacional e Internacional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e em Compliance Anticorrupção CPC-A pela LEC e Fundação Getúlio Vargas. É advogada no escritório Karen Machado - Direito e Compliance Ambiental, e analista jurídico na Procuradoria Geral do Estado do Rio Grande do Sul.

Leomyr de Castro Girondi

Graduado em engenharia civil pela Universidade Federal de Santa Maria. Especialista em sistema de gestão pela Universidade de Santa Maria. Desde 2015 é Diretor da Diretoria de Desenvolvimento de Negócios da Companhia Riograndense de Valorização de Resíduos – CRVR. Atualmente é Diretor-presidente da CRVR.

Luciana Paulo Gomes

Doutora e Mestre em Engenharia Hidráulica e Saneamento pela Universidade de São Paulo. Graduada em Engenharia Civil pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos. É professora na Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

Maria Caravagio Nunes

Bacharelada e Licenciada em Geografia pela Pontifícia Católica do Rio Grande do Sul. Especialista em Instituto do Meio Ambiente pela Pontifícia Católica do Rio Grande do Sul e em perícia, auditoria e gestão ambiental pelo Instituto de Pós-graduação e graduação – IPOG. Membro do Instituto Toda Vida.

Matheus Ayres

Secretário-adjunto da Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana de Porto Alegre. Formado em Sociologia pela Pontifícia Católica do Rio Grande do Sul. É professor e radialista.

Nelson Ferreira Fontoura

Doutor e Mestre em Zoologia pela Universidade Federal do Paraná. Bacharel em Ciências Biológicas, com ênfase em Zoologia, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
É professor e Diretor do Instituto de Meio Ambiente na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Patrícia da Silva Tschoepke

Pós-Graduada em Arquitetura Paisagística na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. É Diretora-geral da Diretoria de Planejamento Urbano na Secretaria Municipal do Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade de Porto Alegre.

Renata Saffer

Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Mestre em Desenvolvimento Urbano e Territorial pela Universidade Politécnica da Catalunha (Espanha). É assessora técnica na Diretoria de Planejamento Urbano da Secretaria Municipal do Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade de Porto Alegre.

Rodrigo Corradi

Graduado em Direito pela Universidade Federal Rio Grande. Mestre em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Desde 2021 é Secretário Executivo Adjunto do ICLEI América do Sul.

Rualdo Menegat

Doutor em Ciências na área de Ecologia de Paisagem e Mestre em Geociências pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Graduado em geologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. É professor na Universidade Federal do Rio Grande do Sul e outras. Também é assessor científico da National Geographic Brasil, membro da Cátedra UNESCO/Unitwin e Presidente da Sessão Brasileira da International Association for Geoethics.

Vaneska Paiva Henrique

Mestre e Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Coordenadora do Planejamento Urbano na Diretoria de Planejamento Urbano da Secretaria Municipal do Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade de Porto Alegre.

William Wills

Doutor e mestre em Planejamento Energético pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Graduado em Engenharia Eletrônica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. É sócio-diretor de Estratégia e Sustentabilidade da EOS. Também é coordenador do Centro de Clima da Universidade Federal do Rio de Janeiro e Diretor de Projetos do Centro de Clima Brasil (CBC).

ANEXO II - CERTIFICADO DE PARTICIPAÇÃO

6ª Conferência Municipal do Meio Ambiente

CERTIFICADO

Certificamos que _____ participou da

6ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

com registro de presença na data de _____,

contabilizando a carga horária total de _____ horas.

Porto Alegre, 21 de novembro de 2022.

GERMANO BREMM
(Secretário Municipal do Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade)

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
porto alegre
PREFEITURA
Mais cidade. Mais vida.

COMAM
Conselho Municipal do meio Ambiente

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
porto alegre
PREFEITURA
Mais cidade. Mais vida.

COMAM
Conselho Municipal do meio Ambiente

PROGRAMAÇÃO

Dia 17/11/2022 (quinta-feira) *Carga horária: 8h00

10h00: SOLENIDADE DE ABERTURA

11h00: MUDANÇAS CLIMÁTICAS E PORTO ALEGRE EM 2050
Délton Winter de Carvalho / Nelson Ferreira Fontoura / Rualdo Menegat

13h30: MUDANÇAS CLIMÁTICAS, RESÍDUOS E APROVEITAMENTO ENERGÉTICO: POTENCIALIDADES E DIFICULDADES DA CIDADE
Leomyr de Castro Girondi / Luciana Paulo Gomes / Arceu Bandeira Rodrigues

14h30: MUDANÇAS CLIMÁTICAS, TRANSPORTE E MOBILIDADE URBANA
Matheus Ayres / William Wills / Rodrigo Corradi

16h00: MUDANÇAS CLIMÁTICAS E PLANO DIRETOR AMBIENTAL
Annelise Steigleder / Cibele Vieira / Patricia Tschoepke / Vaneska Paiva Henrique

17h00: MUDANÇAS CLIMÁTICAS, ÁREAS DE RISCO E PREVENÇÃO AOS DESASTRES NAS CIDADES
Juliano Morales de Oliveira / Joel Avruck Goldenfum / Cel. Evaldo Rodrigues de Oliveira Júnior

18h00: ENCERRAMENTO

Dia 18/11/2022 (sexta-feira) *Carga horária: 4h00

14h00: ATIVIDADES DOS GRUPOS DE TRABALHO TEMÁTICOS

***RESÍDUOS E APROVEITAMENTO ENERGÉTICO**

***TRANSPORTE E MOBILIDADE URBANA**
***PLANO DIRETOR AMBIENTAL**
***ÁREAS DE RISCOS E DESASTRES**

Dia 19/11/2022 (sábado) *Carga horária: 4h00

9h00: APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS DOS GRUPOS DE TRABALHO E VOTAÇÃO DAS MOÇÕES

13h00: ENCERRAMENTO

ANEXO III - MOÇÕES COM ALTERAÇÕES

Durante a reunião da Assembleia da 6ª Conferência Municipal do Meio Ambiente, as sugestões de alteração do texto original foram analisadas e debatidas em Assembleia e o texto final posto em votação. Abaixo está o texto final das moções, com a indicação na cor vermelha dos trechos que sofreram alterações.

Grupo de Trabalho Áreas de Risco

1. Integração dos dados e documentos das áreas de risco e compilação destes, dando ampla publicidade e visibilidade aos dados e documentos referentes às áreas de riscos para toda a sociedade. (**APROVADA, SEM alterações**)
2. Fortalecimento dos espaços institucionais, com incremento de equipes técnicas multidisciplinares junto ao Poder Público Municipal que tratam do tema de áreas de riscos e que atuem de forma integrada com secretarias e órgãos envolvidos. (**APROVADA, SEM alterações**)
3. Desenvolver um sistema de monitoramento de áreas de riscos, integrado aos sistemas federal e estadual de defesa civil e capacitação técnica de servidores, bem como incentivar o uso de tecnologia, levando em consideração a dinâmica dos processos naturais e antrópicos e o uso do solo. (**APROVADA, COM alterações**)
4. Construir alternativas com os moradores envolvidos, respeitando aspectos sociais, culturais e econômicos. (**APROVADA, SEM alterações**)
5. Implementar políticas de educação em sustentabilidade específicas para áreas de riscos, que sejam continuas e permeiem governos, complementando as políticas nacional, estadual e municipal. (**APROVADA, COM alterações**)
6. Que a política de planejamento urbano inclua a prevenção e gestão de riscos e de proteção contra cheias e inundações, ações de adaptação, resiliência, utilizando como critério a dinâmica das bacias hidrográficas e as características de cada local. (**APROVADA, COM alterações**)
7. Previsão de destinação de recursos para um fundo específico a fim de atender demandas das áreas de riscos e ações que envolvam a prevenção de futuras ocupações irregulares, observando o princípio da vedação de retrocesso. (**APROVADA, COM alterações**)

Grupo de Trabalho Transporte e Mobilidade urbana

1. Transição da frota de transporte coletivo para biogás/metano, elétrico ou hidrogênio verde. Mudar de forma gradual, o combustível, transformando os motores dos veículos, por um custo que deverá ser orçado, respeitando a modicidade tarifária. Planejar operar em grandes frotas, necessário um estudo para custos de manutenção dos veículos. Pensar em adaptações a novas tecnologias. (**APROVADA, COM alterações**)
2. Revisão e qualificação das linhas (percurso – ônibus/micro-ônibus), frotas (tamanho) e frequência (periodicidade) da rede de transporte coletivo da cidade. Integração das linhas, inclusive da região metropolitana (troncalização das linhas metropolitanas). (**APROVADA, COM alterações**)

3. Campanhas de conscientização, incentivo e segurança ao uso do transporte coletivo (somado as melhorias supramencionadas) e deixar o veículo individual. Estimular a transição energética de outros veículos que circulam pelo município. (**APROVADA, COM alteração**)
4. Fiscalização, manutenção e restauração das calçadas de toda a cidade atendendo as necessidades dos PCDs, retomando espaços públicos destinados aos pedestres. Uma campanha municipal de conscientização e estimulo para ampliação, manutenção e restauração das calçadas, promovendo a acessibilidade e caminhadas. Plano de acessibilidade casado com a arborização (orientada). Discutir com a municipalidade a responsabilidade da manutenção das calçadas prevendo padrões para calçamento e arborização. (**APROVADA, COM alterações**)
5. Ampliação das Ciclovias. Incentivar o ciclismo, educação para ciclistas, pedestres e motoristas (antes das regras tem que haver educação). Redesenho combinando as necessidades com a viabilidade. (**APROVADA, SEM alterações**)
6. Redesenho combinando as necessidades com a viabilidade de todos os meios de transporte existentes na cidade. Haver uma integração entre o planejamento urbano e viário. (**APROVADA, SEM alterações**)
7. Priorização da integração intermodal, integrar os meios de locomoção em todo sistema, inclusive quanto a tarifa (MAAS mobilidade como serviço). (**APROVADA, SEM alterações**)
8. Estimular a retomada e ampliação de estações de monitoramento de qualidade do ar, para informar e conscientizar a população quanto à poluição produzida, e gerar dados para gestão da mobilidade e saúde urbana. Solicitar inspeções veiculares nas frotas particulares independem do combustível utilizado (sugestão: por meio de blitz com caráter educacional em parceria com o Estado). (**APROVADA, COM alterações**)
9. Campanha de educação ao respeito de outras formas de mobilidade. Estímulo principalmente aos motoristas de transporte coletivo de grande porte. (**APROVADA, SEM alterações**)
10. Ampliar e qualificar canais de participação da sociedade, nos conselhos e demais fóruns de participação quanto às decisões das políticas locais relacionadas à mobilidade urbana e ao transporte. (**APROVADA, COM alterações**)
11. Repensar as fontes de investimento (financiamento) do transporte público. (**NÃO APROVADA**)
12. Otimizar a ocupação da cidade, adensando as habitações nas áreas urbanizadas, dotadas de equipamentos comunitários e infraestrutura próximas à oferta de trabalho, resultando em menor custo nos deslocamentos e transporte verde (como bicicleta), diminuindo a poluição e aumentando a qualidade de vida. (**APROVADA, COM alterações**)

Grupo de Trabalho Plano Diretor Ambiental

1. Estratégias e instrumentos compostos dos seguintes itens: Inclusão no plano diretor das áreas ambientais considerando a legislação atual, bem como o desenvolvimento de estratégias de atuação para cada tipo de área. Avaliar e aperfeiçoar o sistema do IPTU ecológico. Prever instrumentos urbanísticos exemplo IPTU Sustentável. Adotar o Pagamento dos Serviços Ecossistêmicos. Prever a utilização dos pagamentos de serviços

ambientais como incentivos à preservação. Criar e efetivar as unidades de conservação de proteção integral e de uso sustentável a exemplo das RPPNs e área de proteção ambiental. Atuar na gestão e monitoramento das unidades conservação para garantir a efetiva implementação das políticas (levar em consideração os planos de manejo das áreas protegidas). Criar incentivos a parcerias e convênios com universidades para pesquisas e estudos necessários ao diagnóstico ambiental da cidade, incluindo editais de fomento e bolsas a pesquisadores da área direcionados a assuntos estratégicos para a cidade, tais como tecnologias inovadoras (ambiental e urbanística). Ampliar os itens analisados no monitoramento da qualidade da água (consumo humano), mapear os pontos críticos e o comportamento das fontes de água e outros indicadores com integração entre as instituições de pesquisa e os diferentes órgãos responsáveis. Recomendação de implantação de estações de monitoramento da qualidade do ar. Atuar para atingir a meta de 17% de conservação de ecossistemas terrestres, conforme previsto no Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 15. Atuar na melhoria da permeabilidade do solo, com utilização, entre outros, de instrumentos indutores e ações benéficas, principalmente nas áreas públicas. Ampliar o leque de possibilidades e tecnologias a serem adotadas para mitigar esse impacto. Criar banco de áreas degradadas e passivos ambientais que possam ser objeto de recuperação pelos empreendimentos. Revisar a legislação que trata da compensação ambiental (custo do manejo da vegetação, remoção, compensação, entre outros). Estruturar diretrizes para a valorização do turismo ecológico. Buscar parcerias e captar linhas de financiamento nacional e internacional para cumprimento dos objetivos da Agenda 2030 GEF. (**APROVADA, COM alterações**)

2. Modelo espacial composto dos seguintes itens: Avaliar, incluir e detalhar as categorias das áreas ambientais no Plano Diretor. Criar corredores ecológicos a fim de articular estratégias de desenvolvimento, tais como caminhos rurais, rotas das hortas, trilhas de longo curso, áreas de observação de fauna e conexões dos morros. Estudar a viabilidade da criação da Unidade de Conservação do Morro Santana em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Redefinir os limites da Zona Rural de Porto Alegre, buscando contemplar as áreas de produção primária, com levantamento e mapeamento das áreas de interesse. Habitação e cidade informal: Identificar áreas centrais adequadas para Habitação de Interesse Social (HIS) e definir estratégias sustentáveis para a ocupação em áreas com baixa adequação para a habitação. Prever a flexibilização de padrões sobre o parcelamento do solo quando a HIS está em áreas com comprometimento ambiental com vistas a viabilizar uma ocupação sustentável da área, observada a legislação ambiental. Adotar instrumentos como cota solidária para inserção de HIS em áreas consolidadas (urbanizadas). (**APROVADA, COM alterações**)

3. GESTÃO composta dos seguintes itens: Retomar discussão do grupo de trabalho – Plano Diretor Ambiental da 6° Conferência do Meio Ambiente no momento de propostas para a Revisão do Plano Diretor dos assuntos discutidos. Efetuar diagnóstico comparativo atual X subsídios Atlas Ambiental. Utilizar os planos de manejo como subsídios para a gestão das áreas. (**APROVADA, SEM alterações**)

4. OUTROS PROJETOS E AÇÕES compostas dos seguintes itens: Implantar projetos pedagógicos piloto de Educação Urbanística – Ambiental – Sustentável nas escolas (base de referência Apostila Agenda 21/30). Prever projetos de agricultura, hortas urbanas, florestas urbanas e abastecimento. Fazer levantamento de stakeholders (social) como base para o desenvolvimento de ações. (**APROVADA, COM alterações**)

Grupo de trabalho resíduos e aproveitamento energético

1. COMUNICAÇÃO E ACESSO À INFORMAÇÃO: estimular e aprimorar uma comunicação integrada entre agentes públicos, privados e sociedade envolvidos com a política para a sustentabilidade, na qual sejam divulgadas todas as políticas públicas que são desenvolvidas e implementadas. Uso de uma linguagem em comum e unificada. Objetiva-se o alinhamento da informação referentes às práticas vigentes e futuras no Município. Formação cidadã: desenvolvimento de um canal de comunicação e sensibilização sobre sustentabilidade, com uma linguagem acessível ao cidadão, considerando o momento de inovação tecnológica nas plataformas digitais da Prefeitura. (**APROVADA, COM alterações**)
2. COMUNICAÇÃO E ACESSO À INFORMAÇÃO: Utilização das contas de Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), de consumo de água, energia, bem como uso de informativos visuais, no transporte público municipal, como um canal de informação relativo às boas práticas de sustentabilidade, como: dias e horários de coleta seletiva, a importância da triagem e separação dos resíduos em suas casas, dicas de consumo de água, importância da participação do cidadão no processo de sustentabilidade, etc. (**APROVADA, SEM alterações**)
3. PROGRAMA DE INCENTIVO À COMPOSTAGEM: incentivar na cidade práticas específicas de compostagem (como a horta comunitária), com posterior avaliação e consolidação dos resultados, que poderiam ser projetados ao restante do Município. (**APROVADA, COM alterações**)
4. Fomentar a criação e utilização de moeda social inspirada no Pila Verde do Município de Santiago/RS. A ação objetiva estimular o cidadão a ser um agente na economia circular, à medida que ele entrega seu resíduo orgânico e em contrapartida, recebe a moeda social que pode ser utilizada nas feiras de orgânicos, com membros cadastrados. Estes, por sua vez podem trocar essas moedas por adubos. Essa iniciativa gera impacto positivo entre consumidores, feirantes e o próprio meio ambiente, fomentando a economia local, educação e sustentabilidade. (**APROVADA, COM alterações**)
5. Transformação do Decreto Municipal nº 21.073/2021 em Lei Municipal: busca-se garantir que a figura do "prefeito de praça" seja mantida mesmo após troca da gestão municipal nas eleições. Considera-se que os prefeitos de praça são agentes e canais de desenvolvimento de políticas ambientais sustentáveis. O projeto de lei partiria da sociedade civil e seria entregue à Câmara Municipal para votação. (**NÃO APROVADA**)
6. Propor a capacitação dos prefeitos de praça, membros de conselhos municipais e representantes eleitos das comunidades, entre outros agentes: qualificando-os com conhecimento técnico e prático ambiental, e torná-los verdadeiros "agentes de sustentabilidade", com capacidade de aplicação das políticas ambientais e de mobilização à educação para a sustentabilidade nas suas comunidades. Estender o convite às escolas municipais, para que seus gestores também participem da capacitação. (**APROVADA, COM alterações**)
7. Comunicação do acesso aos recursos do Fundo de Meio Ambiente conjugada com a capacitação de entidades para elaboração de projetos na área de educação em sustentabilidade: atualmente as entidades da sociedade civil não possuem informações sobre o acesso aos recursos que compõem o Fundo de Meio Ambiente. É necessário que

as entidades da sociedade civil que atuam com educação em sustentabilidade possam apresentar projetos com os recursos inerentes ao Fundo. (**APROVADA, COM alterações**)

8. Propor um estudo de viabilidade técnica e econômica sobre a inclusão da correta separação e destinação dos resíduos e a prática da compostagem nos critérios de incentivo do IPTU Sustentável, com a inclusão de indicadores e considerando o contexto local. (**APROVADA, COM alterações**)

9. Ampliar o número de Unidades de Destinação Certa (UDCs) e aumentar sua importância: regulamentar e aumentar a quantidade de UDCs para que se tornem um ambiente adequado e um espaço suficientemente reservado à coleta de resíduos do Município. Estudar a viabilidade de um convênio entre o Município (especificamente o DMLU) e entidades que promovam a correta destinação dos materiais coletados nas UDCs, promovendo a troca de materiais que serão destinados conforme a atuação de cada UDC e entidade (feiras de trocas). (**APROVADA, SEM alterações**)

10. Debater sobre o adequado tratamento dos efluentes de atividades que geram resíduos químicos: Desestimular que as atividades potencialmente geradores despejem efluentes *in natura* na rede pública. (**APROVADA, SEM alterações**)

11. Formação cidadã: desenvolvimento de um canal de comunicação e sensibilização sobre sustentabilidade, com uma linguagem acessível ao cidadão, considerando o momento de inovação tecnológica nas plataformas digitais da Prefeitura. (**APROVADA, SEM ALTERAÇÕES**) – Observação: o texto foi realocado na proposta 1 deste Grupo de Trabalho.

ANEXO IV – ATA DA REUNIÃO DA ASSEMBLEIA DA 6ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE PORTO ALEGRE

6º CONFERÊNCIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

PORTO ALEGRE

2022

(Ata da etapa de encerramento)

Aos dezenove dias do mês de novembro de dois mil e vinte dois, às nove horas, foi realizado o encerramento da 6ª Conferência Municipal do Meio Ambiente de Porto Alegre, na PUCRS, Prédio 9, sob a mediação de **ÂNGELA MOLIN**, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS.

Jacson Lagoa (Cerimonial): Bom dia, Senhoras e Senhores. Primeiramente, solicitamos a todos que coloquem os celulares no modo silencioso. Para conduzir os trabalhos deste último dia da 6ª Conferência Municipal do Meio Ambiente de Porto Alegre, chamamos à mesa o Secretário Adjunto do Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade, Senhor **Maurício Loss**. A Presidente do Conselho Municipal do Meio Ambiente, a Senhora **Ângela Molin**. E, na sequência, os coordenadores dos grupos de trabalhos, que na data de ontem reuniram-se para apresentarem os trabalhos a serem deliberados nesta manhã: **Thammy Iara Souza Zanette**, Coordenadora do Grupo de Áreas de Risco. **Karen da Costa Machado Moreira**, Coordenadora do Grupo de Trabalho Transporte e Mobilidade Urbana. **Patrícia da Silva Tschoepke**, Coordenadora do Grupo de Trabalho Plano Diretor Ambiental. **Maria Caravagio Nunes** e **Paula Moleta**, Coordenadoras do Grupo de Trabalho Resíduos e Aproveitamento Energético. Com a palavra a Doutora Ângela Molin.

Ângela Molin, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS: Bom dia a todos. É uma satisfação tê-los aqui conosco e em nome do Conselho de Meio Ambiente agradeço a presença de todos os presentes e participantes deste evento, a 6ª Conferência. E hoje temos, então, um grande momento, que é conhecer as propostas dos grupos de trabalho, que ontem se reuniram e debateram temas relacionados ao grande tema central, que são as mudanças climáticas. E a partir, então, da apresentação das propostas nós teremos um momento de ouvir também o público que está aqui presente e também votarmos, efetivamente, essas propostas que vão integrar o documento final da conferência. Ele será confeccionado nos próximos meses, e depois será publicado, e entregue ao Senhor Prefeito e ao Senhor Secretário pelo Conselho de Meio Ambiente com as propostas que foram trazidas pelos participantes da conferência. Antes de iniciarmos eu gostaria de dizer que foi muito importante esse momento de retomada das conferências de meio ambiente, que já há 10 anos

não se realizavam. Começamos na quinta-feira com aquele momento de explanação dos *experts* sobre os temas e ontem uma efetiva participação nos grupos de trabalho, o que tem nos alegrado bastante com relação à adesão dos porto-alegrenses nesse momento. Eu relembro que este evento hoje está sendo filmado para fins de registro, essa filmagem, posteriormente, vai para o canal do YouTube da Secretaria de Meio Ambiente e estará acessível a quem quiser assistir novamente. No QR Code dos crachás estarão disponíveis os materiais que foram disponibilizados, que foram apresentados na quinta-feira pelos palestrantes, aqueles que nos autorizaram a disponibilizar para todos. Também depois irão as propostas, irá também a votação e também a nossa ata. Temos aqui hoje a nossa taquigrafia registrando *ipsis litteris* este momento. Eu gostaria ainda de solicitar que ao final do evento, podem fazer em casa, enfim, amanhã com tranquilidade, façam a avaliação do nosso evento, ele também está QR Code, é um Google Forms, que para nós será muito importante receber o *feedback* dos participantes naquilo que podemos melhorar, que talvez não tenha sido muito positivo ou visto como positivo. E também aquilo que foi bom, que acharam bom para que a gente possa, eventualmente, repetir e acertar melhor nas próximas conferências. Eu vou propor a metodologia que nós vamos usar para este momento aqui, hoje de manhã. Nós temos aqui, e agradeço muito ao trabalho dos nossos coordenadores, que também foram mediadores de conferências na quinta-feira. Nós teremos, Então, a apresentação com a leitura das propostas de cada grupo de trabalho. Daí nós vamos para passar à aprovação de cada uma das propostas de cada grupo de trabalho. Elas estarão no telão, de modo que vocês também podem acompanhar a redação. Nós vamos, então, eu vou perguntar se há alguma contrariedade quanto à proposta e em seguida se há alguma proposta de alteração da redação da proposta, no sentido de talvez melhorar ou de completar algo que possa ser importante, conforme o que foi visto aqui por vocês. Para isso e considerando que temos muitas propostas e boas propostas, segundo os coordenadores aqui já me disseram, já me adiantaram, nós vamos limitar, até pelo tempo, vamos limitar a cinco pessoas se manifestarem por proposta dentro de um minuto, a fim de que a gente não fique uma manhã inteira numa única proposta, porque temos aí talvez umas 30, 40 propostas a serem reanalisadas. Então, é bem importante que a gente possa ser bastante objetivo nesse momento, a fim de tornar mais eficiente também essa votação. E no momento da votação é muito importante termos o nosso crachá, porque levantando o crachá que fazemos a votação. Quem estiver a favor levanta o seu crachá, mas a cada momento eu vou falando. Quem for falar no microfone é importante dizer o seu nome e a

entidade que está representando, porque nós temos aqui a nossa taquigrafia e também para que esse fique registrado na filmagem. Então, peço esse cuidado também. Certo? Muito bem! Todos de acordo em relação a esse mecanismo? Sim, pois não. Só um minuto, vai o microfone para poder registrar. Diga seu nome e a entidade, por gentileza.

Lucimar Fátima Siqueira, Observatório das Metrópoles: É só uma pergunta e uma sugestão. Acho que deveria ser pensado um tempo, seja lá o tempo que for possível para que tivéssemos manifestações além do que simplesmente a discussão da proposta.

Ângela Molin, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS: Sim. É possível alguma complementação, enfim, ou que seja, mas dentro desse limite de cinco pessoas e um minuto, para que a gente possa avançar. Ok, não há problema, porque eu sei que nem todos participaram de todos os grupos de trabalho, já que eles ocorreram simultaneamente. Mas não podemos esquecer que as propostas que serão apresentadas já foram consenso dentro do grupo. Então, já temos aí uma aprovação prévia, parece que nos também dá certa segurança de que realmente tenha uma representatividade. [Manifestação fora do microfone]. Sim. Mas assuntos correlatos, né, sem dúvida. Então, nós vamos iniciar este momento. Tem mais alguém? Então, nós vamos iniciar e o primeiro grupo a fazer a apresentação é o Grupo das Áreas de Risco. Temos aqui a geóloga representando o Estado do Rio Grande do Sul, que muito nos deixou feliz com a presença de um ente federativo aqui. Então, Thammy, está com a palavra.

Thammy Iara Souza Zanette, Coordenadora do Grupo de Áreas de Risco: Bom dia. Desculpa minha voz, estou de "viroti" [Risos], porque eu tenho uma bebê pequena, a gente dorme mal, né, e nos dois últimos dias conciliar o trabalho, também fui trabalhar e vim aqui no evento e a bebê, enfim, foi meio pesado. E sábado e domingo é dia de descanso [Risos]. Bom, eu fico muito feliz de participar deste evento, porque a gente trabalha no dia a dia, às vezes a gente não se dá conta do nosso trabalho, da importância que é para a sociedade o nosso trabalho. Eu vim representar as colegas, um grupo muito legal, composto de mulheres e que são pessoas com bastante experiência e uma equipe multidisciplinar. Então, eu vou tentar ser o mais breve possível aqui. Posso ler as propostas? Pode ter algum erro de português, porque foi bem corrido ontem, a colega da Prefeitura nos ajudou a escrever. A gente leu, releu, mas depois a gente pode arrumar. Então, a **PROPOSTA UM** fala sobre a integração dos dados, ou seja, se a gente juntar todos os dados que a gente já tem de décadas, a gente tem muito dado e como que a gente faz para compilar esses dados? Inclusive, até para contribuir com a Defesa

Civil no caso. Então, a gente tem que integrar esses dados e esses documentos que contemplou as áreas de risco e fazer a divulgação, ampliar a visibilidade desses dados. Então, essa é uma das propostas. Para a sociedade em geral: ***Que a sociedade tenha acesso***; que tenha um acesso livre a esses dados. Bom, **PROPOSTA DOIS**: ***O fortalecimento dos espaços institucionais, com incrementos das equipes técnicas***. É que essas equipes sejam contempladas pelo pessoal que trabalha diretamente com a sociedade, pelos técnicos que trabalham com o problema do risco, de identificação desses lotes no caso, enfim, contestando o meio ambiente. E junto ao Poder Público Municipal que trata da temática da área de risco e que atua de forma integrada com diversas secretarias e órgãos. **PROPOSTA TRÊS**: ***Desenvolver um sistema de monitoramento dessas áreas de riscos***. A gente tem áreas de risco alto, muito alto, baixo, médio. Então, como que a gente monitora esse risco e também ontem a gente conversou sobre a dinâmica da natureza, no caso, aqui eu vou falar um termo técnico para vocês. A geomorfologia, o dia a dia, as coisas acontecem, a dinâmica das ocupações, é muito variável. Então, seria essa questão do uso do solo. **PROPOSTA 4**: ***Construir alternativas com os moradores envolvidos***. Isso é muito importante, eles têm que entender o que está acontecendo lá na casa deles, na comunidade. Então, tem que envolver os moradores e respeitar o aspecto deles, porque eles já têm uma cultura do local. Normalmente essas famílias estão há 60 anos nas comunidades, então, a gente tem que pensar no aspecto econômico do local, do entorno. Então, assim, vou até falar um termo técnico aqui, as áreas de influência. **PROPOSTA 5:** ***Implementar políticas de educação ambiental específica para essas áreas de risco, que sejam contínuas e permeiem entre as trocas de governo***. Então, educação ambiental fundamental, ontem foi discutido, não só nas escolas, não só com as crianças, mas com os pais, com os avós, com as pessoas que culturalmente estão no local, para que eles entendam onde eles estão vivendo. Isso foi comentado pelo Professor Rualdo na palestra. **PROPOSTA 6:** ***Que a política de planejamento urbano inclua a gestão de riscos, ações de adaptação, resiliência, utilizando como critério a dinâmica das bacias hidrográficas***. Também foi muito comentado pelo Professor da PUC e as características de cada local. Então, quando a gente fala "características", por isso a equipe técnica multidisciplinar, porque são vários tipos de características, físicas, biológicas, culturais, socioeconômicas. **PROPOSTA 7:** ***Previsão de destinação de recursos para um fundo específico, a fim de atender demandas das áreas de riscos e ações que envolvam a prevenção de futuras ocupações irregulares***. Então, assim, não seria só tratar o que já está acontecendo, mas prevenir para que isso continue

acontecendo, que avance, que novas áreas sejam ocupadas, áreas que não que não tem como as pessoas estarem instaladas. Obrigada! [Aplausos].

Ângela Molin, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS: Muito bem. Parecem propostas bastante concisas e objetivas, extremamente positivo. Então, quanto à primeira proposta, alguma contrariedade à aprovação dessa proposta? Alguém gostaria de fazer alguma proposta de alteração da redação desta proposta ou podemos aprová-la como ela está? Lucimar. A Lucimar esteve no grupo.

Lucimar Fátima Siqueira, Observatório das Metrópoles: Só para lembrar que antes das propostas existe um texto que foi escrito e há o destaque de que o grupo entende que esses problemas ocorrem, um dos problemas é por conta das desigualdades sociais. E também tem outro destaque que cita as políticas públicas que devem ser integradas, política de desenvolvimento urbano, política nacional de educação ambiental. Então, existe todo um arcabouço já no Brasil que orienta essas ações. Portanto, quando a gente chega nas propostas ele é "simplesmente" um momento em que vai ser implementado no Município. Mas esse texto que precede é importante também conhecer. Obrigada!

Ângela Molin, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS: Perfeito! Todos os grupos fizeram um pequeno resumo das discussões e esses resumos serão integrados no documento oficial. Antes das propostas aprovadas vem esse resumo das discussões. Então, ele estará disponível para todos, porque acaba sendo uma justificativa da existência daquelas propostas. Então, podemos colocar em votação? Temos mais uma colocação.

Roberto Luiz Dall'Agnol, Clube de Observadores de Aves de Porto Alegre: Bom dia. Roberto, sou professor da ESPM e ex-aluno aqui da PUC, também representando o Clube de Observadores de Aves de Porto Alegre. Eu vou fazer um comentário, eu acho que vale para os três grupos. Eu ontem participei do grupo com a Patrícia e algo que depois um colega meu comentou, que eu gostaria de trazer a todos, é que não houve nenhum confronto com o 5º Seminário, por exemplo. Eu não sei se isso vai ser realizado em algum momento, para nós, inclusive, termos base se nós avançamos, esquecemos algo muito importante. O plano de risco foi um exemplo que o representante da Casa Civil deu aqui na palestra, quando ele comentou que aumentou de 119 para 200. Então, alguma coisa, eventualmente, falhou no meio do caminho, alguma coisa que não foi prevista ou que poderia ter sido prevista, quando o Plano Diretor foi revisado no 5º Seminário. Então, talvez seja um ponto interessante para ser

avaliado, esse confronto contra o 5º Seminário que foi realizado, as propostas que surgiram dele. Obrigado!

Ângela Molin, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS: Considerando que nós tivemos aí 10 anos entre a 5º Conferência e a 6ª Conferência, esse aspecto não foi contemplado na programação desta conferência. O Conselho não pautou isso neste momento, mas isso pode ser, o Conselho pode propor fazer outro momento, onde ele vai fazer a análise entre as propostas da 5ª e da 6ª. Não há problema nenhum. Inclusive, pode ser uma demanda do Conselho de Meio Ambiente nesse sentido, que vem através das entidades que têm assento no Conselho ou outras próximas. Então, aqui hoje nós estamos trabalhando nesse formato das propostas, a partir do tema central e de tudo que foi discutido. O senhor tem outra proposta a fazer? Não? Está bem! Obrigada. Então, mais alguém? Podemos colocar em votação a primeira proposta? Ok! Então, os que estiverem de acordo com a primeira proposta, por favor, levantem os seus crachás. Acredito que temos aqui uma unanimidade. **PROPOSTA 01 APROVADA POR UNANIMIDADE**. Obrigada! Passamos à segunda proposta, que também está ali na tela e todos podem fazer a leitura para lembrar. Alguma contrariedade quanto a esta proposta? Se alguém quer se inscrever também para propor alguma alteração na redação da proposta ou podemos encaminhar para votação como ela está. Podemos votar a segunda proposta? Então, também temos unanimidade. **PROPOSTA 02 APROVADA POR UNANIMIDADE**. Terceira proposta. Temos duas inscrições.

Renata Saffer, Secretaria de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS: Uma pergunta rápida. Todas as propostas são em relação ao poder público?

Ângela Molin, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS: Todas são propostas encaminhadas para subsidiar as políticas públicas sim.

Renata Saffer, Secretaria de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS: Mas em relação à atuação municipal?

Ângela Molin, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS: Sim, que pode ser integrada, a proposta, como temos aqui, integrar com os outros entes federais e até outros órgãos, outros entes federados e até outros órgãos.

Renata Saffer, Secretaria de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS: Eu não sei se seria interessante dizer que esse sistema de monitoramento quem deveria atuar, que secretarias ou que áreas.

Ângela Molin, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS: Isso pode ser a definição do próprio programa, me parece, né. Ok?

Thammy Iara Souza Zanette, Coordenadora do Grupo de Áreas de Risco: Até concordo com a dúvida da colega. Bom, isso é uma proposta. Então, teria que ser pensado como desenvolver ainda, qual a metodologia usar. Primeiramente, é uma proposta.

Ângela Molin, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS: Perfeito! Então, um segundo momento.

Carlos Lisboa, PROCEMPA: Bom dia. Eu estava no grupo da Patrícia ontem, do Plano Diretor. Nós vemos que a tecnologia tem um papel muito bom nessa questão, com o passar do tempo a gente vê que a tecnologia é associativa e ela pode contribuir. Nessa questão do monitoramento de áreas de risco, nós falamos muito lá sobre sensoriamento geral da cidade, vários aspectos que podem contribuir com um banco de dados, que serve para ações pontuais de emissão crítica, inclusive, para mitigação de riscos, mas serve para o futuro para que a gente possa antecipar. Então, nós temos um centro de comando da cidade, que é o CEIC, ele foi proposto para que a gente tenha a nossa observação em tempo real do que está acontecendo na cidade. Eu entendo que a gente possa, inclusive, pensar na tecnologia associada à Proposta 03, para que ela em tempo real nos traga informações para que as equipes de trabalho possam antecipar ações. Então, não só para gerar dados, vai aparecer isso lá no Plano Diretor, numa proposta, mas mais ou menos o que ela já falou também aqui, o que a colega falou aqui. Precisa de uma área e que essa área tenha pessoal especializado e monitorando em tempo real, em 24 horas por dia o que está acontecendo, para antecipar algo que possa ser de grande preocupação. Essa é a ideia. Alterar talvez, a gente fazer uma pequena alteração para começar a utilizar a tecnologia de maneira mais massiva.

Ângela Molin, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS: Então, a proposta seria incluir na redação o uso de tecnologia. Perfeito!

Lucimar Fátima Siqueira, Observatório das Metrópoles: Eu acho que ouvindo você falando e lembrando da conversa de ontem, que a maioria das participantes do GT são vinculadas ao poder público, talvez criar um sistema de formação, de circulação da informação dentro do próprio poder público para que cada técnico não se sinta sozinho ali sem saber o que fazer de uma situação que chega para ele. Então, talvez, não sei, eu estou falando porque não sou do poder público, mas talvez algum sistema de formação em todas as áreas, principalmente das políticas públicas. Se discutiu bastante a questão de que tradicionalmente se olha para a

área de risco, considerando o espaço físico, mas a questão das comunidades, as faltas de alternativas para atender a população que está naquela situação e entender porque elas estão naquela situação, é uma caixa-preta, não se tem uma alternativa. Certo? Quer dizer, existem as políticas públicas, que a gente sabe, as políticas de moradia, etc., mas do ponto de vista do técnico ter uma alternativa no momento em que ele se depara com uma situação. Parece que aí está a dificuldade. Então, talvez a questão de formação, um sistema de formação.

Maximiliano, cidadão: Me ocorre que esse sistema de monitoramento precisa estar integrado com o sistema de defesa civil.

Ângela Molin, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS: Exato, o nacional.

Maximiliano, cidadão: Isso foi considerado?

Ângela Molin, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS: Não, eu acho que temos que considerar na proposta. Era isso que eu ia propor. Eu até abri a lei aqui para a gente verificar, mas acho que essa é uma proposta no sentido de completar esta Proposta 03. Então, o uso de tecnologia e integrado com o Sistema Estadual e Federal de Defesa Civil. Com a capacitação técnica dos servidores. Nós temos aqui uma redatora que vai fazendo a proposta, a alteração já no telão, de modo que a gente possa já fazer a aprovação com a redação final. Não adianta ter sistemas se nós não temos as capacitações técnicas necessárias.

Tânia Regina Quintana Rodrigues, Coordenação de Gestão e Monitoramento Urbano – CGMU/SMAMUS: É óbvio que eu traria, lá no nosso grupo a gente trouxe essa necessidade. E eu vou lembrar aqui todos, e o nosso Secretário Germano, ele que sempre diz para a gente: "Tem que amarrar as pontas". Vamos amarrar as pontas, é isso que a gente nota. Lá dentro do nosso grupo a gente viu que tem vários projetos, vários estudos de todo o território, isso nós temos, vários dados, mas os dados estão da forma que a gente sabe como estão. Teria que consolidar um grupo que vá pensar e vá desenvolver. Eu não veria diferente de que quando eu crio um sistema de monitoramento, a tecnologia já vem de arrasto, não tem como hoje a gente fugir disso. A tecnologia vem, porque ela vem a nos facilitar, vem para ficar, prospectando, porque é muito mais importante correr atrás do prejuízo nessas situações que são muito críticas e ela vai-nos trazer, vai-nos mostrar quais são as ações pautadas pela lei nossa, Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental, como que nós vamos introduzir isso para prospectar. O que as áreas que estão vulneráveis estão dizendo assim: "Venham e me

ocupem"; não só com baixa renda, mas nós temos ocupações também, outros tipos de ocupações, né? As colegas que me corrijam. Então, isso é muito importante, por isso que a gente pautou nesse sistema, um observatório. Entendeu? O observatório tem que estar focado nessas ações.

Ângela Molin, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS: Certo, muito obrigada. Então, temos a proposta ali. A Doutora Karen vai ler para nós vermos como ficou.

Karen da Costa Machado Moreira, Coordenadora do Grupo de Trabalho Transporte e Mobilidade Urbana: Bom dia. **PROPOSTA 03 (Alteração):** ***Desenvolver um sistema de monitoramente de áreas de risco, com a integração do Sistema Federal e Estadual de Defesa Civil e capacitação técnica de servidores, bem como incentivar o uso de tecnologias, levando em consideração a dinâmica dos processos naturais, antrópicos e uso do solo***.

Maximiliano, Cidadão: Eu posso sugerir uma alteração do texto?

Ângela Molin, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS: Sim.

Maximiliano, Cidadão: Desenvolver um sistema de monitoramente de áreas de rico integrado ao Sistema Federal.

Ângela Molin, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS: Integrado? Só alterar uma palavra ali?

Maximiliano, Cidadão: Isso. "Integrado ao".

Ângela Molin, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS: Perfeito! Podemos votar? Então... Muito bem. Aprovado, então, por unanimidade. **PROPOSTA 03 APROVADA POR UNANIMIDADE**. Proposta 04. Alguma contrariedade? Alguma sugestão de alteração? Maximiliano.

Maximiliano, Cidadão: Houve discussão sobre sucessão nessas áreas de risco?

Ângela Molin, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS: Sim.

Maximiliano, Cidadão: Então, foi considerado. Dentro das alternativas construir alternativas e tal. É muito importante que não haja sucessão nessas áreas de risco. É só isso.

Ângela Molin, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS: Perfeito! Mais alguma consideração em relação à Proposta 04 do grupo de áreas de risco? Podemos votar? Novamente temos a aprovação. **PROPOSTA 04 APROVADA**

POR UNANIMIDADE. Proposta 05, alguém tem alguma consideração? Quer fazer alguma sugestão de alteração na redação? Lucimar.

Lucimar Fátima Siqueira, Observatório das Metrópoles: Apesar da gente saber que isso está lá no texto, que precede, me parece que seria interessante, não sei o que a plenária vai achar, a gente colocar... Esse caso ontem, por acaso, tinha a lei da Política Nacional de Educação Ambiental. Então, talvez só complementar que sejam contínuas e permeiem governos, implementando a Política Nacional de Educação Ambiental, que ali tem todo o regramento de como tem que acontecer.

Ângela Molin, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS: Perfeito! Parece pertinente, se todos concordarem podemos. E, na verdade, é importante dizer que o tema da educação ambiental apareceu em todos os grupos de trabalho ontem, porque é um tema transversal, a gente sabe. E o Município tem também a obrigação de fazer o Plano Municipal de Educação Ambiental, isso está, inclusive, dentro da competência do Conselho de Meio Ambiente, que já puxou para si o estudo disso e o encaminhamento disso. Então, nós teremos em breve também na cidade o Plano Municipal de Educação Ambiental. Temos o comitê gestor criado, enfim, para isso. Então, esse tema está totalmente relacionado aqui e com todas as áreas e nós também vamos implementar. Então, acho que podemos ali incluir em todas as esferas, uma integração em todas as esferas, Municipal Estadual e Nacional.

Paula Moleta, Coordenadora do Grupo de Trabalho Resíduos e Aproveitamento Energético: Bom dia. Eu só acrescentaria educação ambiental e sustentabilidade, porque senão a gente fica pautado só no ambiental e o ambiental faz parte da sustentabilidade, mas a sustentabilidade é muito mais ampla.

Ângela Molin, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS: Perfeito! Acho que é uma palavra importante também.

Maria Caravagio Nunes, Coordenadora do Grupo de Trabalho Resíduos e Aproveitamento Energético: Nós discutimos ontem no nosso grupo. Plano Municipal de Educação em Sustentabilidade, em sustentabilidade a gente fala dos três eixos básicos, são quatro botando o cultural. Então, o ambiental, o social, o econômico e o cultural. Vale a gente estar ampliando, porque senão fica muito... E na questão da SMAMUS, na questão... Como é aquele termo que tu usaste ontem, Cássia? E a gente passa a ser os "biodesagradáveis" [Risos]. Aprendi esse termo ontem.

Ângela Molin, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS: Muito bem. Então, vamos lá na redação. Temos ali.

Karen da Costa Machado Moreira, Coordenadora do Grupo de Trabalho Transporte e Mobilidade Urbana: PROPOSTA 05: ***Implementar políticas de educação ambiental e de sustentabilidade específicas para áreas de risco, que sejam contínuas e permeiem governos, implementando a política nacional ambiental***.

Ângela Molin, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS: então, nós temos que incluir a expressão "educação em sustentabilidade", cortar o "ambiental".

Maria Caravagio Nunes, Coordenadora do Grupo de Trabalho Resíduos e Aproveitamento Energético: Doutora Ângela, assim, uma das coisas que apareceu ontem no nosso eixo, que foi resíduos, é a padronização da nomenclatura. Então, é legal se a gente puder já aqui...

Ângela Molin, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS: Padronizar aqui. E no nacional tem que colocar "o municipal e estadual" juntos, porque o Estado do Rio Grande do Sul já tem plano de educação ambiental, em nível nacional também. Falta o nosso, que será encaminhado este ano possivelmente. Então, vamos ver se ficou boa a redação? Isso dá um pouco de trabalho, mas é assim que nós vamos chegar a um consenso e um trabalho de qualidade aqui hoje.

Karen da Costa Machado Moreira, Coordenadora do Grupo de Trabalho Transporte e Mobilidade Urbana: PROPOSTA 05 (Alteração): ***Implementar políticas de educação ambiental em sustentabilidade específicas para áreas de risco, que sejam contínuas e permeiem governos, complementando as políticas Nacional, Estadual e Municipal de matéria ambiental***.

Ângela Molin, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS: Mais alguma sugestão nesse ponto? [Manifestação fora do microfone]. É, eu achei que ficou engraçado aquele final. Tirou. Perfeito! Muito bom. Então, podemos votar? Aprovado. **PROPOSTA 05 APROVADA POR UNANIMIDADE**. Próxima proposta, a Proposta 06. Diz respeito às políticas observarem a capacidade de resiliência, a cultura da comunidade que está nas áreas de risco. Isso veio muito forte no grupo ontem, na percepção especialmente dos técnicos, como a Thammy, por exemplo. Alguma contrariedade? Alguma sugestão de alteração nesta Proposta 06? Guilherme.

Guilherme, Comissão de Parcelamento do Solo – SMAMUS: Eu só acho que ali onde diz "incluir a gestão de risco", eu acho que poderia complementar "e de proteção contra cheias". A gente tem muitos lugares alagadiços em Porto Alegre e que hoje têm regime urbanístico, mas a gente não consegue ocupar porque não tem a proteção dessas áreas. Então, a gente tem o regime urbanístico, mas ao mesmo tempo é vedado, porque ele não tem um sistema de proteção contra cheias. Então, por mais que seja uma área de risco, acho que é importante colocar gestão de riscos e proteção contra cheias.

Ângela Molin, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS: Perfeito! Até porque este talvez seja um dos riscos mais evidentes na cidade.

Thammy Iara Souza Zanette, Coordenadora do Grupo de Áreas de Risco: Vou complementar aqui. A questão das áreas alagadiças, das comunidades que pelo menos o Governo do Estado trabalha, é 70% o problema. Por quê? Por causa da questão do escoamento superficial da falta às vezes de drenagem pluvial, muitas vezes tem a drenagem, só que ela não tem mais capacidade, tem muito resíduo nas comunidades que acabam entupindo. A gente já conhece a questão da boca de lobo. E assim, 60 a 70% não é bloco de rocha, tem muita erosão, mas na as casas estão num nível muito baixo, abaixo do nível da rua normalmente. E a chuva fica contida, tem marcas nas residências das pessoas.

Lucimar Fátima Siqueira, Observatório das Metrópoles: Totalmente muito bem lembrado nessa questão e a gente tem que pensar, já que estamos discutindo junto com o Plano Diretor e etc., a questão da impermeabilização. O que aconteceu na Borges de Medeiros asfaltando aquele trecho que era paralelepípedo, aquilo não poderia acontecer, o governo jamais poderia ter autorizado aquilo. E essa questão das enchentes não é só em áreas onde tem pessoas pobres morando. Quem conhece o Menino Deus, quem tem uma casa mais antiga no Menino Deus, na Azenha, que sabe que quando chove os quintais ficam cheios de água porque não impermeabiliza mais nada, sabe que o problema não é gravíssimo. E isso tem que ser entendido a partir do ciclo hidrológico na cidade. Então, evidente que cada item desses a gente não tem como aprofundar tecnicamente, mas a questão do ciclo hidrológico na cidade é básico para entender todo o fluxo da água que vai ocorrer ali. Obrigada!

Ângela Molin, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS: De fato, tivemos essa aula lá com o Professor Rualdo, na quinta-feira. Então, ele expos bem isso e acho que foi bem lembrado de nós colocarmos esse complemento nesta Proposta 06.

Paula Moleta, Coordenadora do Grupo de Trabalho Resíduos e Aproveitamento Energético: Eu só queria trazer um pouquinho da palestra do Professor Rualdo. É uma sugestão de como aproximar essa resiliência, aproximar a questão que nem ele trouxe com ações simples numa casa, de poder com que a casa não se perca com a chuva, com resíduo. Então, trazer uma aproximação daqui a pouco das próprias universidades para a gente estar trabalhando. Como colocar isso na proposta eu queria...

Ângela Molin, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS: É, eu acho que aí a gente já parte para uma ação e nesse sentido é um detalhamento da proposta, que é o como fazer. Eu acho que o mais importante é dizer: "Precisamos olhar este ponto". Então, me parece que daí o como fazer, isso é uma coisa que a gente pode detalhar depois, quando a política vai ser implementada.

Carmem, agrônoma ambientalista: Bom dia. Eu sou a Carmen, eu sou agrônoma ambientalista, sou profissional autônoma, especializada em recuperação de áreas degradadas. Eu só acho que nesta Proposta 06 provavelmente está previsto e foi considerado no texto, mas acho que é uma palavra que o pessoal da Defesa Civil levantou a questão da prevenção. Então, a gente tem que colocar ali "prevenção e gestão de riscos". Acho que isso é fundamental.

Ângela Molin, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS: Perfeito! Acho uma boa sugestão sim, se todos concordam, se o plenário concorda incluiremos ali "prevenção e gestão de risco". Mais alguma consideração para a Proposta 06? Podemos votar? Muito bem. Aprovada novamente. **PROPOSTA 06 APROVADA POR UNANIMIDADE.** Próxima proposta é a Proposta 07. Max? Posso te chamar de Max?

Maximiliano, Cidadão: Claro. Economia sempre. [Risos]. Em relação aos recursos para o fundo, eu tenho uma dúvida quanto a essa questão, porque há poucos dias atrás foram extintos 10 fundos no Município e entre esses fundos o Fundo dos Catadores de Recicláveis. Isso não teve uma explicação plausível até agora, a gente sabe que esses fundos vão fazer parte de um caixa único do governo. Então, antes dessa proposta, eu acho que está integrado até com uma questão aqui que é muito importante, ali em uma das propostas se fala em ações que permeiem governos. Eu acho que tudo que vai ser discutido aqui, não só a questão das áreas de risco, elas devem fazer parte de planos municipais perenes, ou seja, permeando governos. Não adianta nada se criar um fundo que o próximo governo vai extinguir, criar planos que o próximo governo vai extinguir. [Manifestação fora do microfone]. Exatamente, um desvio.

Então, assim, e uma coisa mais importante ainda, criados esses planos municipais perenes ou que permeiem governos, todos eles, tudo que a gente vai discutir, resíduos e tudo mais, com cláusula que impeça o retrocesso. Tu podes modificar uma lei, claro que ela é dinâmica, as coisas são dinâmicas, tu altera em função desse dinamismo, mas como uma cláusula que impeça ou retrocesso, ou seja, menos que isso não. É uma sugestão.

Lucimar Fátima Siqueira, Observatório das Metrópoles: Concordo com Max. E de novo, quando a gente falou sobre a questão dos fundos a gente falou que isso está previsto em várias legislações. Talvez a gente incluir aí nessa Proposta 07 alguma expressão que remeta ao fortalecimento dos fundos e o resgate de todos os fundos, porque área de risco, como a gente falou, não afeta só a questão física. Então, vai desde à política habitacional, várias outras políticas. Então, a gente coloca alguma expressão ali que resgate a importância, que esse fundo tenha alguma segurança jurídica, alguma forma que seja permanente, que transcenda, que seja uma ação de governo, aliás, uma ação de estado e não de governo.

Renata Saffer, Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS: Eu ia propor talvez alguma modificação um pouco mais significativa, mas em vez de fundo específico, talvez um programa, porque o programa pode ser implementado, independente de haver um fundo ou não. [Manifestação fora do microfone]. Eu sei, mas podem ter fundos dentro do programa ou um programa com um fundo.

Ângela Molin, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS: Mais alguma colocação? Ninguém mais? Bem, só queria dizer o seguinte, quanto à informação de que os fundos foram extintos, não foram ainda. Há um projeto de lei na Câmara de Vereadores, porque esses fundos foram todos criados por lei, só podem ser extintos por lei. Há um projeto de lei tramitando para a extinção de alguns fundos. Então, ainda não foram extintos, vai depender do que o legislativo disser. Segundo lugar, quanto ao Fundo dos Recicladores eu vou lhe dar uma informação que talvez o senhor não saiba. Essa matéria está migrando de secretaria, ela vai sair do DMLU e vai para a Secretaria de Desenvolvimento Social. Então, não é que o Fundo de Recicladores vai desaparecer, se ele for extinto por esse projeto de lei, certamente, será criado lá na secretaria de competência hoje, que está à frente o Secretário Léo Voight. Eu posso lhe dar essa informação porque eu faço parte do grupo de trabalho que está à frente da regularização das unidades de triagem de Porto Alegre. Então, essa é uma informação que eu gostaria de deixar registrada aqui.

Maximiliano, Cidadão: Certo. E eu gostaria de dizer que essa informação que eu tive foi de uma notícia que não foi negada. Eu só falei especificamente do Fundo dos Catadores de Recicláveis, mas foram 10 fundos extintos, isso não foi negado pelo Executivo Municipal.

Ângela Molin, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS: Tanto que tem o projeto de lei como eu lhe disse.

Maximiliano, Cidadão: E ali, uma questão de redação, eu mudaria, ao invés de "em atenção com obediência ao princípio da vedação do retrocesso". "Em atenção" é uma coisa que sugere. Então, "com obediência ao princípio da vedação do retrocesso" é uma coisa mais incisiva.

Ariane, Bióloga: Olá! Meu nome é Ariane, eu sou bióloga e não represento nenhuma instituição. Eu gostaria de salientar algumas questões em relação a fundos. Eu gostaria de perguntar, primeiro lugar, o plano, se ele tem algum aspecto legal, no sentido de no momento que a gente estipula que a Prefeitura precisa ter um fundo, se isso no aspecto legal precisa ser cumprido. Vamos dizer assim, ela precisa criar esse fundo necessariamente. Não? É, isso que eu imaginei. Então, isso legalmente não tem valor, que foi o que eu imaginei. Quando a gente pensa em fundo é recurso, isso tem que sair de algum lugar e não é simples assim. Não é fácil tirar um recurso. Lógico que a gente entende que é simples, mas existem várias questões burocráticas, não é tão simples assim. Então, assim, o fundo pode vir do Estado e também pode vir de uma área federal. Então, o que a gente precisaria nessa hora é do Ministério Público, do Ministério Público apoiar a criação desse fundo, de ajudar que realmente tivesse um fundo para que a gente tivesse a garantia por lei que existisse a criação desse fundo para atender a demanda dessa questão das áreas de risco. Não adianta a gente ficar discutindo se por lei isso não vale. Vocês entenderam o que eu quero dizer? Por lei isso não vai valer, é só uma ideia, mas por lei não vai valer. Entendeu o que eu quero dizer? Obrigada!

Ângela Molin, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS: Fechamos as inscrições. Em primeiro lugar, dizer que isso aqui são propostas para subsidiar as políticas, que depois política se coloca em lei, é assim que funciona. Então, vai ser acatado, não vai ser acatado, imediatamente ou daqui um ano. A gente está pensando de tempos em tempos. Então, eu acho que isso fica claro. Com relação a fundo para áreas de risco, o que é importante a gente também pontuar? A lei da Defesa Civil e do Plano Nacional de Defesa Civil, que é a 12.340 eu acho, ela prevê que em nível nacional nós temos fundo, em nível estadual tem fundo e em nível municipal também. Isso não é algo que fica dentro da Secretaria de Meio Ambiente. Esse fundo está lá na Defesa Civil, que é justamente para a

prevenção, gestão, resposta da questão das áreas de risco. Então, a gestão das áreas de risco não é de competência da Secretaria de Meio Ambiente. Então, não é a Secretaria que vai criar esse fundo, isso também precisa ficar claro. Eu entendo que é importante ter o recurso, mas ele está lá no ente, no órgão de competência, assim como tem o Fundo de Habitação que essas situações, tem o Fundo de Meio Ambiente para recompor o meio ambiente que estiver degradado e precisa ser recomposto, nesses casos Então, me parece que a gente, em princípio, está trazendo uma proposta para o Município, em termos amplos, que não vai afetar, necessariamente, diretamente, a Secretaria de Meio Ambiente, porque nem seria nossa a competência a gerência das áreas de risco, ela é lá da Defesa Civil. E o Fundo da Defesa Civil certamente já existe, eu não sei, mas eu acredito que já existe, senão como é que a Defesa Civil faria tudo que ela faz nesse sentido. Então, me parece que até não seria o caso de implementar o fundo, eu acho que talvez a gente possa...

Thammy Iara Souza Zanette, Coordenadora do Grupo de Áreas de Risco: Talvez tenha que fazer um programa de criação de recursos para isso.

Ângela Molin, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS: Mas é destinação aqui que está falando. A previsão de destinação de recursos certamente existe. Então, eu acho que aqui é a gente alterar um pouco o sentido. Não está bem.

Lucimar Fátima Siqueira, Observatório das Metrópoles: Talvez só para esclarecer a situação em que se chegou nessa redação. Por exemplo, casas de emergência não existem Porto Alegre.

Ângela Molin, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS: Não, desculpa, mas o Coronel falou aqui naquele dia, que sim, que eles estão criando esses modelos e que isso tem já acontecido.

Lucimar Fátima Siqueira, Observatório das Metrópoles: Só um minutinho, isso é declaração na plenária do OP sobre habitação. Então, talvez esse fluxo de informações dentro do próprio governo tem que circular para saber. O que se colocou ontem na nossa conversa? Que não existe alternativa. O que vai fazer com aquela população que está na área de risco? Eu faço uma regularização do grupo que está no entorno da área de risco e na área de risco não tem o recurso para fazer nada. Então, talvez o poder público tenha que ter esse fluxo de informações para dar alternativa. Eu estou falando da plenária do OP porque a minha área de

pesquisa é fazer isso e eu acompanhei todas as plenárias. Então, isso apareceu lá também. Obrigada.

Ângela Molin, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS: Porque me parece que o fundo existe, tem as destinações. O que eu penso aqui, que talvez seja a questão da gestão, que a gente já falou anteriormente. Não sei, eu penso que essa Proposta 07, particularmente, penso ela um pouco complicado, eu não concordo com ela nesse sentido como está colocada.

Maurício Loss, Secretário Adjunto do Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade - SMAMUS: Bom dia, gente. Exatamente, ações em área de risco, quem está em área de risco não deveria estar lá, a gente também tem que ser bem franco, bem honesto aqui. Por mais que faça uma ação lá não vai conseguir fazer uma ação suficiente para minimizar algum dano, porque é uma área às vezes na beira de um precipício, alguma coisa assim, que pode vir uma chuva torrencial, qualquer coisa assim que fuja do controle e, enfim, aconteça ali um desastre. Há questões também de ações futuras, por vezes até uma simples fiscalização já resolveria a questão de ocupações futuras em área de risco. Então, acho que talvez a gente poderia repensar essa proposta também, a gente tem que pensar também, a gente tem que ter uma linha de raciocínio que a gente consiga fazer uma ação exequível. Não vamos fugir muito da casinha, para não criar um problema para a gente.

Bárbara, Secretaria de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS: Eu só gostaria de fazer uma observação, caso a redação seja mantida, a proposta seja mantida ou não, que por se tratar de um princípio e não de uma norma, não cabe utilizar a obediência. Nós teríamos que utilizar observando o princípio da vedação ao retrocesso. E até porque aqui não é o fórum para nós criarmos obediência ou não. É isso que eu gostaria de deixar registrado.

Ney, Associação do Bairro Menino Deus – ASSMED: Bom dia. Eu me chamo Ney, eu sou da Associação do Bairro Menino Deus – ASSMED. Eu não tenho nenhuma alteração para fazer ali, mas eu puxei aqui no Doutor Google sobre fundo e encontrei aqui, em São Paulo, que eles tem o FEMA, que é o Fundo Especial de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, destina-se a apoiar os projetos que visem o uso sustentável de recursos naturais, manutenção e melhoria, recuperação da qualidade ambiental, pesquisa, atividades ambientais de controle e fiscalização e defesa do meio ambiente: "A Secretaria do Verde e Meio Ambiente e o Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável estruturam o órgão local do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA no Município de São Paulo".

Então, existe um órgão federal aqui, pelo que estou vendo, que coordena todas essas verbas para esses fundos. Anteriormente eu tinha lido aqui que tinha sido destinado R$ 157 milhões, dos quais só R$ 23 milhões chegaram aos municípios. Como eu não tenho maiores detalhes, seria interessante fazer uma análise financeira, do financeiro da Prefeitura, junto ao financeiro para ver o que eles podem falar sobre isso, porque eu acho que é uma verba que já deve estar dentro do orçamento, normalmente. Como eu vi que estamos tratando aqui de uma coisa mais perene, seria um projeto de estado e não de governo, o que nós lamentamos em outras áreas, educacionais e tal, que não são observadas. Era isso, obrigado.

Ângela Molin, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS: Obrigada. Na verdade, esse fundo que o senhor leu é o Fundo Estadual do Estado de São Paulo para os municípios de São Paulo, no Estado de São Paulo. Nós aqui temos também o Fundo Municipal de Meio Ambiente, tem um Fundo Estadual de Meio Ambiente também, da mesma forma. [Manifestação fora do microfone]. Não tem fundo, ele é... Do qual integram os órgãos ambientais, inclusive. Bem, mas vamos retomar, porque nós temos muitas propostas e já são 10:35. Nós não vamos terminar no horário e ficará cansativo para todos. Nós precisamos tornar mais efetivo. Desculpa de ter que cortar, mas nós precisamos tornar mais efetivo, porque do contrário... Estamos a recém na Proposta 07 do primeiro grupo. Deve ter mais muitas propostas. Então, nós precisamos votar essa proposta. Tendo em mente que o fundo para áreas de risco existe dentro da Defesa Civil, porque o Município nem faria parte do Sistema Nacional de Defesa Civil se não tivesse fundo para isso. Isso está na lei federal. Então, nós vamos seguir em frente. Já passamos demais das inscrições e precisamos seguir. Esse é um papel chato aqui da mesa, mas precisamos seguir. Então, em relação a essa primeira, ela está redigida dessa forma, foi aprovada no grupo de trabalho. Então, colocamos aqui em votação, quem estiver a favor levante seu crachá, por favor. Quem concorda com a proposta levanta o crachá. [Contagem de votos]. Temos 24 votos favoráveis. Todos assinaram a lista de chamada? É importante que todos tenham assinado a lista de presenças.

Maurício Loss, Secretário Adjunto do Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade - SMAMUS: A gente pode confirmar agora, quem quiser votar "não" só levanta a mão para a gente contar.

Ângela Molin, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS: Quantos não? [Contagem de votos]. Temos 15 votos contrários. Então, está aprovada por 24 votos favoráveis e 15 votos contrários. **PROPOSTA 07 APROVADA.**

[Manifestação fora do microfone]. Então, são 14 votos. Também é cidadão. Eu agradeço ao Grupo de Áreas de Risco. Vamos para o próximo, que é do Transporte e Mobilidade Urbana.

Karen da Costa Machado Moreira, Coordenadora do Grupo de Trabalho Transporte e Mobilidade Urbana: Bom dia. Nós vamos mudar um pouquinho para sermos mais efetivos e ficar fresco na mente cada proposta. Bom, bom dia a todos e todas, eu sou a Karen Machado, eu represento a Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Rio Grande do Sul, na Câmara Técnica de Legislação do COMAM. O nosso trabalho do Grupo de transporte e Mobilidade, tivemos um grupo bem diverso, que foi muito bom. Nós temos também na nossa ata um considerando, não um considerando, mas tópicos que foram preocupações que foram trazidas por todos do grupo, cada pessoa pode se manifestar sobre suas preocupações e suas propostas. E nós vamos mudar um pouquinho a dinâmica para sermos mais efetivos. Eu vou ler a proposta e a gente já parte para o debate e a votação, pela proposta da Doutora Ângela. Então, a nossa **PRIMEIRA PROPOSTA** é: ***A transição da frota de transporte coletivo para biogás-metano, elétrico ou hidrogênio verde. A ideia de mudança gradual do combustível, transformando os motores dos veículos por um custo que deverá ser orçado. Além disso, planejar operar em grandes frotas, mas necessário um estudo para custos de manutenção dos veículos e pensar em adaptações às novas tecnologias***. A ideia aqui é uma adaptação e também pensar na nossa transição, considerando que a tecnologia, os novos modos de transporte estão avançando, mas que nós consigamos nos adaptar, mas a nos adaptar de uma maneira responsável e possível. A gente sempre pautou em todas as propostas em pensar no que é possível, certo que temos aqui o ideal que nós queremos chegar, mas também pensando na possibilidade de chegar lá. Então, por isso a gente pensou nessa mudança gradual.

Ângela Molin, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS: Então, primeira proposta, a leitura pode ser feita acompanhada no telão. Temos alguma contrariedade a esta proposta? Temos alguma sugestão de alteração da redação da proposta ou de complementação da proposta? Temos uma inscrição ali.

Carmem, agrônoma ambientalista: Bom dia. Eu só queria ver se seria possível colocar na redação que a população se não fosse a maior incidência de prejuízo em relação aos custos, que de alguma forma a contrapartida é a maior força e recaísse sobre os órgãos públicos ou a iniciativa privada e não o cidadão. Porque, normalmente, quem acaba arcando com esses tipos de mudanças de frota, enfim, é aumento na passagem imediata. Ter algum tipo de garantia nesse sentido.

Ângela Molin, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS: Respeitando a modicidade tarifária, que é princípio dos serviços públicos. Pode ser? Fica mais adequado "modicidade tarifária".

Karen da Costa Machado Moreira, Coordenadora do Grupo de Trabalho Transporte e Mobilidade Urbana: Eu até vou adicionar que nós temos uma proposta específica sobre a fonte de financiamento, de investimento, mas sim, também concordo com essa adição.

Paula Moleta, Coordenadora do Grupo de Trabalho Resíduos e Aproveitamento Energético: Pensando aqui, porque o transporte público pelo inventário é o maior contribuidor para a nossa crise climática aqui em Porto Alegre. É uma situação diferenciada do Brasil, porque o Brasil é o desmatamento, aqui em Porto Alegre a gente tem essa especificidade. Se possível, Doutora Ângela, adicionar a questão da frota da coleta do resíduo, porque hoje a gente tem processos licitatórios que pedem pela sustentabilidade, mas aí para a compra de um caminhão, tu não pode comprar um caminhão que é... Tem que ser a diesel, tem que ser antigo. Então, como que a gente poderia adicionar daqui a pouco alguma proposta nesse sentido da mobilidade? Se a gente incluiria nesta proposta ou daqui a pouco uma proposta extra?

Ângela Molin, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS: Eu sugiro uma proposta talvez extra, se em nenhuma outra isso estiver contemplado, aí tu podes fazer até uma redação prévia.

Karen da Costa Machado Moreira, Coordenadora do Grupo de Trabalho Transporte e Mobilidade Urbana: Nós temos uma proposta de revisão de linha e da frota também. Não específico da coleta, é geral.

Paula Moleta, Coordenadora do Grupo de Trabalho Resíduos e Aproveitamento Energético: Até porque são 1.600 viagens que a gente faz até Minas do Leão, com caminhão a diesel, antigo.

[Manifestação fora do microfone].

Ângela Molin, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS: Nós vamos chegar lá e aí a gente vê essa questão. Muito bem, mais alguma questão em relação a esta Proposta 01? Ok, podemos votar? Concordância? Aprovado. **PROPOSTA 01 APROVADA POR UNANIMIDADE**. Segue.

Karen da Costa Machado Moreira, Coordenadora do Grupo de Trabalho Transporte e Mobilidade Urbana: PROPOSTA 02: ***Revisão das linhas, percurso, ônibus, micro-ônibus,***

frotas, tamanho e frequência ou periodicidade. Nós também pontuamos a utilização dessa terminologia, das duas terminologias... ***Da rede de transporte coletiva da cidade. Integração das linhas, inclusive, da região metropolitana***. Aí a nossa colega trouxe o termo técnico: troncalização das linhas metropolitanas. Era uma preocupação da forma de integração, de onde ela chegar e não conseguir integrar quem vem da região metropolitana, de uma maneira mais eficiente, sem grandes percursos, que geram grandes emissões.

Ângela Molin, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS: Temos ali uma inscrição.

Ana, Residente da Secretaria de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS: É uma sugestão pontual, ao invés de "revisão" a gente poderia colocar "qualificação das linhas", que eu acho que é uma palavra que informa a melhoria.

Karen da Costa Machado Moreira, Coordenadora do Grupo de Trabalho Transporte e Mobilidade Urbana: Tem uma específica sobre qualificação, mas eu acho que daria para complementar, daria para adicionar "na revisão e qualificação", me parece que as duas.

Lucimar Fátima Siqueira, Observatório das Metrópoles: E para complementar a questão da qualificação, salientar que estimular a população a usar, não simplesmente revisão e qualificar. Ah, tá, não está dando lucro, vamos tirar a linha.

Ângela Molin, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS: Temos uma proposta assim também. Então, podemos votar esta? Ok. Aprovada. **PROPOSTA 02 APROVADA POR UNANIMIDADE**. Próxima.

Karen da Costa Machado Moreira, Coordenadora do Grupo de Trabalho Transporte e Mobilidade Urbana: PROPOSTA 03: ***Campanhas de conscientização para usar o transporte coletivo, somadas às melhorias supramencionadas e deixar o veículo individual. Estimular a transição energética de outros veículos que circulam pelo Município.***

Ângela Molin, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS: Eu acho que atende o que a colega tinha falado antes.

Paula Moleta, Coordenadora do Grupo de Trabalho Resíduos e Aproveitamento Energético: Desculpa, gente, também estou me sentindo alguma "ecochata". [Risos]. Mas assim, daria para incluir alguma coisa de melhorias em ciclovias, Karen? Tem alguma coisa nesse sentido? Ciclovias, ciclofaixas.

Karen da Costa Machado Moreira, Coordenadora do Grupo de Trabalho Transporte e Mobilidade Urbana: Sim. Tem calçadas, tem ciclovias. E hoje a gente teve mais uma proposta. A ideia era contemplar tudo.

Maximiliano, Cidadão: Já que a colega ali falou na questão de incentivo ao transporte coletivo, talvez ficasse melhor uma redação "campanhas de conscientização e incentivo ao uso do transporte coletivo".

Ariane, Bióloga: Em relação a campanhas de conscientização, eu não sei se foi contemplada em alguma proposta a questão da segurança também, que eu acho que é algo que incomoda muito, principalmente as mulheres essa falta de segurança. Lógico, a gente fala em campanhas de conscientização, é muito bacana falar de meio ambiente, não vamos poluir, mas a gente não se sente segura muitas vezes no ônibus. Então, eu prefiro ir de carro e me sentir segura, eu sendo bióloga, de carro me sentir segura do que pegar um ônibus.

Karen da Costa Machado Moreira, Coordenadora do Grupo de Trabalho Transporte e Mobilidade Urbana: Eu concordo plenamente contigo, eu trouxe até isso na minha fala final, porque todos os palestrantes falaram sobre alguns desafios e me tocou bastante a questão da segurança, porque não apenas dentro do transporte coletivo, mas no trajeto até o transporte coletivo. E uma das propostas nossa era justamente repensar os itinerários para também contemplar a possibilidade de um deslocamento mais seguro ou muitas vezes menor se possível. Mas a questão da segurança, eu acho que ela poderia estar dentro dessa proposta. Eu concordo de alguma maneira.

Ariane, Bióloga: Porque é algo que eu vejo muita reclamação, é a questão, por exemplo, de madrugada ou à noite às vezes o motorista se recusa de largar as mulheres em alguns pontos que poderiam facilitar, em vez de largar na parada de ônibus, deixar mais próximo de casa, por exemplo. Então, de repente fazer um programa de capacitação com os motoristas para ajudar nisso.

Ângela Molin, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS: Mas isso é uma questão que a gente não pode interferir enquanto poder público. E eu vou te dizer porque, porque tem decisões jurisprudenciais dos tribunais responsabilizando o motorista se acontece alguma coisa por ter largado fora da parada de ônibus. Então, desculpa, eu acho que seria uma ótima ideia, mas, infelizmente, nós já temos decisões de responsabilidade civil nesse ponto. Não dá para a gente avançar nesse sentido.

Maximiliano, Cidadão: Quer dizer, eu me lembro que há alguns anos existiu uma lei ou uma normativa, uma portaria municipal permitindo que os ônibus a partir de um determinado horário parassem fora dos pontos de parada. Eu não sei se isso, então, foi revogado.

Ângela Molin, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS: Não sei também, desconheço, porque isso não é matéria da Secretaria de Meio Ambiente. Desculpa, mas a jurisprudência eu conheço porque sou professora de responsabilidade civil na universidade.

Lucimar Fátima Siqueira, Observatório das Metrópoles: Ângela, eu acho que sim, existe a legislação, mas quando a Ariane traz essa proposta, eu acho que enquanto espaço que nós estamos, que é uma conferência, a gente deve acolher, justamente para a gente poder levar ao debate, vamos debater isso. Mesmo que já exista, vamos discutir com os advogados, com o pessoal que tem a lei, enfim, com todos os envolvido nessa situação. Então, eu acho que sim acolher, é extremamente importante acolher a proposta da colega, de que essa questão tenha que ser debatida, porque a sociedade tem que debater.

Maurício Loss, Secretário Adjunto do Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade - SMAMUS: Só para complementar, se eu não me engano eu vi em algum Fórum de Serviços do Orçamento Participativo em que o Secretário Adão falava ou até o Diretor Ramires da EPTC, que há uma orientação para os motoristas, mas talvez alguns tenham medo, talvez pela jurisprudência, alguma coisa assim. Mas acho que há uma orientação aos motoristas de ônibus em tentar flexibilizar e deixar as pessoas mais próximas. Assim como também a partir de 10, 11 horas da noite, o pessoal furar sinal vermelho e tudo mais, com toda a cautela. Então, há essa recomendação. É claro, a gente nunca vai agradar todo mundo.

[Manifestação fora do microfone].

Karen da Costa Machado Moreira, Coordenadora do Grupo de Trabalho Transporte e Mobilidade Urbana: Eu peço desculpa, porque eu acredito que acolhendo, concordo, é um espaço de acolhimento e por isso que nós tivemos nossos debates nos grupos específicos. Mas eu acredito que colocando incentivo e segurança ao uso me parece contemplar, pensar formas, alternativas para que esse transporte se torne dentro das possibilidades o mais seguro possível.

Thammy Iara Souza Zanette, Coordenadora do Grupo de Áreas de Risco: Com licença, pessoal, agora eu vou falar como ciclista. Eu sou ciclista há muitos anos, desde os 10 anos de idade eu ando de bicicleta em Porto Alegre. Eu não tenho medo, já andei em todas as ciclovias de Porto Alegre, fora da ciclovia. Voltei a andar de carro por causa da minha bebê, porque eu

tenho que carregar ela para escola, enfim. Então, eu tive que fazer uma reciclagem, eu estava há 15 anos sem dirigir. O que eu quero dizer é que tem que colocar na proposta a conscientização das pessoas de também andarem a pé e de bicicleta, não só de ônibus. O que acontece? Segurança, eu tenho medo de andar a pé em alguns lugares, eu tenho medo de andar de bicicleta em muitos lugares, já fui quase atropelada algumas vezes. Então, a questão do trânsito é uma questão de consciência das pessoas, não cabe a nós aqui, a gente não vai mudar a cabeça de todo mundo. Então, acho assim, a questão essa do ônibus, da segurança, a questão de segurança é uma questão pública, não é só da nossa proposta aqui. Então, o que eu quero implementar é que tem que incentivar as pessoas a andarem a pé e de bicicleta. Teve um movimento, o Movimento Carro Zero, um movimento mundial, todo ano tem. Então, existem vários movimentos, movimento de bicicleta, eu participei de muitas pedaladas para a conscientização, mas tem que vir do poder público também. Eu vejo que é muito dos ciclistas, a gente se sente às vezes até excluídos, porque a gente não tem lugar para botar bicicleta em toda cidade, não tem estacionamento para bicicleta.

Ângela Molin, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS: Muito bem. Então, podemos votar, por favor, essa proposta como ela está? [Manifestação fora do microfone]. Pessoal, assim, eu entendo que todo mundo gostaria de falar e a gente gostaria de ouvir todos, mas, realmente, nós temos ainda muitas propostas. O Plano Diretor tem uma infinidade, que eu acho que é o que permeia tudo isso, todos os demais grupos o Plano Diretor. Então, nós vamos ter que tornar mais efetivo, a fala uma única vez em relação a uma proposta, porque do contrário a gente vai ficar aqui até às 4 da tarde e também não é viável, até porque a gente tem compromissos aqui, até com o próprio prédio para entregar o auditório e tudo mais. Então, vamos para a votação desta proposta. Ok, aprovada. **PROPOSTA 03 APROVADA POR UNANIMIDADE**. Próxima proposta.

Karen da Costa Machado Moreira, Coordenadora do Grupo de Trabalho Transporte e Mobilidade Urbana: PROPOSTA 04: ***Fiscalização, manutenção e restauração das calçadas de toda a cidade, atendendo as necessidades dos PCDs, retomando espaços públicos destinados ao pedestre. Uma campanha municipal de conscientização e estímulo para ampliação, manutenção e restauração das calçadas, promovendo acessibilidade e caminhadas. Plano de acessibilidade casado com a arborização orientada. E, além disso, discutir com a municipalidade a responsabilidade da manutenção das calçadas, prevendo padrões para calçamento e arborização.***

Ângela Molin, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS: Ok? Podemos votar? É consenso, sem dúvida. **PROPOSTA 04 APROVADA POR UNANIMIDADE**. [Manifestação fora do microfone]. Nós queremos abrir para, efetivamente, as propostas, Lucimar. Se puder ser bem objetiva, por favor.

Lucimar Fátima Siqueira, Observatório das Metrópoles: Sim, essa questão da arborização, eu acho que poderia ser citado ali o Plano Diretor de Arborização Urbana de Porto Alegre, que tem todas as regras.

Karen da Costa Machado Moreira, Coordenadora do Grupo de Trabalho Transporte e Mobilidade Urbana: Algo como observando o Plano de Arborização? [Manifestação fora do microfone].

Ângela Molin, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS: Não precisa, ele tem que ser levado em conta, até porque ele é lei. Ele é lembrado sim, todos os licenciamentos urbanísticos são olhados. Com certeza, está aqui o pessoal para confirmar.

Karen da Costa Machado Moreira, Coordenadora do Grupo de Trabalho Transporte e Mobilidade Urbana: Aproveitando, isso foi debatido. Eu peço desculpas, mas isso foi debatido e se falou que não precisa constar, porque sim é observado. E nós tínhamos também colegas do órgão público. Vamos para a 05, então. **PROPOSTA 05:** ***Ampliação das ciclovias, incentivar o ciclismo, educação para ciclistas, pedestres e motoristas. Antes das regras tem que haver educação. Redesenho combinando as necessidades com a viabilidade***. O redesenhos de ciclovias, mas também o aumento combinando com a viabilidade desse redesenho.

Luiz Moreira, Movimento Preserva Zona Sul: Eu quero fazer uma observação, me desculpa se não tem a ver com o item, até porque este é o último item, simplesmente vai acabar a questão aí da mobilidade urbana. A minha observação é o seguinte, no último evento da Noite dos Museus, possivelmente, alguém aqui se fez presente lá, a quantidade de pessoas, a massa humana que esteve naquele dia, que foi ali da Praça da Alfândega até o Museu da Brigada, Museu do Exército, que tem lá adiante, ficou tomado de gente, tanta calçada como no meio da rua mesmo. A primeira coisa que observei foi o seguinte, teria transporte público para esse pessoal? Como é que eles vieram? Vieram de carro, de ônibus, coisa assim? Eu, particularmente, e saí da zona sul, peguei um Uber e fui ao Centro. Por volta da meia-noite falei para o meu filho, que estava comigo: "Olha, vamos, porque eu acho que não vai ter mais

ônibus". E de fato não tinha. A quantidade de pessoas que se acumulavam ali na Salgado Filho, Borges, ali naquela travessa, ali junto, próximo da Prefeitura onde tem uma um terminal de ônibus, a quantidade de pessoas era enorme. Então, a questão é o seguinte, por que não fazer uma programação extraordinária do transporte público, considerando esses eventos, que não são muitos, são eventos esporádicos, que uma quantidade de pessoas enorme se concentra em determinadas áreas e não tem transporte público. Ao mesmo tempo em que se incentiva o não uso carro, uso de bicicleta, o transporte público tem uma falha muito grande nesse sentido. Era só. Obrigado.

Ângela Molin, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS: Entendi. Obrigada. Na verdade, nós aqui não temos como lhe dar uma resposta, porque não somos da secretaria pertinente, somos da Secretaria de Meio Ambiente, aqui a gente está na Conferência do Conselho de Meio Ambiente. Então, eu não tenho essas informações para lhe dar. [Manifestação fora do microfone]. Não, eu entendo, mas desculpa...

Paula Moleta, Coordenadora do Grupo de Trabalho Resíduos e Aproveitamento Energético: Eu acho que essa parte dos eventos, a Noite dos Museu, essas coisas, teria que ver com eles para fazerem esse pedido. A SMAMUS não tem poder de dizer: "Olha, vai acontecer a Noite dos Museus e a gente quer transporte público".

[Manifestação fora do microfone].

Ângela Molin, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS: A gente entende, muitas vezes há necessidade de falar em diversos fóruns, mas, realmente, aqui a gente fica um pouco a dever. Então, eu peço desculpas, mas não temos como lhe responder, mas vamos, temos que ir adiante. Então, vamos ver como ficou a redação dessa proposta. Tem alguma alteração? Não houve alteração. Podemos votá-la? Aprovada. **PROPOSTA 05 APROVADA POR UNANIMIDADE**. Próxima.

Karen da Costa Machado Moreira, Coordenadora do Grupo de Trabalho Transporte e Mobilidade Urbana: PROPOSTA 06: ***Redenho combinando as necessidades com a viabilidade de todos os meios de transporte existentes na cidade. Haver uma integração entre o planejamento urbano e viário***.

Ângela Molin, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS: Alguma colocação em relação a esta proposta ou podemos votá-la? Ok? Todos concordam? Ok. **PROPOSTA 06 APROVADA POR UNANIMIDADE**.

Karen da Costa Machado Moreira, Coordenadora do Grupo de Trabalho Transporte e Mobilidade Urbana: PROPOSTA 07: ***Priorização da integração intermodal, integrar os meios de locomoção em todo o sistema, inclusive, quanto à tarifa. Aqui é uma sigla em inglês (MAAS), é mobilidade como um serviço, pensando em mobilidade como serviço e priorizar uma integração intermoda***l.

Ângela Molin, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS: O Prefeito fala muito disso, inclusive, em nível de região metropolitana. Aprovado? Aprovado. **PROPOSTA 07 APROVADA POR UNANIMIDADE**.

Karen da Costa Machado Moreira, Coordenadora do Grupo de Trabalho Transporte e Mobilidade Urbana: PROPOSTA 08: ***Estimular a retomada e ampliação de estações de monitoramento de qualidade do ar, para informar e conscientizar a população quanto à poluição produzida e gerar dados para gestão da mobilidade urbana. Solicitar inspeções veiculares nas frotas particulares, independentemente do combustível utilizado. Sugestão, por meio de blitz poluição em parceria com o Estado***.

[Manifestação fora do microfone].

Ângela Molin, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS: Isso é um mapeamento. O nosso colega da PROCEMPA.

Carlos, PROCEMPA: A gente vai falar um bocado lá no Plano Diretor sobre essa parte da necessidade do uso massivo de tecnologia, que vai nos trazer várias informações, a qualidade do ar, qualidade da água, A gente pode medir vários indicadores. Uma questão que eu fiquei observando também e olhando exemplos de outros lugares, não sei se vai aparecer isso, mas tem outros lugares que impactam na qualidade do ar também. A gente está se tendo com a questão dos carros elétricos, aumentando cada vez mais. Há um estímulo, há uma proposta dentro desse grupo que trata da questão de incentivar a instalação de carregadores elétricos na cidade, uma forma que possa ter uma troca daquele bom pagador de IPTU? Não sei, alguma ferramenta. É uma provocação de que incentivar as pessoas, senão onde que eu vou carregar? Então, lugares de estacionamento público, tudo isso tem que ser previsto. Não sei se aparece nesta proposta aqui ou adiante.

Karen da Costa Machado Moreira, Coordenadora do Grupo de Trabalho Transporte e Mobilidade Urbana: Não nesta proposta, parece que na nossa construção do grupo, que na Proposta 03 que nós aprovamos, no "estimular a transição energética de outros veículos que circulam pelo Município", eu acredito que aí as ações que serão pensadas nessa ideia de

estimular a transição energética contemplarão esse tipo de mudanças de instalações. Me parece, pelo menos é a minha percepção.

[Manifestação fora do microfone].

Ângela Molin, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS: Só lembrando que a questão também de medir qualidade do ar, qualidade de água, também tem competência da FEPAM, tem competência do Estado.

Jamine, Associação de Moradores da Divina Providência: Oi! Meu nome é Jamine e eu gostaria de ver assim, eu não sei se está nessas propostas, porque eu pego ônibus e eu vejo que eles colocaram, assim tipo, o motorista do ônibus tem que cobrar as passagens. Ontem eu peguei um ônibus, o Chácara das Pedras, daí o rapaz estava enlouquecido, porque tinha um movimentão no ônibus, ele tinha que dar o troco para as pessoas e praticamente cuidar a direção. Então, eu acho assim, o que fizeram, não sei quem votou isso do motorista cobrar as passagens, fica inviável a meu ver, porque coloca em risco todos os passageiros. No momento que ele está dando o troco, ainda tem que cuidar a direção. Entendeu? Então, eu acho que quem coloca uma coisa assim é que talvez nunca tenha pego um ônibus, porque quem pega ônibus sabe a dificuldade que é de um motorista cuidar a direção e ainda a movimentação do ônibus. Já com o cobrador dificulta, imagina só um motorista para controlar o ambiente e ainda mais dar o troco e cuidar a direção. Então, sobrecarrega o motorista.

Ângela Molin, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS: Entendo, nós entendemos.

Jamine, Cidadã: Eu não sei se isso está sendo votado hoje, se entrou em alguma proposta. Mas isso aí, na verdade, deveria ser revisto. Entendeu?

Ângela Molin, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS: Perfeito! Fica registrado na ata a sua colocação. E infelizmente nós da Secretaria não temos essa ingerência, mas o Secretário participa do Fórum de Secretários, pode, inclusive, levar essa manifestação para os órgãos competentes. [Manifestação fora do microfone]. Claro, a gente entende a sua colocação. Obrigada! [Manifestação fora do microfone]. Já estão me dizendo aqui que será essa a ideia. Perfeito! Nós temos que falar no microfone.

Karen da Costa Machado Moreira, Coordenadora do Grupo de Trabalho Transporte e Mobilidade Urbana: Nós tivemos uma proposta que foi aprovada quanto à frequência, a frota, o itinerário.

Vânia, Secretaria de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS: Eu só fiquei na dúvida, não entendi, "por meio de blitz poluição". Isso seria uma blitz de cobrança ou uma blitz de educação, educacional? Isso eu acho que não ficou bem claro ali na ideia.

Karen da Costa Machado Moreira, Coordenadora do Grupo de Trabalho Transporte e Mobilidade Urbana: A nossa ideia quando você pensou, até que foi pontuada a questão da competência do Estado, era pensar em formas de uma atuação conjunta ou de uma provocação do Município para uma ação do Estado ou uma blitz conjunta, o que teria, acredito, que inicialmente um caráter educacional.

Vânia, Secretaria de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS: Então, acho que talvez poderia colocar ali e incluir a palavra "educacional".

Ângela Molin, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS: Com caráter educacional.

Maria Caravagio Nunes, Coordenadora do Grupo de Trabalho Resíduos e Aproveitamento Energético: E de fiscalização propriamente dito, medição.

Ângela Molin, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS: Isso é competência da FEPAM, Maria Caravagio, não é nossa. Então, podemos proceder a votação desta proposta? Ok? Muito bem. Aprovada. **PROPOSTA 08 APROVADO POR UNANIMIDADE.**

Karen da Costa Machado Moreira, Coordenadora do Grupo de Trabalho Transporte e Mobilidade Urbana: PROPOSTA 09: ***Campanha de educação ao respeito de outras formas de mobilidade, um estímulo principalmente aos motoristas de transporte coletivo de grande porte***. A ideia aqui é realmente estimular essa educação, muitas vezes pela questão do ciclista dependendo do lugar onde está transitando, a respeitar o ciclista, o pedestre. É um estímulo justamente ao convívio harmônico de todos os modos de transporte.

Ângela Molin, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS: Alguém tem alguma colocação?

Mariusa Cristina Reuter Colombo, Secretaria de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS: DMAE: Bom dia. Sou bióloga do Município de Porto Alegre, já passando pelo DMAE, agora na SMAMUS. Eu teria observações em todos os eixos, eu participei do patrimônio público, mas também ficou faltando nas áreas de risco. Nós temos próprios do Município em áreas de risco, quase sendo invadidos, isso vai continuar, enfim, tem várias coisas já em vias de. Essa questão de blitz. O que é blitz? É uma intervenção

individualizada que pode ter vários caracteres, pode ser até o educativo, que me parece que é aqui. Eu vou falar agora porque eu não sei se eu vou ter oportunidade de falar em outra ocasião e não sei se não vou ter que sair antes. Me preocupava muito aqui essa questão de toda mobilidade na cidade, nós todos, a moça ali falou da experiência dela como ciclista, enfim, todos teríamos coisas particulares para trazer aqui, todos já em alguma oportunidade fomos ao exterior, ficamos e vimos que em cidade pequena funciona o cobrador cobrando, em municípios de 11 milhões, 10 milhões, 5 milhões não funciona. Isso aí nós sabemos. Corredores de ônibus, sabemos que não está funcionando, já conhecemos cidades que não têm e funciona. O corredor de ônibus de Porto Alegre, fim de tarde e noite tu não sabe quem está escondido ali. Então, não tem como. Não tem como largar o passageiro fora da parada, não tem como. O CTB traz preferência, isso que vocês estavam falando nessa proposta, O CTB já traz a preferência. Então, me parece que a campanha ou a blitz, enfim, é trazer a preferência, o pedestre tem, depois é a bicicleta, depois é o carro, enfim, o ônibus, o motorista tem que saber disso. Então, aqui estamos nós a querer que o CTB venha para dentro do plano, enfim. Bom, o que me preocupa e por isso que eu pedi a palavra, é questão que eu não vi até agora, eu não sei se vou ver ou depois, enfim, Uber. Não adianta, Porto Alegre eu acho que não tem regra para liberação de carros. Por exemplo, Florianópolis não pode carro de fora. Então, se vem alguém de São José, ele não pode atuar dentro da Cidade de Florianópolis. E me parece que em Porto Alegre pode atuar qualquer carro. Então, nós temos milhares de carros circulando de forma desordenada, sem conhecer a cidade, com carros horríveis. As mulheres principalmente têm pavor, eu não gosto de entrar em Uber, porque tu não sabes onde vai parar e nem qual é a pessoa que está ali, eles atrapalham a circulação, eles são milhares às 18 horas. Os ônibus às vezes, metade da ocupação, cheio de Uber com uma pessoa dentro. Então, isso é uma coisa que eu acho que seria importante. Quando fala, tem uma parte ali que ficou mais genérico, veículos, questões intermodais, eu acho que teria que ficar mais específico. E Porto Alegre, o Município quando eu falo, ele tem que adotar alguma regra para essa interface.

Ângela Molin, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS: Obrigada, Mariusa. Mais alguma colocação? Podemos votar esta proposta?

Maximiliano, Cidadão: Essa educação tem que ser ampla, essa história de estímulo, principalmente aos motoristas de transporte coletivo, eles também têm que ser incentivados, estimulados e educados. Mas isso não se restringe principalmente aos motoristas de transporte

coletivo, tem grande problema com motoristas particulares que não respeitam os outros modais, pedestre e ciclistas.

Ângela Molin, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS: Sim, por isso que constou ali, principalmente enfatizando aqueles que têm maior porte, mas não exclui, não é uma excludente.

Karen da Costa Machado Moreira, Coordenadora do Grupo de Trabalho Transporte e Mobilidade Urbana: É, a ideia quanto à proposta era no sentido de um estímulo direcionado, mas não excluindo, pelo contrário.

Ângela Molin, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS: Perfeito! Então, passamos à votação desta proposta. **PROPOSTA 09 APROVADA POR UNANIMIDADE**. Nós temos até a 12 e aí a gente vai fazer uma breve parada para um cafezinho e um banheiro. Vamos para a próxima.

Karen da Costa Machado Moreira, Coordenadora do Grupo de Trabalho Transporte e Mobilidade Urbana: PROPOSTA 10: ***Ampliar e qualificar canais de participação da sociedade quanto às decisões das políticas locais relacionadas à mobilidade urbana e transporte***.

Maximiliano, Cidadão: Vocês consideraram as campanhas em veículos de comunicação? Por exemplo, televisão, elas têm concessões, todas as televisões têm concessões. Eu tenho a ideia de que como elas são serviços concedidos, eles devem participar dessas campanhas. Eu acharia até de forma gratuita, mas isso é outra questão e eu não vou entrar no mérito.

Ângela Molin, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS: A Doutora Karen está me dizendo que sim, por isso que colocaram a ideia de ampliar é qualificar. Exatamente usaram essas palavras pensando em uma coisa mais ampla.

Karen da Costa Machado Moreira, Coordenadora do Grupo de Trabalho Transporte e Mobilidade Urbana: Para alcançar mais pessoas. E por isso possibilitar a participação nessas pequenas decisões de todas essas propostas que estão sendo levadas agora, que nós estamos aqui votando. A ideia é justamente essa.

Lucimar Fátima Siqueira, Observatório das Metrópoles: Pessoal, na Proposta 10 a gente precisa lembrar e colocar ali a participação no Conselho. Existe um Conselho, ou seja, ampliar a qualificar os canais de participação significa fortalecer os conselhos. Inclusive, rediscutir como é que funciona, se não funciona, regimento, tudo isso, tem que participar de tudo. Então, eu sugiro colocar ali os canais já existentes, por exemplo, os conselhos.

Karen da Costa Machado Moreira, Coordenadora do Grupo de Trabalho Transporte e Mobilidade Urbana: A nossa ideia, quando nós quisemos abranger todos, aí colocamos ampliar e qualificar a participação da sociedade, a sociedade como um todo. Não colocamos especificamente conselhos, para não direcionar, mas sim uma participação ampla.

Lucimar Fátima Siqueira, Observatório das Metrópoles: Mas esse é um problema que eu percebi que vem, a gente entendeu o que significa um conselho e o que significam as conferências. É o espaço da sociedade civil participar em interação com o Estado. Então, é ali no conselho o canal oficial de participação, de discussão, de propostas, se aprova ou não, é ali que tem que participar.

Karen da Costa Machado Moreira, Coordenadora do Grupo de Trabalho Transporte e Mobilidade Urbana: Eu não sei se de repente "da sociedade, nos conselhos e demais fóruns de debate, de fóruns de participação". Acho que podemos alterar ali, então: "Da sociedade nos conselhos e demais fóruns de participação". Está explicitando.

Ângela Molin, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS: Ok? Vamos votar, então, a Proposta 10. Ok. **PROPOSTA 10 APROVADA POR UNANIMIDADE**.

Karen da Costa Machado Moreira, Coordenadora do Grupo de Trabalho Transporte e Mobilidade Urbana: PROPOSTA 11: ***Repensar as fontes de investimento e financiamento do transporte público***.

Maximiliano, Cidadão: Esta Proposta 11, na verdade, nem me parece uma proposta. Ela é muito vaga, repensar fontes. Parece uma ideia assim, mais solta no ar.

Ângela Molin, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS: É, eu também criar, concordo. É minha opinião, eu tiraria, rejeitaria esta. Mais alguma colocação? Quem vota pela rejeição? Já que é a proposta. Foi maioria. **PROPOSTA 11 REJEITADA POR MAIORIA**. A última,

Karen da Costa Machado Moreira, Coordenadora do Grupo de Trabalho Transporte e Mobilidade Urbana: A última foi uma proposta trazida pelo Patrick. **PROPOSTA 12**: ***Otimizar a ocupação da cidade, adensando as habitações nas áreas urbanizadas, dotados de equipamentos comunitários e próximas à oferta de trabalho, resultando em menor custo nos deslocamentos e transporte verde, como bicicleta. Diminuindo também a poluição e aumentando a qualidade de vida***.

Ângela Molin, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS: Patrick, considerando que foi tua a proposta... O Patrick é servidor da SMAMUS, trabalha no planejamento urbano. E essa é uma visão que veio. Tu queres fazer alguma defesa, alguma explicação dessa proposta? Só para ficar claro para o grupo já que ela veio integrada depois. Tu estavas nesse grupo ontem.

Patrick, Secretaria de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS: Bom dia. Assim, nós estávamos no GT, muito bom por sinal ontem e eu fiquei pensando sobre o GT, tive essa ideia ontem. É assim, eu sei que pode abranger outros temas, mas assim, no foco de transporte e mobilidade urbana com vias ao meio ambiente, que a gente tem que pautar sempre que a questão aqui é meio ambiente. Eu acho que é importante, sei tem entra um pouco, aborda um pouco a questão do plano, mas a gente sempre tem que pensar que para que a gente tenha um transporte verde, principalmente pedestre ou bicicleta, tem que ter menor distância. Então, assim, se a gente não deixar a oferta de trabalho, serviços comunitários próximos à população, a gente não vai compactar esse grande sistema. A gente não pode estar levando linhas de ônibus para áreas muito afastadas da cidade. É nesse sentido que eu quis trazer para esse grupo de trabalho. Eu achei que era importante pautar aqui também na mobilidade, para que não se perca essa ideia. Obrigado.

Olete Gomes, Presidente da Associação do Bairro Menino Deus: Nós estamos já com problemas dentro do bairro com tantas construções, com adensamento populacional incrível. Eu não sei onde que vão parar todos os rejeitos e detritos dessa super-habitação dentro do bairro. Então, por isso que eu discordo do colega ali de colocar a população, fazer um adensamento. Claro que a ideia e a vontade de todos é morar ao lado do trabalho. Eu já morei ao lado do meu trabalho, já morei quilômetros distantes e para mim não houve diferença. O que tem que melhorar não é amontoar as pessoas. Desculpe o termo, não é amontoar as pessoas, o que temos que fazer é naquele outro item ali, melhorar o transporte, só isso. Obrigada.

Jamine, Associação de Moradores da Divina Providência: Que ao rejeito, na verdade, eu acho assim, é que eu sou lá da Vila Jardim. Eu sempre represento onde eu vou a Divina, que é uma associação que a gente pertence, Associação de Moradores da Divina Providência. Então, assim, por exemplo, na Nilo Peçanha, na frente da Savarauto tem um espaço que eles não respeitam, eles colocam as caliças, eles fazem as construções e jogam tudo. Ontem eu estava passando e senti cheiro de bicho morto, que até bicho morto eles colocam. Então, eles não

respeitam. Isso, na verdade, tinha que ter alguma coisa para passar ou um container, alguma coisa.

Ângela Molin, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS: Dona Jamine, a sua manifestação é para o próximo grupo, que é dos resíduos. Então, aqui a gente está falando deste item aqui, das pessoas morarem perto do seu trabalho, o Município estimular isso, das pessoas morarem perto do seu trabalho, da sua vida.

Jamine, Associação de Moradores da Divina Providência: Eu trabalho no Bourbon e uma coisa que eu vejo também, as pessoas depois da meia-noite, simplesmente, não têm meio de transporte. Eu acho assim, nós estamos indo para 2023. Então, as pessoas têm que repensar, tipo, ônibus 24 horas. A gente trabalha três turnos durante um dia e ter um turno durante a noite de transporte. As pessoas saem do trabalho meia-noite, o restaurante funciona até meia-noite, porque depois da meia-noite não pode funcionar, porque não tem locomoção, as pessoas moram às vezes em Viamão, Alvorada. Eu mesma moro ali, há sete quadra de casa e tenho que ir a pé, porque não tem ônibus.

Ângela Molin, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS: É que essas questões não dizem respeito diretamente a nós aqui, Conselho de Meio Ambiente, matéria ambiental. Isso é lá na gestão de transporte, é lá com outra secretaria.

Jamine, Associação de Moradores da Divina Providência: Mas é que isso que vocês estão votando hoje, na verdade, também é o transporte.

Ângela Molin, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS: Não, mas são propostas que visam melhoria de meio ambiente. Então, é nesse sentido. Essa questão da gestão do transporte não é o nosso objeto aqui.

Jamine, Associação de Moradores da Divina Providência: Tudo bem, mas eu acho que deveriam ser colocadas de repente ideias junto para numa próxima proposta ser enviada.

Ângela Molin, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS: O fórum eu acho que não seria bem este, Dona Jamine. Está tudo na ata registrado, a sua manifestação está toda registrada, com certeza.

Maximiliano, Cidadão: Eu não consigo, esta Proposta 12 está muito... A formulação dela está difícil, ela dá várias interpretações.

Ângela Molin, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS: O senhor tem alguma proposta para alterar?

Maximiliano, Cidadão: Sim, sim. Talvez torná-la mais simples, mais inteligível, porque a subjetividade é muito grande ali.

Ângela Molin, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS: Então, qual seria a sua proposta de alteração?

Maximiliano, Cidadão: Incentivar ou estimular a uma conversação entre os setores que cuidam da mobilidade e habitação. Esses setores conversarem entre si para chegarem na questão da otimização do transporte, da mobilidade urbana com habitação e locais de trabalho.

Ângela Molin, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS: Vou ver se fazemos uma redação mais concisa. Eu estou adiantando, porque são 11:35 da manhã, não chegamos nem na metade ainda.

Ariane, bióloga: Eu vou ser rápida. Eu sou contra a Proposta 12, porque eu morei em São Paulo e esse tipo de proposta vai gerar o quê? Pela minha experiência vai limitar as pessoas ao acesso de trabalho, pessoas que moram longe provavelmente não vão ter condições de trabalhar em locais onde tem esses trabalhos. O que acontecia em São Paulo? Eles já perguntavam onde que a gente morava, se a gente morava longe desses trabalhos a gente já não tinha chance de ter esses empregos. Então, se a gente morava na zona leste a gente não tinha chance de trabalhar na zona oeste. Então, era um tipo de preconceito. Então, eu sou contra esse tipo de proposta, porque já vai gerar um tipo de preconceito. Então, eu sou contra. Obrigada.

Vânia, Secretaria de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS: Então, eu incluiria ali, que eu acho que contemplaria, concordando com a proposta do colega, contemplaria, então, equipamentos comunitários e infraestrutura adequada, que daí eu acho que contemplaria também essa questão de ter equipamentos, ter toda a infraestrutura da cidade que possa atender e contemplar também.

Ângela Molin, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS: Não, isso está ligado com o Plano Diretor diretamente e aí o Plano Diretor pensa em toda uma circunstância de estratégias econômicas e tudo mais. Bem, vamos votar. Quem é favorável a esta proposta? E aí nós vamos contar, já que temos possibilidade de rejeição. [Manifestação fora do microfone]. A proposta é adensamento também para possibilitar menor mobilidade. Essa é a ideia. [Manifestação fora do microfone]. Então, por isso que nós vamos votar. Quem é favorável levanta o crachá. Nós vamos contar os votos. temos 19 votos favoráveis. Agora desfavoráveis. Temos 18 desfavoráveis. [Manifestação fora do microfone].

Não, a conferência é aberta a todos. Todos aqui são cidadãos. Nós vamos fazer uma breve pausa, temos um cafezinho, até porque vamos avançar o horário do almoço para finalizar. Então, temos um café. Vamos fazer uma breve pausa. Voltamos com o próximo grupo. Obrigada!

- RETORNO DO COFFEE BREAK:

Ângela Molin, Secretaria Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS: Nós vamos retomar os trabalhos aqui. Então, pessoal, nós temos uma limitação, que é o uso do espaço, que nós precisamos desocupar até às 14 horas. Temos uma hora de tolerância, né. Então, nós vamos solicitar a todos que ao usarem a palavra sejam muito objetivos em relação à proposta que está sendo colocada para votação, porque, senão, nós não vamos finalizar. Nós vamos entrar agora no grupo dos resíduos, que temos 11 propostas e é um tema bastante delicado, a gente sabe disso, mas vamos nos focar nas propostas. Os debates ocorreram ontem, Então, assim, a gente não tem muito tempo para debater. Então, vamos programar aqui, uma hora no máximo para os resíduos e depois para o Plano Diretor. Muito bem! Vamos lá! Antes da gente começar, só quero deixar a plenária ciente de que para o Plano Diretor nós vamos trabalhar em blocos, porque foram abertos muitos detalhamentos. Então, a gente vai falar dos grandes grupos aqui, vamos dizer, de blocos, para que a gente possa otimizar, dado o fato de que foi o grupo com maior discussão ontem, o maior número de integrantes discutindo. Obrigada!

Maria Caravagio Nunes, Coordenadora do Grupo de Trabalho Resíduos e Aproveitamento Energético: Então, nós compusemos o grupo de resíduos. Tivemos 83 pessoas inscritas, tanto é que se dividiu, Doutora Ângela, em dois grupos. Então, eu fico em um grupo e a Paula no outro. O que acontece? Dessas 83 pessoas vieram 13. Então, assim, nós estamos perdendo, perde Porto Alegre, perde por quê? Porque a participação que as pessoas se comprometeram, se inscreveram e não vieram. Mas, enfim, o grupo foi muito bom, a gente fez propostas muito boas, ligadas, principalmente, à educação ambiental e a comunicação, que a gente vai estar lendo agora. Então, por isso que está eu e a Paula aqui, quase xifópagas. [Risos]. Isso é para quebrar o gelo. Vamos lá. A **PROPOSTA 01**: ***Comunicação e acesso à informação. Estimular e aprimorar uma comunicação integrada entre os agentes públicos, privados e sociedade, envolvidos com a política para a sustentabilidade, na qual sejam divulgadas todas as políticas públicas que são desenvolvidas e implementadas. O uso de uma linguagem em comum. Objetiva-se o alinhamento da informação referente às práticas***

vigentes e futuras no Município. **PROPOSTA 02**: ***Comunicação e acesso à informação. Utilização das contas de IPTU, de consumo de água, energia, bem como o uso de informativos visuais no transporte público***... E a gente viu que apareceu lá na questão da mobilidade urbana isso também, sem a gente conversar, né, Doutora Karen? ***No transporte público municipal, como um canal de informação relativo às boas práticas de sustentabilidade, como dias e horários da coleta seletiva, a importância da triagem e separação dos resíduos em suas casas, dicas de consumo de água, a importância da participação do cidadão no processo de sustentabilidade e assim por diante.*** **PROPOSTA 03:** ***Programas de incentivo à compostagem. Utilização de um bairro piloto ou praças, com a participação dos prefeitos de praças para ampliar práticas específicas, como a horta comunitária, com posterior avaliação e consolidação dos resultados que poderiam ser projetados ao restante do Município***. **PROPOSTA 04**: ***Criar moeda social inspirada no Pila Verde, no Município de Santiago, Rio Grande do Sul***. Talvez aqui seja fomentaram a criação. ***A ação objetiva estimular o cidadão a ser um agente da economia circular, à medida que ele entrega seu resíduo orgânico e em contrapartida recebe a moeda social, que pode ser utilizada nas feiras de orgânicos, com membros cadastrados. Esses, por sua vez, podem trocar essas moedas por adubos. Essa iniciativa gera impacto positivo entre consumidores, feirantes e o próprio meio ambiente, fomentando a economia local, educação e sustentabilidade***. **PROPOSTA 05**: ***Transformação***... E eu acho que não é esta palavra "transformação", aí depois. ***Transformação do Decreto Municipal nº 21.073/2001 em lei municipal. Busca-se garantir que a figura do prefeito de praça seja mantida, mesmo após a troca de gestão municipal nas eleições. Considera-se que os prefeitos de praças são agentes e canais de desenvolvimento de políticas ambientais sustentáveis. O projeto de lei partiria da sociedade civil e seria entregue à Câmara Municipal para votação. Promoção da capacitação dos Prefeitos de Praça. Qualificar os prefeitos de praça com conhecimento técnico e prático ambiental e torná-los verdadeiros agentes de sustentabilidade, com a capacitação de ampliação das políticas ambientais e de mobilização à educação para a sustentabilidade nas suas comunidades. Estender o convite às escolas municipais para que seus gestores também participem da capacitação.***

Paula Moleta, Coordenadora do Grupo de Trabalho Resíduos e Aproveitamento Energético: PROPOSTA 07: ***Comunicação do acesso aos recursos do Fundo do Meio Ambiente, conjugada com a capacitação de entidades para elaboração de projetos na área***

de educação ambiental. Atualmente as entidades da sociedade civil não possuem informações sobre o acesso aos recursos que compõem o Fundo de Meio Ambiente. É necessário que as entidades da sociedade civil que atuam com a educação ambiental possam apresentar projetos com os recursos inerentes ao fundo. **PROPOSTA 08:** ***Inclusão da correta separação e destinação dos resíduos e a prática da compostagem, novos critérios de incentivo do IPTU Verde. As condições para a concessão dos benefícios fiscais que compõem o chamado IPTU Verde, cuja regulamentação está em desenvolvimento no Município, deve incluir as práticas de separação e destinação dos resíduos sólidos, a fim de promover seu implemento. Além da própria compostagem, os cidadãos que colocarem em prática tais procedimentos seriam contemplados com o benefício do IPTU Verde***. **PROPOSTA 09:** ***Ampliar o número de unidades de destinação certa e aumentar sua importância. Regulamentar e aumentar a quantidade de UDCs para que se torne um ambiente adequado e um espaço suficientemente reservado à coleta de resíduos do Município. Estudar a viabilidade de convênio entre município, especificamente, o DMLU, e entidades que promovam a correta destinação dos materiais coletados nas UDCs, promovendo a troca de materiais que serão destinados, conforme a atuação de cada UDC e entidades (Feiras de trocas)***. **PROPOSTA 10**: ***Debater sobre o adequado tratamento dos efluentes de atividades que geram resíduos químicos. Desestimular que as atividades potencialmente geradoras despejem efluentes 'in natura' na rede pública***. **PROPOSTA 11**: ***Formação cidadã. Desenvolvimento de um canal de comunicação e sensibilização sobre sustentabilidade, com uma linguagem acessível ao cidadão, considerando o momento da inovação tecnológica nas plataformas digitais da Prefeitura***. São essas as propostas que a gente trouxe do GT. Então, agora que a gente passa para primeira, né, Ângela, para a gente levantar comentários.

Ângela Molin, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS: Primeira proposta está aí no telão para que possam ler. **PROPOSTA 01**. A proposta em si é grande porque elas fizeram uma pequena explicação, uma pequena justificativa logo após a proposta em si. Mas o grupo também trabalhou assim. Então, a primeira proposta, alguma inscrição em relação a ela? Lembrando que o objetivo é que a gente possa focar nossas falas uma única vez na proposta em si, para que a gente possa otimizar.

Roberto Luiz Dall'Agnol, Clube de Observadores de Aves de Porto Alegre: Me parece que a Proposta 01 é igual a 11.

Ângela Molin, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS: Vamos ver.

Roberto Luiz Dall'Agnol, Clube de Observadores de Aves de Porto Alegre: As duas falam de comunicação, informação.

Maria Caravagio Nunes, Coordenadora do Grupo de Trabalho Resíduos e Aproveitamento Energético: Uma é comunicação e a outra é formação cidadã. É, elas são o desenvolvimento de um canal de comunicação e sensibilização e sustentabilidade, é 11.

Ângela Molin, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS: Talvez pudesse englobar as duas numa só.

Roberto Luiz Dall'Agnol, Clube de Observadores de Aves de Porto Alegre: É, porque a primeira fala exatamente a mesma coisa, usando canais.

Maria Caravagio Nunes, Coordenadora do Grupo de Trabalho Resíduos e Aproveitamento Energético: Então, puxar a 11 para a 01. Depois adéqua ao texto.

Ângela Molin, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS: Isso, vai-se juntar as duas, porque uma acaba reforçando a outra. Obrigada.

Olívia, Prefeitura Municipal de Porto Alegre: A gente comentou ontem nessa lógica de amarrar as pontas, enfim, alguma questão sobre logística reversa. Talvez não sei se aí, mas a gente inserir essa questão também.

Maria Caravagio Nunes, Coordenadora do Grupo de Trabalho Resíduos e Aproveitamento Energético: Talvez em uma nova proposta. É uma nova proposta.

Ângela Molin, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS: Mas aí nós precisamos de uma redação para que a gente possa propor aqui. Alguma questão? Maximiliano, em relação à primeira proposta? Ok, Proposta 01?

Maximiliano, Cidadão: Eu não sei se seria mais adequado ao invés de utilizar "linguagem em comum", utilizar a "linguagem unificada". Eu não sei, essa é uma questão semântica.

Ângela Molin, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS: Eu acho que o "em comum" é a ideia de ser uma linguagem coloquial. É nesse sentido que o pessoal colocou.

Maximiliano, Cidadão: Eu acho que não é nesse sentido, é que assim, quando nós debatemos lá, o Eduardo falou que há uma diferenciação de interpretação de uma linguagem técnica, um subjetivismo de conceitos.

Ângela Molin, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS: A unificação. Então, aí seria unificação, que é a ideia de conceitos. E trocamos ali o "em comum" por "unificada".

Maria Caravagio Nunes, Coordenadora do Grupo de Trabalho Resíduos e Aproveitamento Energético: Eu acho que não troca, só complementa "em comum e unificada".

Ângela Molin, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS: Está bem! Alguma consideração mais? [Manifestação fora do microfone]. Até porque no Plano Municipal de Gestão de Resíduos isso está sendo melhor trabalhado, esses conceitos. Então, podemos votar essa primeira proposta? Muito bem, aprovada. **PROPOSTA 01 APROVADA POR UNANIMIDADE**. A **PROPOSTA 02**, alguma consideração? Alguma contrariedade ou alguma consideração em relação à Proposta 02? Podemos votar? Aprovada. **PROPOSTA 02 APROVADA POR UNANIMIDADE**. Então, próxima proposta, a **PROPOSTA 03**, é de incentivo à compostagem.

Lucimar Fátima Siqueira, Observatório das Metrópoles: Eu acho que poderíamos aproveitar nessa proposta e pensar não em um bairro piloto, já na cidade toda, porque o movimento das hortas urbanas que tem em Porto Alegre, eu mesma mapeei 40 esses dias. E já tem um avanço numa discussão de organização, de necessidades. As hortas estão trazendo, estão sendo indicadoras de muitos problemas ambientais de Porto Alegre.

Ângela Molin, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS: Então, a tua proposta seria alterar para...

Lucimar Fátima Siqueira, Observatório das Metrópoles: Ao invés de ser bairro piloto, que seja toda a cidade.

Ângela Molin, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS: Para toda a cidade.

Paula Moleta, Coordenadora do Grupo de Trabalho Resíduos e Aproveitamento Energético: A gente foi bem modesta.

Maurício Loss, Secretário Adjunto do Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade - SMAMUS: Mas pode ser bem geral mesmo.

Selma, Secretaria de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS: Eu acrescentaria no viés educação ambiental as escolas, que é uma excelente oportunidade, se todas as escolas tivessem o programa de compostagem já seria um bom início.

Paula Moleta, Coordenadora do Grupo de Trabalho Resíduos e Aproveitamento Energético: E telhado verde, e energia solar... [Risos]

Ângela Molin, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS: É! A SMED já tem o projeto para compostagem, por causa do biodigestor, isso vai ser utilizado para toda matéria orgânica.

Maximiliano, Cidadão: Eu gostaria de reforçar a tua proposta, mas eu insisto assim, é uma importante manter o bairro, não um bairro piloto, mas bairros pilotos, até para poder fazer uma contemporização entre eles. Existem áreas de culturas diferentes e maneiras de tratar diferentemente essa questão. Então, pode-se fazer comparativos e até se fazer trocas entre esses bairros pilotos, experiências bem sucedidas ou mal sucedidas num ou outro.

Ângela Molin, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS: Eu acho que isso já seria mais uma ação, mas talvez a gente pudesse colocar ali "a partir de bairros pilotos ou a cidade". E aí fica a escolha para quem vai aplicar.

Maximiliano, Cidadão: Aí contempla a tua proposta também.

Ângela Molin, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS: Eu acho que sim.

Paula Moleta, Coordenadora do Grupo de Trabalho Resíduos e Aproveitamento Energético: Trazer, Doutora Ângela, "bairros pilotos ou praças e escolas", né? "Escolas municipais" incluir?

Ângela Molin, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS: Pode incluir. Só vai ficar mais explícito, mas a ideia é também.

Paula Moleta, Coordenadora do Grupo de Trabalho Resíduos e Aproveitamento Energético: "Utilização de bairros pilotos ou praças e escolas". Não sei como ficaria a redação.

Ângela Molin, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS: É que nos bairros já está tudo contemplado, né. "Bairros" contempla tudo.

Paula Moleta, Coordenadora do Grupo de Trabalho Resíduos e Aproveitamento Energético: Então, deixa só "bairros".

Ângela Molin, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS: Me parece que sim. [Manifestação fora do microfone]. Como vai ser, onde vai ser são ações, aí é na gestão que a gente vê como que isso vai funcionar. Num lugar pode funcionar de um jeito, no outro lugar.

Paula Moleta, Coordenadora do Grupo de Trabalho Resíduos e Aproveitamento Energético: Porque nós aqui em Porto Alegre temos a separação só em duas frações. Então, o nosso rejeito ainda vai para o orgânico. Então, o incentivo à compostagem vai trazer esse olhar da separação entre as parcelas, como traz a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Ângela Molin, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS: Sim. E isso vai estar no Plano Municipal de Gestão, já posso te adiantar. [Manifestação fora do microfone]. Eu também acho, também eles nem estão sobre a nossa ingerência, enquanto Secretaria, Conselho. Então, acho que também ficaria difícil. [Manifestação fora do microfone]. A ideia é na cidade, porque aí a gestão vai escolhendo quais. [Manifestação fora do microfone]. Isso, onde há possibilidade. Eu acho melhor deixarmos "cidade" e deixarmos como incentivo à compostagem. Isso estará contemplado no Plano Municipal de Gestão de Resíduos Sólidos também, que brevemente teremos audiências públicas.

Paula Moleta, Coordenadora do Grupo de Trabalho Resíduos e Aproveitamento Energético: Tem que melhorar o texto, então. [Manifestação fora do microfone].

Ângela Molin, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS: Eu tiraria "praças, escolas", eu tiraria, deixa "na cidade", porque isso já é mais a ação e aí vai depender, numa praça pode ser possível, em outra não. Isso depende muito. [Manifestação fora do microfone]. É incentivar. Tem que falar no microfone, senão não fica registrado. Então, como ficou? "Incentivar na cidade práticas específicas de compostagem". Isso? Ótimo. Acho que é isso. [Manifestação fora do microfone]. Podemos votar esta? Todo mundo aprova esta? Muito bem! **PROPOSTA 03 APROVADA POR UNANIMIDADE.** Próxima proposta é a **PROPOSTA 04**, que diz respeito à Moeda Pila Verde.

Karen da Costa Machado Moreira, Coordenadora do Grupo de Trabalho Transporte e Mobilidade Urbana: Tem outra prática no Município de Montenegro, que é o Eco Pila, não sei se vocês conhecem. Vou deixar para elas da área, mas tem também em Montenegro, é uma prática muito interessante, eu achei ótimo.

Paula Moleta, Coordenadora do Grupo de Trabalho Resíduos e Aproveitamento Energético: Inclusive, o Pila Verde é da minha cidade, eu sou de Santiago, é uma iniciativa que partiu da Secretaria de Meio Ambiente de lá, porque eles têm a competência dos resíduos sólidos. Então, eles fizeram um projeto, um programa onde eles trocam resíduo orgânico por essa moeda social e essa moeda social, a partir dos feirantes que são cadastrados, eles recebem

a moeda e a população que entregou o seu resíduo orgânico consegue comprar produtos na feira. E o adubo volta para os agricultores. Então, isso foi pautado até ela Dani, a Dani não está aqui mais. Então, é mais ou menos isso, seria isso, na verdade.

Karen da Costa Machado Moreira, Coordenadora do Grupo de Trabalho Transporte e Mobilidade Urbana: Eu só queria propor, aqui eu mudaria para "incentivar a criação", não a criação direta, porque eu acho que incentivar e fomentar ou incentivar a criação da moeda. Lá em Montenegro a Associação Comercial, todos os associados recebem essa moeda, a pessoa leva esse resíduo e a pessoa recebe essa moeda para trocar na cidade. Então, já fica uma forma de incentivar o comércio local. Isso é bem interessante.

Paula Moleta, Coordenadora do Grupo de Trabalho Resíduos e Aproveitamento Energético: Ah, é muito lindo, porque tu deixas a economia circular na cidade.

[Manifestação fora do microfone].

Ângela Molin, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS: Ela está bem curiosa.

Paula Moleta, Coordenadora do Grupo de Trabalho Resíduos e Aproveitamento Energético: Kelly, é no início ali, "incentivar a criação", no início da Proposta 04: "Incentivar a criação de moeda social". "Fomentar a criação de moeda social", no início da Proposta 04.

Ângela Molin, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS: Ok? Podemos votar esta proposta? Muito bem, aprovada. **PROPOSTA 04 APROVADA POR UNANIMIDADE**. Próximo é a **PROPOSTA 05**. Qual é?

Paula Moleta, Coordenadora do Grupo de Trabalho Resíduos e Aproveitamento Energético: É a transformação do decreto municipal em lei dos prefeitos.

Maria Caravagio Nunes, Coordenadora do Grupo de Trabalho Resíduos e Aproveitamento Energético: É só a questão da transformação, que eu acho que não é a transformação.

Ângela Molin, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS: Na verdade, assim, eu quero dizer que essa é uma competência que não é do Conselho de Meio Ambiente, não é da Secretaria de Meio Ambiente. Então, colocar uma questão tão enfática nos deixa numa situação complicada, porque ela não vai adiante, não se torna exequível, porque não nos compete, não é algo que nós podemos dizer: "Ó, isso a gente consegue fazer".

Paula Moleta, Coordenadora do Grupo de Trabalho Resíduos e Aproveitamento Energético: E nós enquanto sociedade?

Ângela Molin, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS: Bom, aí é a lei de iniciativa popular, tem todo um trâmite previsto, que aí sim a sociedade nesse sentido... Mas não é o fórum aqui adequado.

Paula Moleta, Coordenadora do Grupo de Trabalho Resíduos e Aproveitamento Energético: Então, eu acho que a gente tira.

Ângela Molin, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS: A minha propositura seria nesse sentido.

Maximiliano, Cidadão: Eu ia propor o seguinte, propor alteração do decreto. Uma proposição de alteração do decreto nesse sentido.

Maria Caravagio Nunes, Coordenadora do Grupo de Trabalho Resíduos e Aproveitamento Energético: É transformar em lei, para virar uma política de estado e não de governo.

Ângela Molin, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS: Esse é o sentido da proposta, é transformar em lei, mas isso não é algo que vem nosso aqui. Nós aqui não temos ingerência.

Maximiliano, Cidadão: Propor a transformação do decreto em lei.

Maria Caravagio Nunes, Coordenadora do Grupo de Trabalho Resíduos e Aproveitamento Energético: É isso que a Doutora Ângela está falando.

Ângela Molin, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS: Foi isso que eu expliquei, isso não compete a nós Conselho Municipal de Meio Ambiente e nem à SMAMUS.

Maurício Loss, Secretário Adjunto do Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade - SMAMUS: Gente, por mais que se fale em prefeito de praça, mas o governo tem seus programas, de competência de cada secretaria. A questão dos prefeitos de praça passa pela Secretaria de Governança. Então, por mais que a gente até queira aprovar aqui, vai chegar lá no governo e isso não vai adiante. Isso é uma coisa que tem a ser tratada pela Secretaria de Governança.

Lucimar Fátima Siqueira, Observatório das Metrópoles: Isso, o Secretário já apontou alguma coisa. Essa questão diz respeito à participação pelo menos dos prefeitos de praça dizerem o que eles pensam a respeito. Então, ou talvez a gente rejeite, ou a gente altera e diz

assim: "Procurar discutir com os prefeitos..." Ou fazer um debate sobre o papel dos prefeitos de praça, saber se foi interessante, não foi. Eles precisam se manifestar também, senão a gente transforma em lei e eles chegam: "Tá, jogaram o pepino no nosso colo, a gente não tem salário, não tem nada e tem que cuidar de tudo". Então, na verdade, propor o debate sim, a gente pode de repente adequar. Agora, transformar assim.

Ângela Molin, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS: Aqui há uma ideia de fazer uma votação pela rejeição desta proposta. Quem concorda pela rejeição desta proposta? Por maioria. **PROPOSTA 05 REJEITADA POR MAIORIA**.

Maria Caravagio Nunes, Coordenadora do Grupo de Trabalho Resíduos e Aproveitamento Energético: Isso não impede da gente levar adiante através de um vereador. Nós criamos ontem... Gente, quero dizer o seguinte, nós não saímos para o café ontem, porque o debate foi tão rico que nós ficamos o tempo todo da sala debatendo e criamos um grupo de WhatsApp. A partir disso a gente vai adiante vamos levar essa proposta para um vereador e quem sabe.

Ângela Molin, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS: Perfeito! Próxima é a **PROPOSTA 06**, que é?

Maria Caravagio Nunes, Coordenadora do Grupo de Trabalho Resíduos e Aproveitamento Energético: Trata da promoção da capacitação dos prefeitos de praça. Isto aqui pode.

Paula Moleta, Coordenadora do Grupo de Trabalho Resíduos e Aproveitamento Energético: É educação ambiental.

Maria Caravagio Nunes, Coordenadora do Grupo de Trabalho Resíduos e Aproveitamento Energético: Não, é para a sustentabilidade, educação para a sustentabilidade. [Manifestação fora do microfone]. Não pode? Mas, assim, as pessoas precisam conhecer.

Ângela Molin, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS: Poder eu acho que pode, mas tem que saber se eles querem.

Maria Caravagio Nunes, Coordenadora do Grupo de Trabalho Resíduos e Aproveitamento Energético: Então, propor a capacitação, eles vão ficar felizes.

Ângela Molin, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS: Então, propor a capacitação dos prefeitos de praça. Isso sim. Perfeito! Só adequar ali: "Propor a capacitação dos prefeitos de praça".

Maximiliano, Cidadão: Eu gostaria de ter falado antes da votação, mas aí teve a votação da 05. A gente pode aproveitar a segunda metade da proposta anterior, a 05, e colocar na 06, porque está muito bom ali: "Considera-se que os prefeitos de praça são agentes de canais..." Explicaria até a proposta 06.

Maria Caravagio Nunes, Coordenadora do Grupo de Trabalho Resíduos e Aproveitamento Energético: Faz uma complementação. Perfeito! E valoriza os caras também.

Ângela Molin, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS: Perfeito!

[Manifestação fora do microfone].

Maria Caravagio Nunes, Coordenadora do Grupo de Trabalho Resíduos e Aproveitamento Energético: Mas eles vão estar contemplados dentro, nós pensamos neles, isso é importante.

Guilherme, Comissão de Parcelamento do Solo – SMAMUS: Eu acho que a gente tem que ampliar, então. Os prefeitos de praças são um dos agentes que talvez não sejam nem os que foram votados, como os conselheiros. Eu acho que tem que incluir, então, todos os conselheiros, todos os participantes de OP's. Eu acho que tem que embutir também esse pessoal aí.

Ângela Molin, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS: Na capacitação?

Guilherme, Comissão de Parcelamento do Solo – SMAMUS: Sim, na capacitação.

Renata Saffer, Secretaria de Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS: Representantes eleitos das comunidades talvez.

Ângela Molin, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS: Então, a ideia seria propor a capacitação dos prefeitos de praça, membros de conselhos municipais e representantes eleitos das comunidades, entre outros agentes atuantes em comunidades. Assim fica mais amplo nessa ideia. [Manifestação fora do microfone]. Os de CRIP's?

Maurício Loss, Secretário Adjunto do Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade - SMAMUS: São os subprefeitos. Era CRIP, agora é subprefeitura.

Ângela Molin, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS: Entre outros agentes na comunidade eu acho que contempla. Perfeito! Fica bem assim? Então, podemos votar? [Manifestação fora do microfone]. Ok. Podemos votar? Muito bem, aprovado. **PROPOSTA 06 APROVADA POR UNANIMIDADE**. Próxima é a **PROPOSTA 07**.

Maria Caravagio Nunes, Coordenadora do Grupo de Trabalho Resíduos e Aproveitamento Energético: ***Comunicação do acesso aos recursos do Fundo do Meio Ambiente, conjugada com a capacitação de entidades para a elaboração de projetos na área de educação ambiental, de educação em sustentabilidade***.

Ângela Molin, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS: Isso, unificar.

Maria Caravagio Nunes, Coordenadora do Grupo de Trabalho Resíduos e Aproveitamento Energético: É. Então, já peço para trocar ali: "educação em sustentabilidade".

Ângela Molin, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS: Alguma colocação? Na verdade, este é um trabalho que nós já discutimos, inclusive, no Conselho de Meio Ambiente, em uma câmara técnica, a de Educação Ambiental e também na de Legislação, porque para recebermos os projetos das entidades, para financiar projetos ambientais, nós precisamos que eles estejam alinhados com a Lei nº 13.019. Então, a ideia é a gente fazer um trabalho nesse sentido. Isso já está, né, Karen? A gente tem discutido nas câmaras técnicas. Então, isso viria bem ao encontro do que realmente está se planejando para 2023.

Lucimar Fátima Siqueira, Observatório das Metrópoles: Pessoal, esse aí está no grande eixo da comunicação à informação. Eu já vou aproveitar o que eu ia falar depois, vou falar agora aqui. A questão da transparência e da informação de todo o sistema, o Conselho, divulgação, porque está superdesatualizado o site, quem é a composição do Conselho, as atas, tudo isso tem que estar muito bem transparente lá no site. Inclusive, o funcionamento do Fundo. Então, já aproveito para comentar que isso é um problema que precisa resolver. O site do Conselho está desatualizado, não tem informação atualizada nenhuma lá.

Ângela Molin, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS: As informações foram retiradas, porque agora está se migrando tudo para o novo site, por isso também. [Manifestação fora do microfone]. Sim, mas foi uma determinação que nós recebemos. Então, haverá tudo isso, porque está se migrando para o novo site, inclusive, o pessoal da comunicação aqui, que está trabalhando, né, Aline? Nesse ponto aqui. Mas em breve teremos tudo isso organizado. Muito bem, podemos votar? Todos concordam? Quem discorda? Aprovado. **PROPOSTA 07 APROVADA POR UNANIMIDADE**. Então, a próxima é a **PROPOSTA 08**.

Paula Moleta, Coordenadora do Grupo de Trabalho Resíduos e Aproveitamento Energético: A 08 seria a inclusão da correta separação e destinação dos resíduos e a prática da compostagem nos critérios de incentivo do IPTU Verde. Seria IPTU sustentável. Então, para esclarecer, já está sendo debatido dentro da SMAMUS, até pela Diretora de Sustentabilidade, eu estive conversando com ela, o IPTU para dar desconto para condomínios, casas e locais que tenham práticas sustentáveis. Então, a gente quer só alinhar a questão dos resíduos dentro desse IPTU. Eu acho que acho que seria bem interessante e também vai de encontro com a sustentabilidade.

Lucimar Fátima Siqueira, Observatório das Metrópoles: Eu discordo como planejador urbano, porque tem que discutir o financiamento da cidade. Dar desconto por uma prática que deveria ser obrigação da gente ter esse comportamento em educação ambiental e sustentabilidade...

Paula Moleta, Coordenadora do Grupo de Trabalho Resíduos e Aproveitamento Energético: Mas não é só separação, Lú. A compostagem tu não é obrigada a fazer, mas se fizer compostagem já vai ter incentivo.

Lucimar Fátima Siqueira, Observatório das Metrópoles: Não, eu acho que são coisas diferentes, você não pode monetarizar um comportamento de educação que todo o cidadão tem que ter. Só isso. Eu sou radicalmente contra monetarizar, são coisas separadas.

Ângela Molin, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS: A gente vai votar, mas eu só quero dizer que eu, eu que elaboro leis dentro da SMAMUS, eu tenho dificuldade de colocar critérios e regras para isso dentro de uma norma jurídica. Então, eu tenho dificuldades técnicas aqui, que eu vejo para colocar. Então, eu não sou favorável de ter. A gente pode talvez implementar um estudo a respeito disso. Agora, tecnicamente, falando da minha área, eu vejo muita dificuldade nesse aspecto de colocar na

norma os critérios. Por que como que eu vou medir isso? Qual é a mensuração que eu vou fazer para colocar aqui quanto de resíduo que separou, nós vamos ter que pesar esse resíduo. Como é que nós vamos operacionalizar isso, depois quem tem que cumprir a norma. E aí é a questão de nós termos uma norma vazia, inexequível. Então, eu tenho dificuldade.

Maria Caravagio Nunes, Coordenadora do Grupo de Trabalho Resíduos e Aproveitamento Energético: A implementação de um estudo de viabilidade? Propor o estudo de viabilidade.

[Manifestação fora do microfone].

Ângela Molin, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS: Não, isso vai ser discutido com a sociedade, esse é um ponto que vai ser discutido com a sociedade, agora com o Plano Municipal de Gestão de Resíduos Sólidos, que eu também faço parte do grupo e nós teremos audiências públicas para fazer essas discussões de vários temas e esse é um deles. E nós, internamente, no grupo já discutimos exatamente a questão técnica jurídica, por isso que eu já estou até adiantando aqui. Mas eu acho que a gente vai ter um fórum para discussão. Então, ficaria no radar. Entende?

Maria Caravagio Nunes, Coordenadora do Grupo de Trabalho Resíduos e Aproveitamento Energético: Mas aí se tira esta proposta?

Paula Moleta, Coordenadora do Grupo de Trabalho Resíduos e Aproveitamento Energético: Doutora Ângela, em Venâncio Aires o IPTU já está bem avançado quanto a isso e eles colocaram a compostagem como um dos pré-requisitos, onde tem incentivo à compostagem em casa, urbana, doações de composteira, capacitação em compostagem, enfim. Eu acho que a gente não conseguiu nem chegar a discutir no GT sobre aproveitamento energético, porque a gente ficou pautando em compostagem e educação ambiental.

Ariane, Bióloga: Bem rapidinho. A questão de separar os resíduos, eu lembrei muito do que o Professor Fontoura falou. Eu acho que vai ser difícil realmente quantificar e viabilizar essa proposta, porque lembrou muito do que o Professor falou, que às vezes pode ser que a gente separe o resíduo e venha uma pessoa, vai lá, retirar o resíduo, pega o que quer e acaba jogando no riacho. Então, assim, existe toda uma questão comportamental do nosso entorno que a gente não tem controle. Então, assim como que a gente vai quantificar isso? Por que às vezes a gente separa o resíduo reciclável e vai lá um catador, uma pessoa que necessita. Isso acontece, por exemplo, eu moro na região metropolitana e aí uma pessoa vai lá, retira o que quer e joga o restante inteiro na frente da minha casa. Então, assim, é muito complicado quantificar isso.

Então, assim, eu acho que hoje, pela realidade até hoje, pela necessidade das pessoas hoje inviável. Acho que vale o estudo, mas hoje inviável isso. Obrigada.

Olívia, Prefeitura Municipal de Porto Alegre: É só como reflexão, daqui a pouco vocês tem outro fórum. A questão da avaliação de boas práticas, nacionais e internacionais, considerando o contexto local, a gente sempre tem que olhar para fora. Por que eu falo do inter e do local? Porque a gente depois pega métricas até para colocar como *case*, como comparativo, considerando o local. Então, essa questão de tudo de boas práticas. E ontem eu fui para casa pensando que a gente não falou de indicadores em nenhum momento e talvez seja algum aspecto, um aspecto importante da gente olhar. Não sei, mas até um item de boas práticas, indicadores internacionais e comparação.

Karen da Costa Machado Moreira, Coordenadora do Grupo de Trabalho Transporte e Mobilidade Urbana: Se pensar nessa proposta de propor um estudo de viabilidade, aí incluir a avaliação de indicadores, inclusão de indicadores específicos internacionalmente aceitos, assim, dentro desse estudo de viabilidade, para justamente ter esses dados e poder a partir daí tomar uma posição.

Maurício Loss, Secretário Adjunto do Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade - SMAMUS: Aqui a gente teria que no máximo propor um estudo, porque é o seguinte, falando de certificação sustentável, que é o que está na Câmara agora, que vai dar desconto no IPTU Verde, ali são sete parâmetros, só que são parâmetros assim, palpáveis, que vão ser na construção civil, que a gente consegue ali, que a pessoa vai colocar e vai ficar permanente. Placas fotovoltaicas, o tipo de material que ela vai utilizar, se vai ter o *rooftop* sustentável, se vai coletar água da chuva. Ou seja, são sistemas que serão implementados e que ficarão. Como é que a gente conseguiria monitorar a questão. A gente vai incentivar a pessoa a fazer a compostagem, mas será que ela vai fazer ao longo de todo o ano, se ela vai fazer só na época ali que vai chegar o boleto do IPTU, se vai passar um fiscal para ver se está fazendo ou não. A pessoa que mora no prédio também, tem o terceiro andar que quer fazer, o quinto andar que não quer fazer. E a questão do prédio também, na questão sustentável, a pessoa que vai comprar o apartamento de uma construtora que usou ali os meios para a certificação sustentável, ela sabe que vai pagar um valor agregado nisso. Agora, a questão talvez da compostagem, talvez a gente não consiga de fato mensurar e também fiscalizar de uma maneira efetiva para não trazer nenhum prejuízo para o Município. Como ela falou, isso aí também é

renúncia de receita, também dá desconto de IPTU. Então, acaba sendo muito maior do que a gente imagina aqui.

Maria Caravagio Nunes, Coordenadora do Grupo de Trabalho Resíduos e Aproveitamento Energético: Mas, Secretário, isso parte do pressuposto também que vai menos resíduo lá para a Minas do Leão.

Paula Moleta, Coordenadora do Grupo de Trabalho Resíduos e Aproveitamento Energético: Eu tenho outro pressuposto também, Secretário, porque na construção, se vai construir uma cisterna, se vai construir um telhado verde, se a construção já vier com uma composteira? Porque composteira é uma estrutura também.

Maria Caravagio Nunes, Coordenadora do Grupo de Trabalho Resíduos e Aproveitamento Energético: E outra coisa também, eu penso que talvez ali, Doutora Ângela, propor um estudo de viabilidade técnica e econômica, porque é tanto para um lado quanto para outro. O Município precisa saber se vale a pena, técnica e econômica, por favor.

Lucimar Fátima Siqueira, Observatório das Metrópoles: Realmente, muito interessante esta discussão. Eu ouvi todos os lados e o que está envolvido. Quando o Secretário fala em pagar valor agregado, quem vai pagar? Ou seja, quando eu comprar um apartamento, que vai ter embutida toda essa tecnologia verde, eu vou pagar um valor agregado. Agora, por que eu vou ter desconto de IPTU porque eu fiz isso? Entende? Então, tem essa questão da economia, do financiamento da cidade que está envolvido e a questão comportamental. Ou seja, a gente tem que olhar várias dimensões que estão envolvidas nessa questão do IPTU Verde, uma delas é o que a Doutora Ângela falou também, a questão da legislação. É importante, eu acho que não precisa tirar como proposta, talvez a gente mudar a redação e dizer que se propõe à discussão. Não tira, deixa, até porque quem vai ler isso vai se sentir provocado a participar.

Ângela Molin, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS: Então, a ideia seria propor um estudo de viabilidade técnico-econômico, de utilização.

Karen da Costa Machado Moreira, Coordenadora do Grupo de Trabalho Transporte e Mobilidade Urbana: Eu posso ler: ***Propor um estudo de viabilidade técnica e econômica sobre a inclusão da correta separação e destinação dos resíduos. E a prática da compostagem nos critérios de incentivo do IPTU sustentável, com a inclusão de indicadores e considerando o contexto local***.

Ângela Molin, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS: Muito bem. Podemos votar? Ok. Alguns não levantaram, então, preciso contar. Temos 26 votos. Aprovamos, então. **PROPOSTA 08 APROVADA POR MAIORIA**. Próxima.

Paula Moleta, Coordenadora do Grupo de Trabalho Resíduos e Aproveitamento Energético: PROPOSTA 09: ***Ampliar o número de unidades de destinação certa e aumentar a sua importância***.

Ângela Molin, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS: Está também no Plano Municipal de Gestão de Resíduos, nós já temos um projeto de lei em andamento, que também fala no aumento de unidades de destino certo.

Ariane, Bióloga: Eu acho aumentar a quantidade de unidades de destinação correta. Eu imagino que a gente tenha mais autonomia de levar esses resíduos a um lugar certo.

Paula Moleta, Coordenadora do Grupo de Trabalho Resíduos e Aproveitamento Energético: Isso, porque essas unidades já existem.

Ariane, Bióloga: Mas elas são poucas, pífias. Futuramente eu teria sugestões para atividades específicas, locais específicos, mas isso aí é para outro momento.

Ângela Molin, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS: Isso, na discussão do Plano de Gestão de Resíduos vai haver audiências públicas, fiquem atentos que isso vai para mídia, aí vocês podem trazer também contribuições com certeza. Sim, Roberto! Manifestação. Isso, são ações. Isso vai envolver também o IPTU sustentável.

Roberto Luiz Dall'Agnol, Clube de Observadores de Aves de Porto Alegre: Quem conhece, na Europa já é prática comum, todo supermercado, todo shopping, você vai lá e coloca a garrafa, coloca pilha, coloca tudo lá dentro e tal. Em alguns locais, alguns países, inclusive, tu recebes moedinha de volta.

Ângela Molin, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS: Sim, que é a ideia do pila.

Paula Moleta, Coordenadora do Grupo de Trabalho Resíduos e Aproveitamento Energético: Gostou do pila?

Ângela Molin, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS: Gostei!

tem, na verdade, talvez uma lacuna aí, mas o que o grupo propôs aqui é o debate, debater em fóruns como este, ou outros, ou até com o estado em algum momento, chamar os setores que são atingidos para isso. Então, me parece que é bem viável.

Maria Caravagio Nunes, Coordenadora do Grupo de Trabalho Resíduos e Aproveitamento Energético: O debate é superpertinente, a gente tem que avançar e fazer esses enfrentamentos.

Maximiliano, Cidadão: Eu creio que aquilo ali, os estabelecimentos comerciais e industriais já têm uma fiscalização própria. Eu acho que isso aí caberia muito bem na questão da dispensação doméstica, porque a gente sabe que muita gente dispensa remédios, produtos químicos.

Maria Caravagio Nunes, Coordenadora do Grupo de Trabalho Resíduos e Aproveitamento Energético: Max, mas isso é educação ambiental, é educação e sustentabilidade.

Maximiliano, Cidadão: Então, esse debate seria deslocado para a questão doméstica, porque uma legislação própria já para a indústria.

Maria Caravagio Nunes, Coordenadora do Grupo de Trabalho Resíduos e Aproveitamento Energético: Então, a proposta seria incluir... Bom, aí parte para toda a população de Porto Alegre.

Maximiliano, Cidadão: É, deslocar isso para a população, para a questão doméstica.

Maria Caravagio Nunes, Coordenadora do Grupo de Trabalho Resíduos e Aproveitamento Energético: Mas não ficaria...

Maurício Loss, Secretário Adjunto do Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade - SMAMUS: Teria que ser uma nova proposta.

Ângela Molin, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS: É, aí teria que ser uma nova proposta. É que na educação ambiental acho que isso pode aparecer, pode ser abordado também. [Manifestação fora do microfone]. Nós precisamos avançar, pessoal, porque agora estamos espremidos também pelo tempo, infelizmente. Temos mais todo o Plano Diretor, que tem "n" propostas.

Maria Caravagio Nunes, Coordenadora do Grupo de Trabalho Resíduos e Aproveitamento Energético: Mas pode ficar o debate, a gente já está fazendo isso aqui. Então, é uma coisa que a gente tem que votar.

Ângela Molin, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS: Acho que não há problema nenhum de manter. Não vejo problema. Vamos votar? Ok. Ninguém se opôs. Muito bem, aprovado, então. **PROPOSTA 10 APROVADA POR UNANIMIDADE**. E a última?

Maria Caravagio Nunes, Coordenadora do Grupo de Trabalho Resíduos e Aproveitamento Energético: A 11 subiu para a 01, isso aí.

Ângela Molin, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS: Muito obrigada, então. Vamos passar ao Plano Diretor.

Patrícia da Silva Tschoepke, Secretaria de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS: Eu vou falar em blocos, a gente tem blocos de propostas, porque nós tivemos quase 30 itens. Então, a gente vai ter que tentar otimizar aqui, a gente debateu bastante, mas acho que todos estávamos em consenso no nosso grupo. Então, a gente dividiu em **04 GRUPOS DE PROPOSTAS**, sendo o primeiro relacionado bem com a estrutura do Plano Diretor. O primeiro relacionado a estratégias e instrumentos. O segundo o que seria o modelo espacial, ou seja, a espacialização das áreas. O terceiro relacionado à gestão e o quarto grupo de propostas relacionado a outras ações e projetos que não diretamente estão relacionados com o Plano Diretor, mas que foram pontuados lá no grupo. Então, eu vou passando rapidamente e qualquer coisa vamos discutindo, porque eu acho que não vai dar tempo de ler e depois passar. Então, em relação a **ESTRATÉGIAS E INSTRUMENTOS** a primeira questão que foi pontuada foi a inclusão no Plano Diretor das áreas ambientais, considerando a legislação atual, considerando que o Plano Diretor vigente está desatualizado em relação às nomenclaturas. Bem como, o desenvolvimento de estratégias de atuação para cada tipo de área. Depois nós temos três relacionadas, que tem a ver com a questão dos incentivos. Então, para as áreas naturais, para as pessoas que têm áreas naturais ou estimular a preservação dessas áreas. Avaliar e aperfeiçoar o sistema do IPTU Ecológico. Prever instrumentos urbanísticos a exemplo do IPTU verde. ***Adotar o pagamento dos serviços ecossistêmicos e prever a utilização dos pagamentos de serviços ambientais, como incentivos à preservação***. Depois nós temos nessa parte de estratégias e instrumentos: ***Criar efetivar unidades de conservação de proteção integral e de uso sustentável, a exemplo das reservas privadas do patrimônio natural e as Áreas de Proteção Ambiental. Atuar na gestão e monitoramento das unidades de conservação, para garantir a efetiva implementação das políticas públicas. Levar em consideração os planos de manejo das áreas protegidas. Criar***

Maximiliano, Cidadão: Eu quando preciso destinar solventes, tintas, e coisa, e tal, eu tenho grande dificuldade para isso, tenho que ficar catando na cidade um local. Eu encontrei aqui na Ipiranga, perto da faculdade da UFRGS, mas é o único. Aquele que havia lá perto da Volta do Guerino fechou. Então, é muito importante isso, porque eu acho que destinação desse tipo de material químico é grave, né, porque precisa destinar corretamente.

Ângela Molin, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS: Na verdade, isso envolve a logística reversa também. No site do DMLU tem essas informações de locais de recolhimento.

Paula Moleta, Coordenadora do Grupo de Trabalho Resíduos e Aproveitamento Energético: Não caberia aqui incluir a questão da logística reversa nesta proposta ou seria uma proposta extra?

Ângela Molin, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS: Eu acho que uma extra. Mas o quê? Aí a gente tem outro mundo, né, logística reversa. Então, esta aqui está ok como está? Aprovada? Alguém rejeita? Não? Todos aqui aprovam? **PROPOSTA 09 APROVADA POR UNANIMIDADE**. E temos mais? É sobre o que a última?

Paula Moleta, Coordenadora do Grupo de Trabalho Resíduos e Aproveitamento Energético: A **PROPOSTA 10** é debater sobre o adequado tratamento dos efluentes de atividades que geram resíduos químicos. Desestimular que as atividades potencialmente geradoras despejem em efluentes *in natura* e na rede pública.

Ângela Molin, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS: Isso tem na lei.

Paula Moleta, Coordenadora do Grupo de Trabalho Resíduos e Aproveitamento Energético: E para salão de beleza?

Ângela Molin, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS: É que a gente tem atividades que ficam fora, são consideradas de baixo impacto pela Resolução CONSEMA 372. E elas acabam ficando fora do licenciamento ambiental e aí a gente falou do salão de beleza, que a mulherada pinta o cabelo e a tintinha que sobra lava na pia e vai. Então, assim, esse é um debate que talvez a gente precise avançar, mas não é um debate só nosso, envolve que o órgão, o Conselho Estadual de Meio Ambiente, porque são eles que fixam as atividades potencialmente poluidoras e que demandam licenciamento ambiental. E é lá no licenciamento que tem que se exigir esse tipo de situação. Então, a gente

incentivos a parcerias e convênios com universidades para pesquisas e estudos necessários ao diagnóstico ambiental da cidade, incluindo editais de fomento e bolsas a pesquisadores da área, direcionados assuntos estratégicos para a cidade, tais como tecnologias inovadoras relacionadas aos temas ambiental e urbanístico. Ampliar os itens analisados no monitoramento da qualidade da água, aquela destinada para o consumo humano. Mapear os pontos críticos e o comportamento das fontes de água e outros indicadores, com integração entre as instituições de pesquisa e os diferentes órgãos responsáveis. Aqui acho que já foi pontuado anteriormente, mas seguiu como uma recomendação de implantação de estações de monitoramento da qualidade do ar. Também foi pontuado: ***Atuar para atingir a meta de 17% de conservação de ecossistemas terrestres, conforme previsto no ODS 15. Atuar na melhoria da permeabilidade do solo***. Isso também foi pontuado anteriormente. ***Com a utilização, entre outros, de instrumentos indutores e ações benéficas, principalmente nas áreas públicas. Ampliar o leque de possibilidades e tecnologias a serem adotadas para mitigar este impacto. Criar banco de áreas degradadas e passivos ambientais que possam ser objeto de recuperação pelos empreendimentos. Revisar a legislação que trata da compensação ambiental, relativo o custo de manejo da vegetação, remoção, compensação, entre outros. Estruturar diretrizes para a valorização do turismo ecológico***. E por fim, neste bloco: ***Buscar a utilização de linhas de financiamento, nacional e internacional, para cumprimento dos objetivos da Agenda 2030 GEF***. Eu acho que eu paro neste bloco para discussão e depois sigo no próximo.

Maximiliano, Cidadão: Uma informação, existe um banco de terra em Porto Alegre? Daquela terra removida de terraplenagem para empreendimentos, e coisa, e tal, e para onde vai essa terra? É uma terra boa, né, superficial? Poderia incluir ali Taz a criação de banco de terra, ali onde diz... Bom, já passou, foi lá no último bloco desta primeira proposta. Criar banco de áreas degradadas, ali, ó! Talvez incluir junto um banco de terra.

Patrícia da Silva Tschoepke, Secretaria de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS: Poderia explicar exatamente o que seria esse banco de terra?

Maximiliano, Cidadão: Ele seria um local onde toda essa terra removida, que depois é destinada não se sabe para onde, ela possa depois ser utilizada na agricultura ou para a recuperação de áreas.

Patrícia da Silva Tschoepke, Secretaria de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS: Isso tem a ver com resíduos também.

Maximiliano, Cidadão: E não em aterros simplesmente.

Ângela Molin, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS: De resíduos?

Maximiliano, Cidadão: Não, não, Estou falando assim, quando tu pegas uma área...

Ângela Molin, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS: Terra mesmo que é tirada?

Maximiliano, Cidadão: Sim, em loteamentos. Tu vais terraplanar um loteamento e aquela terra vai para onde? Tu vais utilizar ela, que é uma terra nobre para aterro em outro lugar? Seria um uso indevido?

Ângela Molin, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS: Na verdade, a gente tem isso, tem dentro do licenciamento da atividade, consta a questão da movimentação dessa terra e para onde ela deve ser destinada. Então, isso tem.

Guilherme, Comissão de Parcelamento do Solo – SMAMUS: Só a parte ali, onde diz IPTU Ecológico e verde, vamos compatibilizar com os termos que a gente já usou na outra, que seja sustentável, para ficar na mesma linguagem a todos. Bem no início.

Patrícia da Silva Tschoepke, Secretaria de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS: A exemplo do IPTU, aí vem "verde e sustentável", né? É que o ecológico é o que já tem.

Ângela Molin, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS: Alguma colocação a mais?

Olete Gomes, Presidente da Associação do Bairro Menino Deus: Só uma curiosidade. Todo esse aterro que saiu do desassoreamento do Dilúvio, como em outros lugares que fazem a bacia de contenção dentro do Parque Marinha, segundo o nosso amigo participante, ele fala que isso é uma terra que não serve para plantio, que é de resíduos degradáveis e contaminados. Para onde vai todo esse material?

Maurício Loss, Secretário Adjunto do Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade - SMAMUS: Eu posso falar, porque eu já trabalhei no DMAE e diretamente nessa parte de licenciamento ambiental e cuidei bastante da parte da dragagem. Durante todo o processo de licenciamento, para se obter licença é feita uma série de condicionantes. Então, a empresa quando se habilita, para o processo licitatório para fazer a dragagem ela tem que ter onde destinar esse resíduo. E esse local tem que ser licenciado pela FEPAM, tem uma série de licenças também que o local tem que ter, atender uma série de normas também. Se o resíduo

for contaminado não permeia ao solo e tudo mais, e quando é feita a dragagem também, seja no Dilúvio ou em qualquer rio, pelo contrato também exige que seja feita uma análise para ver se está contaminada ou não, justamente para saber para onde destinar. Então, é feito todo um controle, uma fiscalização, não é atirado em qualquer lugar.

Olete Gomes, Presidente da Associação do Bairro Menino Deus: Não, porque já faz bastante tempo que aquela terra está ali e com esses temporais de verão...

Maurício Loss, Secretário Adjunto do Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade - SMAMUS: Não, ela fica alguns dias, é de 15 a 30 dias para fazer uma espécie de secagem ali para dar menos volume, para destinar e tudo mais.

Olete Gomes, Presidente da Associação do Bairro Menino Deus: Muito obrigada!

Ariane, Bióloga: Eu tenho uma sugestão para a última linha, onde diz: "Buscar a utilização de linhas de financiamento"; eu sugiro colocar: "Buscar parcerias e captar linhas de financiamento". Eu acho que são importantes às vezes parcerias. Acho as parcerias fazem parte e captar linhas de financiamento.

Karen da Costa Machado Moreira, Coordenadora do Grupo de Trabalho Transporte e Mobilidade Urbana: Eu queria fazer uma última colocação na parte de unidades de conservação, ali quando fala em atuar na gestão e monitoramento das unidades de conservação para garantir a efetiva implementação das políticas, levando em consideração planos de manejo. Não sei se todas possuem planos de manejo, mas de repente incluir... Todas têm? Ah, então, tá! Então, não precisa.

Ângela Molin, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS: Todas têm. Muito bem! Podemos colocar em votação este primeiro bloco? Temos todos? Muito bem! Aprovado, então. **PRIMEIRO BLOCO: ESTRATÉGIAS E INSTRUMENTOS. APROVADO POR UNANIMIDADE**. Vamos para o próximo.

Patrícia da Silva Tschoepke, Secretaria de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS: Vamos para o próximo, este se refere à espacialização das áreas: **MODELO ESPACIAL**. Aí a gente repete nesse caso: ***Avaliar, incluir e detalhar as categorias das áreas ambientais no Plano Diretor***. Daí a ideia é inserir no nosso mapa da cidade. ***Criar corredores ecológicos a fim de articular estratégias de desenvolvimento, tais como: Caminhos Rurais, trilhas de longo curso, áreas de observação de fauna e conexões dos morros. Criar a Unidade de Conservação do Morro Santana, em parceria com a UFRGS. Redefinir os limites da zona rural de Porto Alegre, buscando contemplar as áreas***

de produção primária, com levantamento e mapeamento das áreas de interesse. E aí tem três tópicos relativos à habitação de interesse social, que tem a relação: ***Em relação à habitação e cidade informal, identificar áreas centrais adequadas para a habitação de interesse social e definir estratégias para condicionar, limitar a ocupação em áreas com baixa adequação para habitação***. Segundo tópico relativo à habitação: ***Prever a flexibilização dos padrões para habitação de interesse social, quando em áreas com comprometimento ambiental, com vista a viabilizar uma ocupação sustentável da área***. E o terceiro relativo à habitação de interesse social: ***Adotar instrumentos como cota solidária para inserção de habitação de interesse social em áreas consolidadas, urbanizadas***. Em relação a este tópico, a espacialização, é isso.

Ângela Molin, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS: Vamos ouvir aqui e enquanto o microfone vai até o Max, eu tenho uma consideração sobre a criação de unidades de conservação. Eu sugiro estudar a viabilidade, que as unidades de conservação, como seria o caso do Morro Santana, me corrijam se eu estiver errada, está bem inserida dentro da zona urbana. E muitas vezes criar uma unidade de conservação aqui acaba gerando um efeito reverso, que é exatamente a ocupação. A gente já viu isso em outros lugares. Então, eu penso, pensando em unidade de conservação, uma APA talvez seria o melhor assim, mas eu não sei, acho que precisa estudar essa viabilidade. Eu sugeriria estudar a viabilidade da criação de uma unidade de conservação ao invés de criar. A gente não tem estudos e acho que criaram unidade de conservação sem estudos prévios da pressão urbana, dos ecossistemas que ali se tem, do efeito que isso gera, se vai ter zona de amortecimento ou não e tal, eu acho que é mais seguro do que simplesmente criar. Como a gente teve algumas criadas que até hoje a gente não conseguiu avançar na regularização fundiária delas. Então, eu acho que é uma questão de responsabilidade para o poder público nesse sentido.

Maximiliano, Cidadão: Eu achei um pouco temerário ali na minha interpretação. Prever a flexibilização de padrões para habitação de interesse social, quando em áreas comprometimento ambiental, com vista a viabilizar uma ocupação sustentável da área. Eu acho meio temerária essa disposição aí, porque vamos tomar, por exemplo, o caso lá da Ponta do Arado.

Ângela Molin, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS: Nós estamos também olhando isso aqui.

Lucimar Fátima Siqueira, Observatório das Metrópoles: Eu pensei na possibilidade de inserir lá no roteiro turístico uma rota das hortas. Fazer o mapeamento das hortas e incluir um roteiro, porque tem hortas espetaculares, que são centros de referência. Eu acho que seria interesse. Em relação a essa questão da flexibilização aí, em habitação de interesse social, teria que ver como que isso está na legislação, porque o plano local Please, quem conhece o Please sabe que lá tem três tipos de riscos que foram mapeados. Um é para remoção, que realmente tem que remover, e outros, que se você fizer alguma intervenção você pode mitigar os problemas. Então, teria que ver. Só isso.

Maurício Loss, Secretário Adjunto do Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade - SMAMUS: Isso das hortas é importante, até depois o que tu tiveres de dados, porque o Prefeito tem-nos cobrado e ele quer incentivar bastante essa criação de hortas pela cidade. Então, é importante para a gente compartilhar essas informações.

Selma, Secretaria de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS: Esse assunto da questão da restrição da habitação foi discutido no nosso grupo, eu participei do Grupo do Plano Diretor Ambiental e uma coisa que eu comentei é da função social da propriedade. O Plano Diretor prever, através do seu regime urbanístico, a possibilidade de habitação em determinadas áreas. Então, é um contrassenso a gente limitar justamente a habitação de interesse social, o atendimento à demanda habitacional prioritária em determinadas áreas. Então, acho que ficou mal, o nosso objetivo não é condicionar, não é limitar. No momento que o Plano Diretor permite a habitação, como que a gente vai limitar justamente as pessoas que a gente mais precisa atender? Acho que não ficou bem o texto.

Patrícia da Silva Tschoepke, Secretaria de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS: Eu acho que ela foi pontuada no sentido de priorizar, criar incentivos para áreas centrais e definir critérios. Eu acho que esses critérios não seriam exatamente para habitação de interesse social, mas seriam critérios para ocupação geral nessas áreas que teriam algumas limitações. Eu acho que eram dois contrapontos que a gente pontuou. Aí não sei qual a sugestão que vocês colocariam. [Manifestação fora do microfone]. Só identificar áreas. Então, tira o "condicionar, limitar", é "definir estratégias para a ocupação em áreas com baixa..." Então, tira o "condicionar, limitar". É "definir estratégias para a ocupação em áreas com baixa adequação para habitação".

Karen da Costa Machado Moreira, Coordenadora do Grupo de Trabalho Transporte e Mobilidade Urbana: A gente estava discutindo aqui outro ponto, aquele que prevê a

flexibilização de padrões para habitação de interesse social. Como a gente já tem uma legislação federal, especificamente o Código Florestal, trazendo uma regularização de interesse social, a gente quis só adicionar. A minha proposta é adicionar no fim dela, no "prever a flexibilização de padrões para habitação de interesse social", no final dela "observada a legislação ambiental", porque nós já temos regramentos a serem observados em relação a isso. Então, traçar as estratégias, prever uma flexibilização, mas observando os limites que nós já possuímos.

Roberto Luiz Dall'Agnol, Clube de Observadores de Aves de Porto Alegre: Não, é sobre o Morro Santana, o colega apresentou isso ontem, ele não está aqui presente nesta reunião de hoje, mas o que ele comentou, ele exemplificou como Morro do Osso, né? Esse tema foi pautado em torno de 10, 15 anos, até que finalmente foi criada a Reserva do Morro do Osso. Então, é importante manter esse item, porque ele envolve não só a Universidade Federal, como a área indígena que tem ali. E é uma área muito vulnerável à ocupação, extremamente vulnerável à ocupação. Então, de alguma forma o poder público, junto talvez com iniciativa privada, tenha que ocupar aquela área, senão ela vai tornar novamente uma área de passivo, porque vai ser mal ocupada, da forma como a gente conhece que os morros estão sendo ocupados aqui em Porto Alegre.

Ângela Molin, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS: Entendi.

Sônia Castro, Secretaria de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS: Essa proposta dessa flexibilização de padrões, seria com relação à aplicação de regime urbanístico, em função até do parcelamento do solo. Então, quando a gente analisa os casos, principalmente os que são da CAADHAP, que analisa os Minha Casa Minha Vida, a gente tem muitos problemas na hora de definir as doações para equipamentos às vezes em áreas que estão muito comprometidas ambientalmente. Então, a ideia é essa, é que se possa nesses casos, especificamente, flexibilizar. A lei já permite que se flexibilize, mas ela não é tão direta, não é tão clara. E aí o pessoal fica com receio de flexibilizar, não pedir uma praça ou de ficar com uma praça com uma área muitos reduzida. Então, a ideia é essa, a gente tem áreas que tramitam, que, ambientalmente, vão deixar áreas livres, elas vão preservar a vegetação, que é importante, que não pode ser retirada. Então, na verdade, elas não vão ter uma praça como a gente entende, com pracinha com equipamento, mas elas vão ter uma preservação ambiental, que vai estar dentro do conjunto. Normalmente os CAADHAPs são conjuntos de prédios.

Então, vai ser uma área que, inclusive, para morar vai ser muito mais interessante. Então, a nossa ideia é no dia a dia, o problema que a gente sente da gente não poder ter essa liberdade de flexibilizar padrões em prol de uma preservação. Então, a ideia é essa. Talvez não tenha ficado bem explicado, mas é nesse sentido.

Ângela Molin, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS: Ótimo. Então, talvez seja só melhorar a redação aqui.

Alexandra, Secretaria de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS: Eu acho que tem que melhorar a redação ali também. Eu acho que aquela redação ali também não está boa, tem que mudar. Ficou esquisito ali em cima: "Habitação de interesse social e definir estratégias para ocupação em área com baixa adequação para habitação". Eu achei estranha essa redação.

Ângela Molin, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS: E qual é a sugestão?

Alexandra, Secretaria de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS: Não tenho, mas está estranha. [Risos].

Ângela Molin, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS: Esta hora a gente já não está mais conseguindo pensar.

Sônia Castro, Secretaria de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS: Isso tudo vai na mesma linha de pensamento, são áreas que se tu olhar elas são as áreas mais complicadas da cidade, são as que restaram para a gente poder empreender com esse tipo de caráter social. Então, a questão é isso, é uma área que não é adequada para habitação, ela vai ter um percentual que ela não vai poder ser ocupada. Então, é nessa mesma linha, nós vamos ter que definir estratégias de plano, as estratégias mais amplas, para ocupar essas áreas. Impedir a gente não consegue impedir, mas a gente tem que ocupar de uma forma mais sustentável. A ideia é essa, na mesma linha de pensamento.

Patrícia da Silva Tschoepke, Secretaria de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS: Estratégias sustentáveis.

Selma, Secretaria de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS: É CAADHAP e CETARF, é DHP Minha Casa Minha Vida, Casa Verde e Amarela e Regularização Fundiária. Assim, pessoal, para esclarecer, essas áreas afastadas, onde a gente não consegue ocupar formalmente, lá no futuro, daqui a 10, 20 anos, vão virar ocupação, porque a população precisa de habitação. Só que se ela não consegue comprar, adquirir

formalmente, ela acaba ocupando. Então, vira ônus para a Prefeitura, poder público municipal e estadual, enfim.

Alexandra, Secretaria de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS: Por isso que eu achei estranho, parece que está incentivando a ocupação via regularização fundiária.

Patrícia da Silva Tschoepke, Secretaria de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS: Estratégias sustentáveis. O sustentável remete ao equilíbrio.

Paula Moleta, Coordenadora do Grupo de Trabalho Resíduos e Aproveitamento Energético: Até para trazer uma valoração da área sendo preservada.

Ângela Molin, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS: É. Perfeito! Então, como é que ficou?

Lucimar Fátima Siqueira, Observatório das Metrópoles: Lembrando que essa questão da sustentabilidade relacionada a esse desafio que os técnicos têm de elaborar os projetos, também são orientações que vem do trabalho técnico social da Caixa Federal, que essas orientações. Então, acredito que é importante.

Ângela Molin, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS: Vai ao encontro. Perfeito!

Patrícia da Silva Tschoepke, Secretaria de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS: Está bem assim, ficou melhor? E o resto tudo certo, então, em relação ao Modelo Espacial?

Ângela Molin, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS: Eu ainda insisto em relação à unidade de conservação, eu acho que o estudo de viabilidade é preliminar. Mudou? Ah, tá!

Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS: Está ali: "Estudar a viabilidade da criação".

Ângela Molin, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS: Para garantir responsabilidade nisso, nesse processo.

Patrícia da Silva Tschoepke, Secretaria de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS: Está ali já. Vamos votar, então, este bloco. [Manifestação fora do microfone]. É isso que foi sugerido lá no grupo.

Ângela Molin, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS: Sim, o Morro Santana. É bom que já está. Então, vamos votar? Quem aprova este

bloco? Temos unanimidade. **SEGUNDO BLOCO: MODELO ESPACIAL. APROVADO POR UNANIMIDADE**.

Patrícia da Silva Tschoepke, Secretaria de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS: Os próximos dois são mais fáceis, acho que não vai gerar tanta discussão. Em relação à questão da gestão: **GESTÃO**. Como alguns integrantes ficaram com dúvidas quando seria a efetiva implementação dessas ações que nós pontuamos, porque elas são gerais, a gente, então, se comprometeu e solicitou lá no grupo retomar a discussão do grupo de trabalho dentro do processo de revisão do Plano Diretor, que está no início e a gente vai ter outros momentos. Então, a gente conseguiu ali como um pedido do grupo de retomar essa discussão. E também foi levantada a necessidade de ao desenvolver o trabalho efetuar o diagnóstico comparativo atual com os subsídios que estão ali no Atlas Ambiental, que o pessoal solicitou. E também utilizar os planos de manejo como subsídio para a gestão das áreas. Isso foi pontuado na questão da gestão.

Ângela Molin, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS: Perfeitas essas considerações. Muito bom esse grupo!

Patrícia da Silva Tschoepke, Secretaria de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS: Por fim, são outros assuntos correlatos, outros projetos e ações que foram sugeridas. Também no nosso grupo foi sugerida a questão da educação ambiental, então: ***Implantar projetos pedagógicos pilotos de educação***. Aí a gente colocou ali urbanística ambiental, mas vocês tinham colocado como sustentável. A gente sente falta ali da questão urbanística. As pessoas têm que entender o que é isso, a gente está tendo dificuldades. Urbanístico ambiental nas escolas e foi sugerida a base de referência apostilas da Agenda 21 e 2030. ***Prever projeto de agricultura, hortas urbanas, florestas urbanas e abastecimento. Fazer o levantamento de stakeholders, levantamento social, como base no desenvolvimento das ações***. Então, seria a questão dos usuários quando foram desenvolver determinadas ações, usar a base dos usuários. E, por fim, é isso que foi proposto no nosso grupo. [Manifestação fora do microfone]. Mais duas que tu tinhas mandado? Então, propõe. Só uma questão, eu sugiro, antes de propor, a gente já vota esta, aí a gente já propõe e agrega. [Manifestação fora do microfone]. Sustentável também, no "urbanística ambiental sustentável". Aprovado?

Ângela Molin, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS: Vamos deixar o conceito urbanístico ali, porque é uma área, ele precisa ser

sustentável, exatamente. **TERCEIRO BLOCO: GESTÃO. APROVADO POR UNANIMIDADE**. Muito bem! Lucimar.

Lucimar Fátima Siqueira, Observatório das Metrópoles: São polêmicas. [Risos].

Ângela Molin, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS: Não esperávamos outra coisa, Lucimar!

Lucimar Fátima Siqueira, Observatório das Metrópoles: Antes de fazer a proposta, só para comentar, eu estou aqui representando uma organização, é um grupo, assim por diante. Após a conclusão eu vou elaborar um texto, fazendo toda uma análise de acordo com o que a gente estuda sobre o que são conferências, esse processo e como aconteceu no meio ambiente. Então, de antemão, eu gostaria de dar os parabéns e dizer que é muito gratificante a gente ver esse movimento em torno de retomar as conferências, as discussões, trazer a população aqui. Então, se por acaso tiver alguma crítica, evidentemente, que terão, que vocês não entendam que isso seja direcionada pessoalmente e tal. Mas a gente analisa as instituições, a organização e como ela vai acontecer. Agora, aqui não, este aqui é proposta mesmo. [Risos]. **PROPOSTA 01**: ***Do Plano Diretor – Revisar todos os processos que tramitaram e tramitam no CMDUA neste último período e que entram em conflito com a legislação ambiental e afetam os dados divulgados pelo Inventário de Emissão de CO2***. Exemplo de casos: desmatamento de APA, casos que eu analisei agora neste ano de 2022. ***Edifícios e torres na orla, Beira-Rio, Cais***. Isso não tem nada a ver com o que a gente discutiu aqui. ***Seca de nascentes provocadas pela urbanização de alta renda, exemplo da APAMECOER***. Essa a gente fazia a trilha do Calábria, que eles mostram as fontes secas ali por conta da urbanização no topo de morro. Então, a proposta é revisar e que a sociedade, que todos nós tenhamos acesso a todos esses processos e que a gente tenha poder de discutir o que está sendo aprovado no CMDUA. A **PROPOSTA 02**: ***Iniciar a discussão sobre a integração e reformulação do CMDUA e COMAM, com vista à criação do Conselho da Cidade e a coordenação do Conselho deve ficar com a sociedade civil, evitando desproporcionalidades e conflitos de interesses***. Isso considerando toda a base teórica de construção de conferências que existe no Brasil. É proposta, depois a gente vai voltar a discutir, mas está aí. [Aplausos].

Ângela Molin, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS: São duas propostas que não foram discutidas em grupo de trabalho. Então, fica registrado na ata, com certeza, as propostas que foram feitas, mas a gente abre aqui, porque ainda temos uns minutinhos, podemos aqui abrir. A Diretora quer fazer, ou alguém quer fazer

algum comentário. [Manifestação fora do microfone]. São questões que precisam ser muito bem discutidas. [Manifestação fora do microfone]. O eixo de discussão foi ontem. Então, não foi discutido, a gente não tem como colocar. [Manifestação fora do microfone]. Sim, porque foi o formato, mas essa pode ser uma consideração que vocês podem trazer na avaliação e a gente repensar para as próximas, não há problema, sem dúvida. Patrícia.

Patrícia da Silva Tschoepke, Secretaria de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS: Eu posso pontuar sim, especificamente, sobre cada uma delas. Então, a primeira ela é uma coisa pontual, então, ela não vai ser parte do processo de revisão do Plano Diretor, não tem como. Mas pode ficar como uma recomendação para a gente poder fazer avaliação sobre determinado aspecto. Acho que a gente teria que amadurecer no segundo momento, não tem problema. E a avaliação crítica, e até sobre outros aspectos, enfim, qualquer tipo de ocupação, a gente até já tem, já estamos fazendo um levantamento de todos os processos que passaram por Estudo de Viabilidade Urbanística, trabalhar com mapas de calor, enfim, tem uma série de questões que a gente está trabalhando. A segunda a gente poderia registrar como – Olha, foi uma sugestão. Mas como a gente está no início da revisão do Plano Diretor, ele ainda vai passar por toda a discussão. Então, o que vai se consignar lá no fim depende de todos os resultados. Eu acho que fica registrado e não vejo problema nenhum.

Ângela Molin, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS: Até porque o próprio Plano Diretor tem outros momentos de discussão e isso em algum momento pode vir. E aqui nós estamos focando na questão do Plano Diretor nos aspectos ambientais que o Plano Diretor tem que estão desatualizados, hoje em relação à legislação, enfim. E outra questão também que eu queria dizer em relação ao Conselho de Meio Ambiente, eu entrei em 2019 juntamente com o Secretário Germano e nós pegamos um com Conselho bastante desestruturado. E aí eu quero que entendam que isso não é um... Mas quero dizer que foi um trabalho que eu e a minha equipe, porque o Secretário pediu que eu tomasse conta do Conselho pessoalmente e este foi um trabalho que eu e a minha equipe fizemos de reorganizar todo o Conselho e de colocar em funcionamento as câmaras técnicas do Conselho. E as câmaras técnicas têm reuniões mensais regulares, desde que nós assumimos isso com toda essa seriedade. Então, hoje o Conselho está novamente estruturado e muito ativo, tenho aqui pessoas que são membros das câmaras técnicas e que são, sem dúvida nenhuma, aqui testemunhas. Nós sabemos que temos que atualizar a lei do Conselho, porque

ela é uma lei lá da década de 80, ela prevê assentos no Conselho de Meio Ambiente que não aparecem ou com muito pouca frequência vêm e aí não contribuem em nada. Então, a gente precisa realmente rever. [Manifestação fora do microfone]. Exatamente, eu acho que isso é importante a gente deixar registrado, que dos vinte e tantos membros, quem esteve nesta Conferência, nós não tivemos muitos aí. Então, o que me deixa um pouco triste também, por um lado, confesso. Mas para nós era desafio para esta gestão, era desafio fazermos uma conferência presencial. Ela pode ter saído com várias falhas, confesso até que pode ter saído num molde que não era das cinco conferências anteriores, porque nós não encontramos registros em relação a isso. Isso eu quero deixar claro aqui, com exceção do documento final, mas a gente não tem uma metodologia, um Regimento Interno previsto e isso tudo precisa ser feito. Então, nós colocamos, resolvemos fazer na prática para depois escrevermos um regimento interno para Conferências do Meio Ambiente de Porto Alegre. Então, isso está no nosso escopo para 2023, porque a gente sentiu falta disso, não encontramos. Então, temos que criar. E como hoje o processo é todo eletrônico dentro da Prefeitura, nós deixamos isso tudo também registrado. Então, nós temos um processo SEI desta conferência e toda a documentação que foi feita, tudo que foi, todas as atas, porque nós elaboramos, formulamos até as atas dos grupos de trabalho ontem, entregamos prontos para os redatores para facilitar o trabalho de todos e a gente ter uma padronização que a gente possa ler. Então, isso tudo vai para o processo SEI para ficar registrado, porque nós não somos perenes onde estamos no momento. E desta conferência temos uma ata, a ata de hoje, que, se todos concordarem, vamos aprovar *ad referendum*, a exemplo de outros conselhos que assim fizeram nas suas conferências, considerando que a nossa taquígrafa precisa de tempo agora para redigir e ela integrará o documento final com as propostas, com as metodologias, com resumo das conferências que foram apresentadas na quinta-feira e com fotografias, com imagens e esse documento vai estar disponível para todos. Vai ser no formato de *e-book* que nós queremos fazer para deixar isso registrado. **APROVAÇÃO DA PRESENTE ATA POR *AD REFERENDUM*.** Então, eu espero que com isso a gente possa retomar as conferências com a frequência que elas merecem. Com isso eu vou encerrando. Com isso quero dizer que no QR Code também temos fotos do evento caso queiram encontrar-se por ali. Eu vou passar a palavra ao Secretário para o encerramento. Agradeço muitíssimo a presença de todos. Muito obrigada! [Aplausos].

Maurício Loss, Secretário Adjunto do Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade - SMAMUS: Bom, gente, eu acho que, primeiramente, parabenizar aqui a Doutora Ângela e toda a equipe da ASSETEC, que depois de 10 anos, desde 2019, reativando o Conselho, câmaras técnicas e tudo mais, e agora realizando a Conferência que há 10 anos não se fazia. A Doutora Ângela e toda a equipe da ASSETEC, enfim, aos demais, também colegas, o Conselho foi fundamental também. Obrigado a todos do Conselho que estiveram aqui e aos que não estiveram, que certa forma não quiseram vir ou por algum motivo outro, a gente só tem a lamentar, porque reclamam quando a gente não dá espaço, mas quando a gente dá espaço também não vêm. Então, a gente tenta fazer a nossa parte. Acho que todos que estão aqui, que estiveram nesses três dias concordam que a gente tentou fazer da melhor forma possível, a gente aproveitou todo o tempo para discutir todas as propostas, passamos até um pouquinho do tempo. Se tivéssemos mais tempo com certeza teríamos mais construção, mas, enfim, daqui 2 anos teremos de novo, mas vamos manter o contato aqui no Conselho, todo mundo vai ter acesso a todas as documentações. Aqui é um processo perfeitamente transparente, ao acesso de todos, enfim. Obrigado a todos que estiveram até aqui neste sábado, quase 2 horas da tarde, contribuíram e parabéns para todos nós. [Aplausos].

Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a Conferência Municipal do Meio Ambiente, às 13h45min, da qual foi lavrada a presente ata por mim, Patrícia Costa Ribeiro, sob o Registro nº 225257/2003 – FEPLAM, prevalecendo o princípio da presunção de veracidade.

PREFEITURA DE PORTO ALEGRE

Esta obra foi composta nas fontes Times New Roman, corpo 12 (regular, bold, italic), entrelinhas 1,5.

COMAM

Conselho Municipal do meio Ambiente

SECRETARIA
AMBIENTE, URBA
SUSTENTA

6ª Conferência Municip
Meio Ambien